

LORENA LEITE

**O SISTEMA DEFENSIVO DA ILHA DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XVIII:
HISTÓRIA & PATRIMÔNIO**

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura da UFMG

2020

LORENA LEITE

**O SISTEMA DEFENSIVO DA ILHA DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XVIII:
HISTÓRIA & PATRIMÔNIO**

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientador: Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo

Belo Horizonte
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

L533s

Leite, Lorena.

O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina no século XVIII [manuscrito] : história & patrimônio / Lorena Leite. - 2020.
184 f. : il.

Orientador: André Guilherme Dornelles Dangelo.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Fortificações – Santa Catarina - Teses. 2. Patrimônio histórico - Santa Catarina - Teses. 3. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822- Teses. 4. Defesa de costa - Teses. 5. Arquitetura militar – Santa Catarina – Teses. I. Dangelo, André Guilherme Dornelles. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 351.80981

Ficha catalográfica: Gustavo Las Casas Provetti Gomes CRB-6/3417.

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

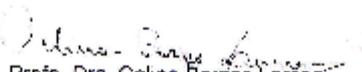
O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina no século XVIII: História & patrimônio

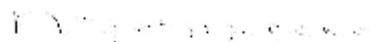
LORENA LEITE

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

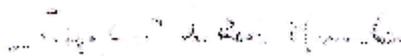
Aprovada em 14 de dezembro de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:


Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo - Orientador
EA-UFMG


Profa. Dra. Celina Borges Lenjos
EA-UFMG


Prof. Dr. Magno Moraes Mello
FÁFICH-UFMG


Prof. Dr. Malheus de Carvalho Martins
UFSJ


Prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis Miranda
Universidade de Évora

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2020.

Para o Michel, por ter me mostrado que “a solidão é um campo demasiado vasto para ser atravessado a sós”

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio que recebi de órgãos de pesquisa, do estímulo de familiares, amigos e colegas de trabalho, que contribuíram ao longo do tempo, ora incentivando o andamento da pesquisa, ora me lembrando que eu precisava terminá-la, mesmo que eu não concordasse com eles. O resultado desse processo é de minha responsabilidade, mas eu não teria conseguido se não fosse a colaboração dessas pessoas e instituições. É preciso agradecer, mesmo que o espaço não seja ideal, e que ainda me faltem palavras para demonstrar toda a minha gratidão.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à esta Agência pela bolsa de Doutorado que possibilitou a realização deste trabalho em seus três primeiros anos, e também sou grata pela concessão de uma bolsa no âmbito do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que possibilitou a pesquisa em arquivos portugueses e a vivência da engenharia militar portuguesa, em seu local de origem e, também, de investigação.

Ao professor André Dangelo agradeço por ter aceitado o desafio desta orientação. Juntamente com a professora Celina Borges Lemos, foram responsáveis pelo meu ingresso na UFMG, e pela conclusão desta pesquisa. Agradeço também aos professores Flávio Carsalade, Maria Lúcia Malard, Roberto Eustaáquio dos Santos e Carlos Antônio Leite Brandão, docentes que me ensinaram muito durante as disciplinas que cursei no NPGAU. À profa. Beatriz Bueno, da FAU-USP, sou grata pelas observações feitas por ocasião da Banca de Qualificação, que balizaram este trabalho a partir do Exame.

Durante o período em Belo Horizonte, a força dos laços de amizade e compadrio do interior de Minas Gerais me ajudaram nos deslocamentos entre Divinópolis e a capital. Assim, começo por agradecer à família Lacerda, Jarbas e Joene, e à Bruna, que me acolheu no Coração Eucarístico, e com quem dividi não só algumas noites, mas também a certeza de que educação é o mais valioso dos investimentos. Aos amigos Anielle Freitas, Marcos Brito, Tatiana Duarte, Leandro e Thaís Bortolini, obrigada por me aceitarem, mesmo não vindo da Arquitetura & Urbanismo. Às colegas Patrícia Urias e Fernanda Bueno sou grata por dividirem a responsabilidade da docência, por me mostrarem, na prática, como ser uma professora melhor.

Quando do retorno à São Paulo pude retomar o contato com pesquisadores, já colegas de longa data, que muito contribuíram para este trabalho e para minha formação humanística: Maria Ângela Raus, que me incentivou a cursar Edificações na FATEC-SP, e de quem infelizmente não fui aluna; Fernando Ribeiro, sempre pronto a me ouvir e receber, inclusive; Marly Spacachieri e Magno Nascimento, um casal que muito admiro; e todos aqueles da sala I-2, que se reúnem eventualmente, para discutir nossas histórias.

O ciclo de pesquisa em Portugal foi decisivo para este trabalho. O contato direto com as fontes e a orientação em terras lusas ficou a cargo do professor Tiago C. P dos Reis Miranda; do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS-UÉ); a quem agradeço por ter me aceitado como acadêmica mais uma vez e pelas observações no exame de qualificação. Sou grata também pela paciência, atenção e cuidado com que sempre me respondeu, e pelas valiosas indicações para olhar as fontes e ao meu redor.

Durante o período em Lisboa, pude frequentar o Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM), situado no Palácio dos Marqueses do Lavradio, que dispõe de um riquíssimo acervo cartográfico, muito interessante para os pesquisadores brasileiros, e que merece reconhecimento e divulgação entre nós. A recepção que tive, o carinho e a delicadeza com que me ajudaram durante o período em que lá trabalhei deixaram marcas profundas em mim, e me fizeram entender melhor a vida militar. Ao Chefe do Gabinete, Coronel José Paulo Ribeiro Berger, agradeço por ter me recebido e por me indicar caminhos, e por vezes me levar a eles também. À Dra. Carla Silva agradeço a amizade e a disposição em sempre ajudar, até mesmo com contatos telefônicos. Ao Sargento Paulo Jorge dos Santos Almeida agradeço por ter me ensinado sobre o Palácio no Campo de Santa Clara e sobre o Palácio de Vendas Novas, e espero que junto de sua esposa, Nice, continue sendo muito feliz. Ao Sargento José Silva Rodrigues (Zé), dedico meu interesse em olhar os mapas, cartas topográficas e fortificações como obras de arte, pois assim ensinou um grande artista a uma estudante. Ao Capitão-tenente Vitor Mendonça agradeço o carinho e atenção com que me tratava, e as trocas de indicações bibliográficas. E por fim, à Arquiteta e Mestre Maria Antónia Bacelar Antunes, por me mostrar que o Porto é mesmo muito giro.

Os amigos que tinha e os que fiz em Lisboa trago-os sempre por perto, a ver se a distância diminui. Assim, à querida Dona Ana Esteves agradeço a hospedagem e as mensagens de carinho que sempre me envia. Ao sr. José Venâncio Resende, sou grata por nosso encontro, que permitiu já muitos outros no Brasil e em Portugal. À Deolinda, por não me deixar esquecer o

lugar de Évora no meu coração, e Alessandra Martins e Julio Cunha, por me apresentarem ao Francisco e à Elvas, mais uma vez. À Ana Catarina Lopes Caetano sou feliz pela nossa amizade, por tê-la como uma referência, e por poder ser mais um dos laços que a une a São Paulo.

Na capital paulista iniciou-se minha formação acadêmica, logo não posso deixar de agradecer à professora Vera Ferlini, por ajudar sempre seus (eternos) alunos, e todos da Cátedra Jaime Cortesão, incansáveis no propósito de investigar a cultura luso-brasileira. À professora Raquel Glezer serei eternamente grata por me indicar a direção sempre que me sinto perdida, por me mostrar o sentido quando não consigo vê-lo.

Por me guiar como se parte da família eu fosse, agradeço à Rita e ao Elder Couto, sempre presentes e dispostos, meus “tios” emprestados. Obrigada por me considerarem tanto.

O ingresso nas Forças Armadas marcou a fase final desse trabalho, sua escrita. Tornou imperativo a sua conclusão, mesmo quando sabemos que a pesquisa não se encerra, e recuperou minha formação como licenciada, através do Magistério para o Ensino Fundamental. Sendo assim, não posso deixar de agradecer aos colegas docentes que, em 2016, me incentivaram a continuar minha formação – Marli Teixeira de Souza, Roberto Candido da Silva, Miriam Cristina Costa, Regina Caciquinho, Lygea Souza, Caroline Fernandes e Jessica Travassos – e os que, dentro do Colégio Militar, sempre me apoiaram. Ao meu Coordenador Geral de Disciplina, Coronel Lyra Neto, agradeço a compreensão e a ausência em alguns momentos, e à Isla Andrade Pereira de Matos, pela certeza de que a missão seria cumprida.

Por fim, nada teria sido possível sem as minhas famílias – a que escolhi e a de onde vim. Aos meus sogros, Francisco e Antônia, exemplos incansáveis de trabalho e fé, agradeço por nunca me deixarem faltar a crença de que tudo vai dar certo. Vocês me ensinaram o valor das coisas mais simples, e me presentearam com pessoas incríveis, que eu tenho muito orgulho de conhecer e amar. Ao meu pai, que eu acompanhei em uma aventura, e que depois foi comigo em tantas outras. À minha mãe, pelo orgulho que sente da filha, espero que eu seja digna dele. E ao meu irmão, companheiro na vida familiar, e depois na vida acadêmica. Vocês são a razão de tudo.

Cada de um de nós vê o mundo com os olhos que tem, e os olhos vêem o que querem, os olhos fazem a diversidade do mundo e fabricam as maravilhas, ainda que sejam de pedra, e as altas proas, ainda que sejam de ilusão.

A Jangada de Pedra. José Saramago.

RESUMO

O presente trabalho procura estudar as fortificações construídas na Ilha de Santa Catarina, atualmente cidade de Florianópolis, durante o século XVIII e que formaram o chamado Sistema Defensivo. Iniciadas pelo primeiro Governador e Capitão-General da Capitania, o Brigadeiro José da Silva Paes, em 1738, tais construções apresentam relevantes características históricas e culturais, permanecendo até os dias atuais como patrimônio nacional.

Analisando a formação do campo da Arquitectura Militar e dos Oficiais com exercício de engenheiro dentro no Exército Português, procuramos entender como esse tipo de profissional era instruído em Portugal no período pós-Restauração, e como aqueles enviados para Santa Catarina eram instruídos dentro de uma certa tradição de ensino.

Entendendo seu papel histórico na ocupação do território e sua preservação como patrimônio, as fortalezas construídas na Ilha de Santa Catarina constituem um exemplar notável do modelo de defesa português, conformando um Sistema Defensivo que empregava projetos construtivos e estratégias defensivas bastante apuradas. Portanto, a partir da análise do objeto de pesquisa, tenta-se refletir sobre o modo português de fortificar, a função de tais construções na demarcação da fronteira sul, e sua preservação através do tombamento.

Palavras-Chave: Fortificações; Santa Catarina; Arquitectura Militar.

ABSTRACT

The present work seeks to study the fortifications built on the Island of Santa Catarina, currently the city of Florianopolis, during the 18th century, and which formed the so-called Defensive System. Initiated by the first Governor and Captain-General of the Captaincy, Brigadier José da Silva Paes, in 1738, these buildings have relevant historical and cultural characteristics, and remain today as national heritage.

Analyzing the formation of the theory of Military Architecture and the Officers with an engineer degree in the Portuguese Army, we tried to understand how this type of professional was trained in Portugal in the post-Restoration period, and how those sent to Santa Catarina were instructed within a certain learning tradition.

Understanding its historical role in the occupation of the territory and its preservation as heritage, the fortresses built on the Island of Santa Catarina constitute a notable example of the Portuguese defense model, forming a Defensive System that employed highly refined construction projects and defensive strategies. Therefore, from the analysis of the research object, an attempt is made to reflect on the Portuguese way of fortifying, the role of such constructions in the demarcation of the southern border, and their preservation through register as public heritage.

Key-Words: Fortifications; Santa Catarina; Military Architecture

Keywords:.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 –	Mapa de localização das fortalezas geridas pela UFSC, na Ilha de Santa Catarina.....	39
Imagem 2 –	Frontispício e Rosto do <i>Methodo Lusitanico</i> , de Serrão Pimentel, publicado em 1680.....	51
Imagem 3 –	Primeira folha de <i>O Engenheiro Portuguez</i> , de Azevedo Fortes (vol. 1 - publicado em 1728).....	58
Imagem 4 –	O Engenheiro Portuguez. Estampa 6ª do segundo volume.....	61
Imagem 5 –	Divisão político-administrativa de Santa Catarina, em 1728.....	77
Imagem 6 –	Ilha de Santa Catarina. Imagem de satélite, 2008.....	78
Imagem 7 –	Itinerário das Tropas de Gado do Sul em Demanda à Feira de Sorocaba.....	84
Imagem 8 –	Demonstração do R.o da Prata e R.o Gr.e de S. Pedro e Lagoa de Merim e das Praças da Colonia e Mote Vidio Maldonado e R.o Grande em ponto maior a Margem.....	87
Imagem 9 –	Esboço do Castello d'Angra e das fortificações do Monte Brazil.....	94
Imagem 10 –	Vista da Baía de Angra e da Ilha das Cabras, a partir da Fortaleza de São João Batista. Ilha Terceira. Açoures.....	95
Imagem 11 –	Vista da Baía dos Fanaes, a partir do Monte Brasil. Ilha Terceira. Açoures...	95
Imagem 12 –	Porta Magistral e fosso com covas de lobo. Fortaleza São João Batista. Ilha Terceira. Açoures.....	96
Imagem 13 –	Detalhe lateral das escarpas e dos arcos em cantaria para acesso à Porta Magistral. Fortaleza São João Batista. Ilha Terceira. Açoures.....	96
Imagem 14 –	Vista panorâmica do Forte da Quebrada. Ilha Terceira. Açoures.....	97
Imagem 15 –	Detalhe das muralhas arruinadas do Forte. Ilha Terceira. Açoures.....	98
Imagem 16 –	Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos. Florianópolis/SC.....	117
Imagem 17 –	Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Florianópolis/SC.....	118
Imagem 18 –	Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Florianópolis/SC.....	119
Imagem 19 –	Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Florianópolis/SC.....	119
Imagem 20 –	Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Florianópolis/SC. Detalhamento das edificações.....	120

Imagem 21 – Perfil de Praça Abaluartada.....	124
Imagem 22 – Detalhe da escarpa do trecho sul, próxima à fonte d'água. Florianópolis/SC.	124
Imagem 23 – Detalhe de outra escarpa, evidenciando o corte no terreno. Florianópolis/SC.	125
Imagem 24 – Detalhe da Imagem 19, Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Corte QPL.....	125
Imagem 25 – Detalhe da Imagem 19, Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Corte XN e corte RZ, com legenda lateral.....	126
Imagem 26 – Fortaleza de São José da Ponta Grossa, vista externa. Florianópolis/SC.....	127
Imagem 27 – Casa do Comandante e Quartéis da tropa, vistos da plataforma intermediária. Florianópolis/SC.....	127
Imagem 28 – Bateria baixa, vista a partir do nível dos Quartéis da tropa. Florianópolis/SC.	128
Imagem 29 – Edificações da Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos. Florianópolis/SC. Vistas a partir do embarcadouro.....	129
Imagem 30 – Rampa de acesso, com o portão das armas ao fundo. Florianópolis/SC.....	129
Imagem 31 – Muralha de Santo Antônio de Ratonos à Leste. Florianópolis/SC.....	130
Imagem 32 – Detalhe da disposição dos edifícios da Fortaleza de Santa Cruz, com a legenda à direita.....	133
Imagem 33 – Quartel da Tropa – Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.....	134
Imagem 34 – Os arcos e as aberturas ao fundo, indicando um piso intermediário. Quartel da Tropa – Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.....	135
Imagem 35 – Detalhe do fechamento da fachada sem interrupção das arcadas. Quartel da Tropa. Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.....	136
Imagem 36 – Vista lateral com destaque para o volume acrescido ao terço central. – Quartel da Tropa – Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.....	137
Imagem 37 – Destaque dos contrafortes laterais. – Quartel da Tropa – Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.....	137
Imagem 38 – Fachada e Planta do Quartel da Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.....	138
Imagem 39 – Detalhe Imagem 19 – Porto da Fortaleza de Santa Cruz. Florianópolis/SC...	139

Imagem 40 – Detalhe das muralhas em curva no porto. Fortaleza de Santa Cruz. Florianópolis/SC.....	140
Imagem 41 – Pórtico da Fortaleza de Santa Cruz, visto do porto. Florianópolis/SC.....	141
Imagem 42 – Planta da Ilha de Anhatomerim e Fortaleza de Santa Cruz e projecto para se aumentar a defesa della. Florianópolis/SC.....	142
Imagem 43 – Planta da Ilha de Anhatomerim e Fortaleza de Santa Cruz e projecto para se aumentar a defesa della.....	143
Imagem 44 – Planta do Forte de N. S. da Conceição em uma pequena ilha situada na Barra do Sul da Ilha de Santa Catharina, planta do Forte de São Francisco, projecto para o forte da Praia da Villa do Desterro e planta do Forte de Santa Anna.	144
Imagem 45 – Plantas das fortalezas da Ponta do Estreito [à direita] e da Praia de Fora [à esquerda].....	145
Imagem 46 – Planta da Fortaleza da Barra do Sul na Ilha de Santa Catharina.....	146
Imagem 47 – Plantas das Fortalezas da Ponta Grossa e da Ilha dos Ratonos na Ilha de Santa Catharina.....	147
Imagem 48 – Prospecto da Fortaleza de S. Cruz, da Ilha de Anahtomiri, que serve de Registo Vista de Leste.....	148
Imagem 49 – Prospecto da Fortaleza de S. Cruz da Ilha de Anhatomiri vista de Oeste, ou da Terra Firme.....	149
Imagem 50 – Igreja de Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis-SC).....	149
Imagem 51 – Planta da Ilha de Santa Catharina e a costa da terra firme que compreende a mesma Ilha.....	150
Imagem 52 – Bateria de São Caetano com vista para a praia de Jurerê.....	154
Imagem 53 – Forte de Santa Bárbara da Vila na actualidade.....	156
Imagem 54 – Comparativo calibre X distância.....	160
Imagem 55 – Organograma DEP/DAC.....	162
Imagem 56 – Organograma actual: Subordinação DPHCEX.....	163

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHEx	Arquivo Histórico do Exército
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BMA	Biblioteca Mário de Andrade
CNCDP	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
DAC	Diretoria de Assuntos Culturais do Exército
DECEx	Departamento de Educação Cultura do Exército
DEP	Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército
DEMU	Departamento de Museus
DPHCEx	Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
EEC	Elementos Essenciais de Combate
FUNCEB	Fundação Cultural do Exército Brasileiro
GEAEM/DIE	Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar
ICOFORT	Comitê Científico Internacional sobre fortificações e Patrimônio Militar
ICOMOS	Conselho de Monumentos e Sítios
IEB/USP	Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SCEx	Sistema Cultural do Exército
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
1 DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA	45
1.1 Arquitetura Militar: dos Tratados à experiência bélica.....	45
1.2 A Aula de Fortificação do Paço da Ribeira e os Tratados de Serrão Pimentel e Azevedo Fortes: constituição do modo português de fortificar.....	49
1.3 A “formação pelas armas” e o posto de “Capitão com exercício de engenheiro”: teoria & prática.....	64
1.3.1 Engenheiros e fortificações.....	67
2 A ILHA DE SANTA CATARINA E A AMÉRICA PORTUGUESA	75
2.1 A capitania de Santa Catarina e a definição da fronteira meridional.....	75
2.2 Ocupação da Ilha e do Território até 1738.....	80
2.3 Formação (desmembramento de São Paulo) e Administração.....	82
2.4 O Rio Grande de São Pedro e a ligação com a Colônia de Sacramento.....	85
3 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DEFENSIVO DA ILHA DE SANTA CATARINA	89
3.1 Os Brigadeiros José da Silva Paes e José Custódio de Sá e Faria: formação e trajetória.....	89
3.1.1 A Ilha Terceira de Açores.....	92
3.1.2 O Palácio de Vendas Novas.....	101
3.1.3 O Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria.....	106
3.2 O Sistema Defensivo da Ilha.....	110
3.2.1 Barra Norte e Barra Sul: as Fortalezas projetadas em 1738.....	113
3.2.2 A defesa da Vila: os acréscimos ao Sistema em 1762.....	141
3.3 A Invasão Castelhana e o Tratado de Santo Ildefonso (1777).....	157
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
4.1 O Estatuto do Tombamento e o Patrimônio Fortificado.....	161
4.2 A gestão das Fortificações.....	166
4.3 A Lista Indicativa para UNESCO.....	169
REFERÊNCIAS	173

1 INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia 24 de fevereiro de 1777, um contingente militar castelhano desembarcou na Praia de Canasvieiras, no norte da Ilha de Santa Catarina, região sul da América Portuguesa. Comandados por Dom Pedro de Cevallos, Vice-Rei do Reino da Prata, um regimento de Granadeiros e parte dos Voluntários da Catalunha, marcharam por terra em direção à Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Sem resistência por parte da guarnição da fortaleza, às oito horas da manhã, hastearam a bandeira espanhola. Era o início do domínio espanhol na ilha, que durou até 31 de julho de 1778.

A tomada da Ilha de Santa Catarina pelos castelhanos foi um evento de larga escala e grandes consequências. A esquadra que partiu de Cádiz em novembro do ano anterior era a maior que até então se tinha organizado para enviar à América: 121 unidades (barcos), 11.524 homens, 920 bocas-de-fogo. Cevallos, seu comandante geral, havia sido escolhido por conhecer bem a região Sul, e por sua experiência no embate com portugueses. Como Governador de Buenos Aires, entre 1756 e 1763, participou dos cercos do Rio Grande e da Colônia de Sacramento, além das disputas por territórios indígenas, na esteira das expedições de demarcação do Tratado de Madri (1750).

Para comandante da esquadra, foi escolhido o Marquês de Casa Tilly¹, que elaborou um sofisticado plano estratégico-militar para marcha, batalha e retirada da frota. Os dirigentes da expedição divergiam quanto à sequência de ação – ir direto à Colônia ou fazer uma parada antes na Ilha de Santa Catarina – mas era claro seu objetivo: atacar a América Portuguesa e resolver, em definitivo, a fronteira Sul da Colônia.

Após a conquista da Ilha, a frota dispersou-se. Algumas embarcações retornaram a Cádiz, para manutenção, conserto de avarias, ou mesmo porque tinham cumprido a função de transporte de tropas e mantimentos. Outras seguiram em direção ao sul, comandadas pelo Marquês de Casa Tilly, rumo a Buenos Aires. Cevallos permaneceu em Santa Catarina até fins de março. Seu plano era, da Ilha, recuperar o “continente do Rio Grande”, mas o mau tempo impediu seu

¹ Na documentação consultada consta o nome com três grafias distintas: Marquês de Casa Tilly, Marquês da Casa Tilly e Marquês Casa Tilly. Optamos por usar, ao longo do texto, a primeira opção.

desembarque. A restauração do Rio Grande, empreitada levado a cabo no ano anterior pelo tenente-general João Henrique Böhm, tornou-se definitiva, restando ao Vice-Rei o cerco a Colônia de Sacramento, e sua entrega aos castelhanos em 05 de junho de 1777.

As notícias da tomada da Ilha de Santa Catarina e da entrega da Colônia de Sacramento causaram incômodo em Lisboa. Abriu-se uma devassa contra o Marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça, comandante militar da Ilha desde 1775, o Governador e Capitão General de Santa Catarina, Pedro Antônio da Gama Freitas, o negociador dos termos da rendição, Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, e os demais oficiais militares envolvidos na capitulação. O processo durou até 1786, quando D. Maria I perdoou os envolvidos em um Decreto – com uma notória exceção – e definiu “que este negócio fique em perpétuo esquecimento”.

A devolução da Ilha à Coroa Portuguesa foi acordada no Tratado de Santo Ildefonso, assinado entre as duas Coroas em 1º de outubro de 1777. O acordo tornou-se possível devido a uma conjuntura bastante peculiar: no mesmo dia da invasão, falecia em Portugal o Rei D. José I. A herdeira do trono, D. Maria I, ao ser informada da situação na América Portuguesa, iniciou negociações com Carlos III, rei de Espanha, seu tio. A intermediação da viúva D. Mariana Vitória junto ao irmão levou ao cessar das hostilidades, e ao início das tratativas de paz.

As mudanças no cenário da Corte alteraram os rumos da negociação de paz. Os ministros plenipotenciários – do lado português, o embaixador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, e do lado castelhano o Conde Floridablanca – chegaram a um acordo que contemplou os dois lados. A Coroa Portuguesa abriu mão de sua praça-forte no Rio da Prata, a Colônia de Sacramento, em troca da Ilha de Santa Catarina. Para as definições de limites consequentes do novo Tratado, as expedições demarcadoras foram compostas de astrônomos e cartógrafos luso-brasileiros, que deveriam demarcar a linha divisória a partir de acidentes geográficos. Tal definição permaneceria, a grosso modo, desde a assinatura do Tratado até a Guerra da Cisplatina (1825).

O governo castelhano na Ilha de Santa Catarina teve duração de um ano e cinco meses. Assim como não houve dificuldades para a tomada da Ilha, a restituição também ocorreu de forma pacífica, por meio do Tratado entre as duas Coroas. As fortalezas que haviam sido construídas durante o século XVIII, numa tentativa de antecipação de um conflito, continuaram a ser guardadas, porém com a reputação de terem sido ineficazes contra o ataque. Lentamente, ao longo do século XIX, algumas tiveram novos usos, como leprosário ou locais de quarentena, e

muitas se arruinaram ou desapareceram.

Ao longo do século XX, o episódio da conquista da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis se tornou um tema recorrente na historiografia. Uma das primeiras referências ao ocorrido é de 1912, na obra *Notas para a História Catharinense*, de Lucas Alexandre Boiteux. Considerado um dos maiores historiadores navais brasileiros, este militar de carreira da Marinha publicou ao longo da vida diversos trabalhos sobre a história de Santa Catarina, inaugurando a construção de uma narrativa histórica sobre o estado, por vezes pautada na afirmação de um afeto cívico-patriótico, e a preocupação com a condição e armazenamento da documentação nos arquivos (GONÇALVES, 2017).

Tal narrativa da história catarinense foi construída a partir do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), instituição à qual estavam ligados o Almirante Lucas Boiteux e seus irmãos José Artur e Henrique, ambos também dedicados à escrita da história do estado. A preocupação com o zelo de documentos antigos e sua divulgação era característica dos Institutos Histórico Geográficos, e uma vez iniciada a publicação de um tema local, este logo foi replicado na entidade-matriz.

Em 1922, no âmbito do Congresso Internacional de História da América, João Lúcio de Azevedo apresentou uma comunicação sobre a Política de Pombal em relação ao Brasil, mencionando a questão fronteiriça da segunda metade do século XVIII. Neste mesmo evento, o Almirante José Candido Guillobel também falou sobre os limites do Brasil. Ambas comunicações foram publicadas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), demonstrando que temas locais por vezes transpareciam em artigos de uma abordagem mais ampla.

Outros artigos da RIHGB, publicados entre 1932 e 1967, também mencionam o conflito pela Ilha no século XVIII dentro da conjuntura política colonial. São artigos sobre a Colônia do Sacramento, a transferência da capital para o Rio de Janeiro, ou as diretrizes pombalinas do período. Foi somente no final dos anos 1970 que a revista começou a publicar artigos diretamente relacionados ao tema. Dentre estes, destacamos a coleção de cartas do Vice-Rei Marquês de Lavradio sobre a devolução da Ilha, compiladas por Oswaldo Rodrigues Cabral em 1977; o artigo de Marcos Carneiro de Mendonça, *A Rendição da Ilha de Santa Catarina*, de 1978; e o de Abeillard Barreto, *Fontes para o estudo da história da ocupação espanhola do Rio Grande do Sul (1763-1777)*, de 1984.

Quer seja nos artigos dos Institutos Histórico-Geográficos, ou na bibliografia publicada, o episódio da dominação castelhana tornou-se indissociável das fortalezas de Santa Catarina. Ao se escrever sobre aquele, estas eram sempre apresentadas como grandes construções, com enorme importância histórica e exemplares da engenharia militar portuguesa, mas insuficientes para evitar o ocorrido. As causas da falha variam de acordo com cada investigador: incapacidade bélica (poucos canhões e munição insuficiente), erros projetuais, falta de material humano (guarnição insuficiente ou mal preparada), e até mesmo questões como a imprecisão da artilharia da época. Entretanto, para a historiografia, nenhum desses “defeitos” apontados desmerecem a iniciativa construtora dos Brigadeiros José Dias Paes e José Custódio de Sá e Faria, que em um curto espaço de tempo e num mesmo território construíram uma sofisticada linha de defesa, conformando um impressionante conjunto fortificado.

Consideramos que a construção do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina foi uma empreitada levada a cabo entre 1738 e 1776², mostrando-se uma ação de longa duração, executada em um mesmo espaço geográfico, por duas personagens distintas, porém com a mesma intencionalidade. Os motivos com que justificamos essa continuidade espaço-temporal são o histórico construtivo das fortificações e a trajetória dos construtores.

Quando da criação da Capitania em 1738, seu primeiro Governador e Capitão General foi encarregado de fortificá-la para sua defesa. O Brigadeiro José da Silva Paes construiu então quatro fortificações, procurando assim proteger a entrada do canal entre a Ilha e o continente, preocupando-se com o território. A partir de 1761, as novas fortificações projetadas pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria são construídas para guarnecer a Vila de Nossa Senhora do Desterro e alguns outros pontos sensíveis, como a Lagoa da Conceição. Tem-se, portanto, uma segunda linha de defesa, formando com a anterior um Sistema Defensivo mais completo, protegendo Ilha e Vila.

A trajetória dos construtores também justifica a percepção de que o Sistema Defensivo de Santa Catarina foi construído em fases, praticamente complementares. A experiência do Brigadeiro Silva Paes no Reino e no território açoriano motivaram-no a planejar para a Ilha não apenas uma, mas quatro fortificações, que assegurassem o domínio insular. Já o conhecimento do

² Julgamos que o recorte do período construtivo do Sistema de Defesa deve iniciar-se em 1738, com a construção das primeiras fortificações, e encerrar-se em 1776, com o governante antes do domínio espanhol. As últimas fortificações do sistema foram construídas entre 1760 e 1765 pelo Governador Francisco Antonio Cardoso de Menezes e Sousa, mas é provável que entre 1775 e 1776 tenham sido elevadas paliçadas e outras estruturas não permanentes, quando na ilha esteve o Marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça, encarregado de sua defesa.

Brigadeiro Sá e Faria das fronteiras a serem demarcadas pelo Tratado de Madri e sua vivência nesse conflito fizeram-no optar pela defesa da Vila do Desterro, tendo por exemplo os sítios à Colônia de Sacramento na segunda metade do século XVIII.

A presença de engenheiros militares, cartógrafos e estudiosos nas fronteiras da América Portuguesa, até então “desprezada” pela Coroa, relacionam-se às flutuações na relação entre Portugal e Espanha, que ao longo do século XVIII negociavam seus limites no continente europeu e nas colônias do continente americano. Tornou-se então necessário conhecer o território, ocupá-lo para garantir sua posse, e em seguida, mapeá-lo e discutir suas fronteiras a partir de vilas, povoados e fortificações – símbolo militar da presença e apropriação do espaço.

Temos, portanto, a implantação de uma estrutura de defesa que, para além de seu propósito propriamente dito, também representava uma capacidade de resposta da Coroa Portuguesa frente às ameaças vizinhas. Contudo, em seu momento de ação efetiva, o sistema apresentou falhas e não correspondeu à sua função primeira. Esse erro custou à Coroa Portuguesa o território da Ilha, fazendo com que as fortificações de Santa Catarina fossem consideradas ineficientes e mal planejadas.

A ineficiência das fortificações de Santa Catarina merece ser analisada por uma outra abordagem que não apenas a das questões técnicas de triangulação do cruzamento de fogos e capacidade bélica – certamente relevantes. A construção de fortalezas na América Portuguesa no século XVIII respondia à um duplo objetivo: defender e garantir aquela posição. A defesa é a função primordial de uma fortificação, mas no caso em questão, sua presença assegurava o controle do território, de rotas de abastecimento e navegação, de acesso a recursos naturais. É necessário entender o sentido de construir no espaço reduzido da Ilha de Santa Catarina e por um curto período as fortificações que compõem o Sistema Defensivo, e considerar que se tal Sistema não se mostrou eficiente para a defesa, quando das negociações do Tratado de Santo Ildefonso (1777) tornou-se indispensável.

Para além das fortificações, o conflito na fronteira meridional mobilizou um contingente militar expressivo: o chamado “Exército do Sul” chamou nossa atenção em trabalhos anteriores³, juntamente com o volume de documentação cartográfica produzido. Os efeitos das escaramuças entre portugueses e castelhanos na bacia do Rio da Prata foram sentidos não apenas nas

³ LEITE, Lorena. *Déspota, tirano e arbitrário: O Governo de Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo (1775-1782)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

Capitanias do Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, mas estenderam-se ao Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e até mesmo à Bahia e Pernambuco.

A criação, manutenção e movimentação de agrupamentos militares é um tema bastante estudado pela historiografia. Quer seja o corpo militar permanente – que na colônia contava tradicionalmente com um efetivo baixo – quer seja nos Corpos de Auxiliares e de Ordenanças, os trabalhos sobre as tropas de defesa do Brasil constituem uma vertente importante de pesquisa do campo sobre questões militares. Acreditamos que a análise das fortificações deve levar em conta, também, o efetivo designado. No caso de Santa Catarina, é interessante notar que, após a construção, o Brigadeiro Silva Paes cria um Regimento de Infantaria, preocupado justamente com a operacionalidade das fortificações.

Outra vertente de estudos sobre assuntos militares é a questão dos limites. O entendimento das fortificações como elementos definidores de fronteiras restringe de certa forma sua compreensão, colocando-as como símbolos de ocupação do território e demarcadoras de divisas. Por outro lado, sua análise enquanto edifício por vezes é restrita ao âmbito do patrimônio, que utiliza como referência territorial apenas o sítio, e prioriza o exame da construção em si. Consideramos que o papel das fortificações na questão territorial deve ser o ponto de partida para observá-las, e que juntamente com o aspecto arquitetônico, podem explicar o Sistema Defensivo construído em Santa Catarina.

Esta pesquisa tem por referência três trabalhos nacionais que consideramos fundamentais para o tema, e a partir dos quais desenvolveu-se o marco teórico. São estudos primordiais para aqueles que se dedicam à Arquitetura Militar – seus agentes e preservação – e também, especificamente, para a História de Santa Catarina e suas fortificações. Cada um desses trabalhos acabou por indicar uma sequência de referências bibliográficas, que apresentaremos a seguir.

O primeiro trabalho foi a coleção *Muralhas de Pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*, porta de entrada para conhecer as obras que intentaram um mapeamento de fortificações no Brasil. Publicada a partir de 2009, trata-se do mais recente levantamento e descrição das fortificações brasileiras. A coleção divide as fortificações em regiões, e apresenta a maior e mais atual obra para consulta desse tipo de construção. Ao lado do tratamento técnico das fortificações, apresenta uma “descrição sumária da conjuntura histórica do período de construção de cada forte”, para contextualizá-lo e auxiliar o leitor.

Interessa-nos nessa coleção o primeiro volume, dedicado ao Rio de Janeiro, e o volume quarto, dedicado à região sul, publicado em 2019. A escolha por dedicar um volume integral ao Rio de Janeiro é justificada pelo autor devido à grande importância estratégica da cidade, sua participação em eventos militares, e sua história enquanto capital na Colônia, no Império e na República. Há ainda uma questão tática em analisar, primeiramente, o Rio de Janeiro: “ao se estudar a história das obras defensivas do Rio de Janeiro é possível conhecer a base das ideias e dos acontecimentos que fundamentaram a construção de fortes em todo o Brasil (CASTRO, 2009, p.15).

O que se afirma nesse caso é particularmente válido para nosso objeto de estudo. O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina começou a ser construído pelo Brigadeiro José da Silva Paes após uma série de obras na cidade do Rio de Janeiro, para onde tinha sido enviado inicialmente. Seu deslocamento para o Sul é consequência do desenvolvimento dos conflitos entre as Coroas e seus desdobramento na colônia. Assim, as fortificações de Santa Catarina acabaram por estar, na prática, relacionadas às que haviam sido construídas no Rio de Janeiro pelo mesmo Engenheiro Militar.

O trabalho do prof. Adler Homero Fonseca de Castro é, como dissemos, o mais recente esforço de mapeamento das fortificações em nosso território, e foi precedido por algumas iniciativas notáveis. Já em 1885, o Coronel Augusto Fausto de Souza publicava NA RIHGB um artigo intitulado Fortificações no Brasil, escrito por ocasião da Conferência Sobre História e Geografia do Brasil, em 1881. Dividido em 3 partes, primeiro apresenta um panorama geral da História do Brasil, em seguida “passa ligeira revista em toda a periferia do paiz, designando os limites determinados por convenções diplomáticas” e encerra com uma “Notícia das fortificações nas províncias”.

Na primeira parte, temos a menção a Santa Catarina no contexto dos conflitos com os castelhanos a partir de 1735:

(...) e querendo o governo portuguez segurar as suas fronteiras do sul, enviou o brigadeiro José da Silva Paes, a fundar a colonia do Rio Grande, fortificando-a do lado da campanha; e assim que este, em officio de 11 de Agosto de 1738, participou ter concluído essa missão, foi-lhe conferido o governo da capitania de Santa-Catharina, desmembrada da de São Paulo, com ordem de promover a povoação e defesa da ilha, o que elle executou, construindo as fortalezas de Santa-Cruz do Anhatomirim, de São-José da Ponta-Grossa, de Santo-Antonio do Ratonés, e da Conceição na barra do sul; no que foi continuado por seus sucessores Francisco Antonio Carlos e

Francisco de Souza Menezes, que fizeram erigir outras obras de defesa na costa leste da ilha (SOUZA, 1885, p. 20).

Mais à frente, ainda nesta parte, Fausto de Souza menciona a conquista da ilha pelos castelhanos, “abandonada pela esquadra de MacDuall, com defeituosas fortalezas desprovidas de guarnição e de víveres, rendeu-se sem resistência ao feroz castelhano”. O tom de crítica às fortificações de Santa Catarina será mantido mais adiante, nas páginas 41 e 42, da segunda parte do artigo, quando discorre sobre suas desvantagens, citando até mesmo um trecho do diário de viagem do Conde de La Pérouse⁴, para embasar sua opinião pouco elogiosa às fortificações.

Por fim, no terceiro item do artigo, Fausto de Souza relaciona as fortificações brasileiras, citando-as por localidade. Para a ilha de Santa Catarina, o autor elenca 13 estruturas fortificadas, divididas em fortalezas (São José da Ponta Grossa, Santa Cruz [de Anhatomirim], Santo Antonio [de Ratonas] e Nossa Senhora da Conceição da Barra Sul [de Araçatuba]), fortes (Sant’Anna [do estreito], São Caetano, da Lagoa, e do Ribeirão) e baterias (São João, São Luís, São Francisco Xavier, Santa Barbara e João Mendes). Para cada uma, escreve uma pequena descrição.

Os trabalhos de levantamento de fortificações brasileiras subsequentes mantiveram o padrão de escrita, tornando-se apenas mais concisos e variando algumas informações. Temos assim os trabalhos do Major Aníbal Amorim, *História das Fortificações no Brasil* (1912-1921), do Capitão Carlos Garrido, *Fortificações do Brasil* (1940) e do Coronel Aníbal Barreto, homônimo *Fortificações do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1958, sendo o último inventário desse tipo, até a recente publicação do prof. Adler Homero.

Percebe-se que até a publicação de *Muralhas de Pedra...* os levantamentos de fortificações eram feitos por militares, por vezes divulgados apenas em comunicados internos – como no caso do trabalho do Major Aníbal Amorim. Sendo propriedade do Exército ou Marinha, seria comum que, periodicamente, houvessem sondagens acerca da quantidade, estado e uso das fortificações. A análise sequencial desses trabalhos possibilita acompanhar sua transformação e entender as mudanças que sofreram em sua utilização.

Um traço relevante a se notar em relação aos levantamentos de militares sobre as fortificações de Santa Catarina é que despontam comentários sobre sua inutilidade quando da defesa contra

⁴ Conde de La Pérouse foi um viajante francês, com passagem pela costa brasileira em outubro de 1785, a caminho do Pacífico. Para uma listagem dos viajantes estrangeiros pela costa do Brasil, ver FRANÇA; RAMINELLI, 2009.

os castelhanos, da mesma forma que nos trabalhos acadêmicos. Tais observações podem ser justificadas por sua origem: em se tratando de investigações realizadas no âmbito das Forças Armadas, o caráter defensivo da fortificação é um elemento fundamental para justificar sua construção, manutenção e uso. Daí que, devido à invasão, as fortificações da ilha estejam sempre inventariadas junto às demais construídas, porém com a observação de não terem cumprido sua função.

O trabalho do prof. Adler destaca-se nessa linhagem por, dentre vários motivos, ser uma publicação civil oriunda de sua experiência como técnico do IPHAN⁵. O cuidadoso levantamento das edificações militares, sua descrição em linguagem clara e acessível, e a preocupação em apresentar o contexto e o histórico de construção das fortificações tornam a coleção muito mais ampla que os levantamentos anteriores.

Para além dos trabalhos panorâmicos de descrição das fortificações, existe também uma bibliografia produzida no meio militar que auxiliou na fundamentação de nosso trabalho. As obras de António Lopes Pires Nunes *O Castelo Estratégico Português e A Estratégia do Castelo em Portugal* (1988), *Dicionário de Arquitectura Militar* (2005) e *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar* (1991), serviram como instrumento de consulta sobre termos e expressões da engenharia militar, facilitando o entendimento dos tratados de arquitetura militar e das plantas das fortificações. *A Engenharia Militar Portuguesa*, do General Lyra Tavares (1965), e *Os Generais do Exército Português*, do Coronel Alberto Soares (2003) forneceram informações biográficas preciosas sobre os construtores, e indicaram fundos de arquivo para consulta. Por sua vez, as publicações *Fortificação do Território: A segurança e a defesa de Portugal do século XVII ao século XIX*, de Berger e Gaspar (2013) e *As Linhas de Defesa de Lisboa construídas na Guerra Peninsular*, organizado pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (2013), nos mostraram o Método Lusitano de Fortificar posto em prática, contribuindo para nossa reflexão sobre sua transferência para a América Portuguesa.

Uma segunda linha de referências bibliográficas auxiliou-nos na investigação sobre arquitetura militar e seus agentes. A pesquisa da profa. Beatriz Bueno, *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares: 1580-1822* (2011), foi o ponto de partida, e orientou-nos quanto às funções e atribuições daqueles responsáveis pelas construções das estruturas de defesa,

⁵ A coleção é uma publicação civil, composta de 04 volumes, publicados pela Fundação Cultural do Exército Brasileiro (FUNCEB).

mapeadas pelos trabalhos mencionados anteriormente. Também mostrou a importância das plantas e dos mapas para o estudo das fortificações, e como sua elaboração é resultado de uma cuidadosa formação militar, que permitia, além da construção de fortes, fortins e fortalezas, outras obras de importância para os núcleos urbanos.

Dentro desse conjunto bibliográfico, temos aqueles sobre os tratados de arquitetura em si e as “Escolas” de fortificação⁶, que nos situaram nessa tipologia construtiva e facilitaram a interpretação dessas edificações em Santa Catarina. Da mesma forma, o papel da engenharia militar no Brasil foi explorado em livros e artigos que confirmavam a importância do engenheiro militar não só no planejamento da defesa, mas também no urbanismo do período colonial⁷.

Ao nos aprofundarmos nos trabalhos executados pelos engenheiros militares no Brasil e sua formação, percebemos a dualidade de sua função. Não havia, no aspecto do planejamento e execução de edificações, uma separação entre os encarregados de construções civis versus construções militares, de modo que esses engenheiros também acabaram por erigir igrejas, casas de Câmara e Cadeia, e outros prédios públicos necessários à administração colonial. Atuavam dessa forma como agentes encarregados do edificar. A essa atividade construtora, soma-se o levantamento cartográfico do território, a confecção de mapas e cartas para definir fronteiras e limites.

Nessa direção, foi importante a consulta às obras de Jaime Cortesão, sobre o Tratado de Madri, *Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid* (1950 e 1956), e do Almirante Max Justo Guedes, *A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII. Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*, (1997), pioneiro na cartografia histórica.

⁶ Ver: MOREIRA, R. (Dir.). *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
PAAR, E. As fortificações seiscentistas de Elvas e o primeiro sistema holandês de fortificação. *Revista a cidade*. Lisboa, n. 12 (Nova Série), p. 129-170, 1998.

FERREIRA, N. A. M. *Luís Serrão Pimentel (1616-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Lisboa, 2009. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

RIBEIRO, D. M. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. São Paulo, 2009. 213p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

PRATA, M. C. Q. Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa. *VÉRTICES*. Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 2, p. 127-145, maio/ago. 2011.

⁷ Ver: TEIXEIRA, M. C.; VALLA, M. *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, M. C. (Coord.). *A Construção da Cidade Brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

TOLEDO, B. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981.

Na historiografia portuguesa, utilizamos os trabalhos de André Almeida, *A formação do espaço brasileiro e o projecto do novo atlas da América Portuguesa (1713-1748)* e Mário Ferreira, *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das partidas do sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*, ambos de 2001, e de João Garcia, *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia* (2002). Seleccionamos trabalhos que embasaram nossas reflexões sobre a construção territorial do Brasil e a forma como as cartas e mapas, por vezes confeccionados para utilização durante negociações de tratados, se tornaram fontes de informações preciosas e por isso o cuidado com que eram elaboradas. Recorremos também aos trabalhos das professoras Júnia Ferreira Furtado, *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil* (2012) e Íris Kantor, *Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica* (2009), sobre geopolítica e a confecção de mapas como capital simbólico no século XVIII.

O terceiro conjunto de referências bibliográficas definiu-se por estudos locais sobre fortificações, com enfoque em Santa Catarina. Iniciou-se pelo trabalho do prof. Mário Mendonça de Oliveira, *As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil* (2004). Como modelo de estudo de caso, utilizamo-lo como guia metodológico de pesquisa e comparativo entre Sistemas de Defesa construídos no Brasil. A partir dele, olhou-se também para o porto de Santos e o Rio de Janeiro, para percebermos modelos construtivos e apontar suas semelhanças e diferenças com o de Santa Catarina (MORI; LEMOS; CASTRO, 2003).

Ao definir nosso trabalho igualmente como um estudo de caso, direcionamo-nos para Santa Catarina, levantando a bibliografia local sobre o estudo de fortificações da ilha. Deparamo-nos com uma historiografia consolidada, como mencionado acima, com trabalhos pioneiros que nos seriam inconcebíveis ignorar. Referimo-nos a Oswaldo Cabral, *As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*, (1972) e Walter Piazza em *Santa Catarina: sua história*, (1983), fundadores de uma vertente historiográfica acadêmica, embasada na pesquisa com fontes primárias. Já os trabalhos de Cláudio Moreira Bento, *A guerra da restauração do Rio Grande do Sul, 1774-1776* (1996) e Cândido Caldas, *História Militar da Ilha de Santa Catarina: notas* (1992), confirmam nossa percepção do tema “fortificações” como interesse de pesquisa do âmbito militar, e que gradativamente foi se tornando assunto de outros pesquisadores.

O Sistema Defensivo de Santa Catarina chegou a possuir duas dezenas de fortificações, a maior parte localizada na Ilha. Tendo como balizas temporais a criação da Capitania em 1738, e o

levantamento de José Correia Rangel de 1786, não foi considerado como parte do objeto de estudo o Forte Marechal Moura, construído junto ao Farol de Naufragados entre 1909 e 1913 (TONERA, 2020).

Dentro desse conjunto de fortificações, optou-se então por mais um recorte: a investigação mais detalhada sobre os fortes/fortalezas em uso ou preservadas em alguma medida, contabilizando assim um total de sete fortificações. Tal redução no universo considerado para o estudo aponta um dado importante: algumas dessas edificações sofreram um processo de abandono, ruína e degradação, entre o final do século XVIII e o início dos anos 1970, quando o IPHAN começou um projeto de redescoberta das fortificações catarinenses.

Contudo, mesmo com o desaparecimento de algumas dessas edificações, é possível observar os principais elementos do Sistema Defensivo construído pelos Brigadeiros José da Silva Paes e José Custódio de Sá e Faria: as quatro fortalezas originais, três protegendo a baía norte e uma a baía sul, e dois fortes e uma bateria construídos na segunda fase, aqueles para defesa da vila e este para reforço da guarnição já construída.

Portanto, foram consideradas como objetos de estudo as seguintes construções militares: Fortaleza de São José da Ponta Grossa & Bateria de São Caetano, localizados ao norte da ilha; Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, construída na ilha de mesmo nome, pertencente ao município de Governador Celso Ramos; e a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas, na ilha de Ratonas Grande, situada no meio do canal da baía norte. Essas três estruturas defensivas formavam o triângulo de defesa da Baía Norte, e encontram-se restauradas, abertas à visitação do público sob a gestão da UFSC. Na Baía Sul, temos a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, construída na ilha defronte ao Farol de Naufragados, atualmente arruinada. No centro da cidade, Forte de Santana, atual Museu de Armas Major Lara Ribas, e Forte de Santa Bárbara, recentemente transformado em Centro Cultural da Marinha em Santa Catarina e Museu Naval.

No mapa abaixo (Imagem 1), vemos a localização das fortificações, além de algumas indicações de distância entre Florianópolis e outras cidades da região sul.

Imagem 1 – Mapa de localização das fortalezas geridas pela UFSC, na Ilha de Santa Catarina.



Fonte: TONERA, 2019, p. 6.

A opção por investigar apenas as construções atualmente existentes do Sistema Defensivo originou-se a partir de uma das hipóteses e da própria investigação documental. Para refletir sobre o uso e a preservação desse tipo de construção foi necessário, primeiramente, levantar o estado em que se encontravam quando da formulação do projeto de pesquisa, o que excluiu do conjunto as fortificações desaparecidas. A investigação sobre os processos de tombamento

confirmou que as construções que chegaram até 1938 coincidiam com o levantamento inicial, à exceção do Forte de Santa Bárbara, tombado posteriormente.

Assim, temos por objeto de estudo exemplares de fortificações que compunham o Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina no final do século XVIII, e que podemos, por suas inter-relações, considerar como um subconjunto que espelha as características do todo, sem olvidar os demais elementos que completavam o Sistema.

Nossa hipótese inicial é a de que o Sistema Defensivo de Santa Catarina possui particularidades em relação à outras capitanias. Consideramos que as fortificações da Ilha se tornaram um conjunto coeso, mesmo com o intervalo de construção entre edificações. Tal característica nos parece provável devido à análise documental efetuada durante a pesquisa. Esse Sistema Defensivo, quando comparado a outros – Rio de Janeiro, Bahia e Santos – apresenta um planejamento paradigmático da estratégia de defesa desenvolvida pela Arquitetura Militar do século XVIII e, afortunadamente, sua execução completa. Tal hipótese será posta à prova no decorrer deste trabalho, de maneira a verificar sua validade.

Deveremos também, enquanto suposição, analisar as possíveis falhas do modelo defensivo que levaram à ocupação da Ilha pelos espanhóis, sem que as fortificações tenham cumprido efetivamente seu papel defensivo. Apresentaremos algumas possíveis causas que levaram a tal, mas acreditamos ser válido apontar que diversos motivos contribuíram para o episódio.

Analisando o processo de preservação das fortificações, precisaremos considerar brevemente as práticas e os usos de tais edificações, nos concentrando em seu aproveitamento a partir do tombamento. Serão mencionadas as funções adquiridas pelas edificações ao longo do tempo, e qual sua relação com a forma/método em que foram preservadas. Aqui, caberá refletir sobre o papel memorial contemporâneo das fortificações, partindo da análise de um objeto edificado que perdeu o emprego e precisou ressignificar-se.

Esta pesquisa tem como objetivo geral demonstrar que o Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina iniciou sua construção em 1738 e, a partir de 1762, recebeu novas fortificações, tornando-se “completo” por volta de 1775. Tentaremos assim comprovar que o Sistema, tal como o nome aponta, é resultante de “fases” construtivas complementares, tornando-se, portanto, um conjunto defensivo unificado, construído ao longo do século XVIII.

Partindo desse propósito inicial, tentaremos mostrar como o Sistema Defensivo demarca um

território, e torna-o pertencente à um domínio. A construção das fortalezas na Ilha de Santa Catarina será interpretada como parte das ações da Coroa para delimitar o território Sul da América Portuguesa, e a inserção dessa Capitania na estrutura administrativa da Colônia.

Seguindo esse caminho, iremos analisar a função da Ilha de Santa Catarina como ponto de apoio entre a porção meridional da Colônia Portuguesa e o centro político – a Cidade do Rio de Janeiro. A atribuição da ilha como destino intermediário para os que navegavam no Atlântico Sul, a nosso ver, certamente contribuiu para sua escolha como sede de Capitania e para a construção das fortificações.

Procuraremos também discutir o papel dos Engenheiros Militares no contexto da construção e planejamento das fortificações, analisando em específico o caso de Santa Catarina mas sem perder de vista a dimensão colonial. Com a investigação desse Sistema Defensivo pretendemos apontar possíveis contribuições arquitetônicas das fortalezas que o compõem frente a arquitetura militar brasileira e seus demais sistemas de defesa.

A pesquisa procedeu a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando dados extraídos da documentação e da revisão bibliográfica, para interpretação e reflexão acerca do objeto de estudo. A opção metodológica por essa abordagem justifica-se por se tratar de um estudo de caso, e pelo esforço comparativo com outros objetos similares, as fortificações do Rio de Janeiro e Salvador.

O trabalho procura articular fontes iconográficas, mapas e plantas, e fontes textuais, originalmente manuscritas, compostas pela correspondência oficial entre a Coroa e seus agentes. Em ambas encontramos fontes impressas e manuscritas, de modo que se partiu da documentação já publicada, para posteriormente completá-la com o material levantado em bibliotecas e arquivos.

A atividade com as fontes documentais iniciou-se a partir da *Coleção de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes*, publicada na Revista do IHGRS (1948). A publicação de documentos manuscritos era uma prática dos Institutos Histórico e Geográficos, e sua leitura permitiu um primeiro contato com os agentes da Coroa atuando no América Portuguesa no segundo quartel do século XVIII. Para auxiliar na compreensão da conjuntura e do papel dos engenheiros militares e dos administradores coloniais, foram examinados ofícios do Arquivo Histórico Ultramarino, disponíveis pelo Projeto Resgate, e explorados fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Temos assim, a utilização concomitante de fonte documental

impressa (transcrita) e manuscrita.

Para a documentação, o ponto de partida foi o manuscrito *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786*, de José Correia Rangel, publicado pela UFSC (TONERA, 2015). A partir do Estágio de Pesquisa em Portugal, fez-se o levantamento cartográfico/projetual no Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar (GEAEM/DIE), em Lisboa, e no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Rio de Janeiro. Seguiu-se, dessa forma, o mesmo padrão de coleta de dados de fontes primárias, partindo da leitura das fontes impressas acrescidas de fontes manuscritas. Por último, após o Exame de Qualificação, foram levantadas outras fontes cartográficas, curiosamente em acervos paulistas, que constam do Banco de Dados Internacional sobre Fortificações.

A análise da questão patrimonial foi feita a partir de fontes impressas, utilizando o processo de tombamento das fortificações disponível no Arquivo do IPHAN, e os convênios firmados entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Marinha do Brasil para a cessão das fortalezas. Dentro dessa investigação, foi necessário o embasamento jurídico da Lei do Tombamento (Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937) e a Carta do Recife (2017) que estabeleceu a proposta de Candidatura das Fortificações para Patrimônio Mundial.

Sendo uma pesquisa de caráter descritivo, a combinação entre fontes impressas e manuscritas foi fundamental para que a interpretação do objeto de estudo e a reflexão proposta para sua análise fossem abrangentes. Contudo, para a discussão sobre patrimônio, não foram selecionadas fontes manuais, apenas as fontes impressas que mencionamos acima. À essas, acrescentaremos as referências bibliográficas que tratam do tema e, particularmente, alguns livros que recuperam o processo de restauração e conservação das fortificações (MARTINS; GONZAGA, 2017; TONERA, 2019).

Em termos de divisão cronológica, a pesquisa investiga o objeto – o Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina, tal como definido anteriormente – em duas temporalidades: a primeira, abrangendo desde criação da Capitania de Santa Catarina, em 1738, até o levantamento de José Correia Rangel, em 1786, que apresenta o Sistema Defensivo concluído. Temos assim um exame focado no século XVIII, com documentação e levantamento historiográfico relativos ao período. Dentro dos objetivos propostos, a análise desse período é que nos interessa para comprovar a hipótese inicial – um Sistema Defensivo uno, construído ao longo do século XVIII – e, especialmente, para problematizar a eficiência das construções fortificadas e seu papel na

capitulação do governo da ilha.

A segunda temporalidade explora a preservação das fortificações, partindo de seu decreto de tombamento de 1938, e continuando até os anos 1990, quando a gestão de algumas das fortificações é transferida à UFSC. Essa análise consideramos como contemporânea, por se tratar de uma matéria ainda em discussão, e que apresenta uma interface de diálogo da pesquisa com acontecimentos da atualidade. Tentamos, assim, ponderar sobre o papel das fortificações enquanto patrimônio, e quais as particularidades de Santa Catarina frente a outros bens da mesma natureza também preservados.

Entre as duas temporalidades existe um espaço cronológico que não será abordado, e é necessário justificar tal escolha. O tombamento das fortificações de Santa Catarina logo no início do IPHAN corresponde à um recorte de edificações representativas, à época, de um ideário brasileiro. Assim, durante a “fase heroica”, são privilegiados bens móveis e imóveis relacionados ao período colonial, à herança portuguesa. Portanto, o caráter construtivo setecentista é o que justifica a inscrição das fortificações no Livro de Tombo, sendo este justamente o período cronológico que enfocamos na pesquisa. Assim, as considerações apresentadas sobre a preservação das fortificações decorrem da escolha patrimonial do IPHAN, que privilegiou o século XVIII em seus processos iniciais, não sendo preciso então detalhar seus usos e funções após a invasão castelhana para pensar sua patrimonialização.

O primeiro capítulo, *Diálogo com a Historiografia*, procura analisar os Tratados de Arquitetura Militar como instrumentos para entender a construção de fortificações na época moderna, e o papel dos engenheiros militares como construtores e oficiais do Exército Português. Nesse sentido, é dada ênfase aos dois principais Tratados de Arquitetura Militar publicados em Portugal – *O Methodo Lusitano...*, de Serrão Pimentel (1680) e *O Engenheiro Português*, de Azevedo Fortes (1728) – e a partir de sua leitura, formar um léxico para entender as fortificações de Santa Catarina dentro do que chamamos Método de Fortificar Lusitano. Após a análise da teoria sobre Arquitetura Militar, passamos à investigação sobre a formação dos engenheiros militares e sua atuação prática, demonstrando sua atuação tanto no âmbito das edificações quanto na elaboração de cartas e mapas.

O segundo capítulo procura mostrar as circunstâncias antes da criação da Capitania de Santa Catarina – sua passagem de um território “esquecido” a uma posição de articulação entre a Fronteira Sul e o Rio de Janeiro. Para tanto, tentamos investigar sua constituição enquanto

território autônomo e suas inter-relações com outras regiões. A importância que a Ilha adquire na definição da fronteira sul ao longo do século XVIII auxilia o entendimento da construção de suas defesas como sistema, e não como postos fortificados ao longo da costa.

O terceiro e último capítulo, *A Construção do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina*, apresenta uma análise comparativa das trajetórias do brigadeiros José da Silva Paes e José Custódio de Sá e Faria. Ambos estiveram relacionados tanto à construção do Sistema Defensivo da Ilha quanto à sua posição como Capitania intermédia. Em seguida, passaremos às fortificações em si, analisando a construção de um sistema articulado, como o “triângulo” entre Anhatomirim, Ponta Grossa e Ratoles, e sua posterior complementação com as fortificações de defesa da vila. No último item deste capítulo, será analisado o episódio da ocupação da ilha pela esquadra do vice-rei de Buenos Aires, d. Pedro de Cevallos, em 1776. O objetivo aqui é problematizar a eficiência das construções fortificadas e seu papel na capitulação do governo da ilha, considerando que a questão acabou por se resolver diplomaticamente.

Nas *Considerações Finais*, é abordado o tema da patrimonialização de fortificações no Brasil. Como parte do fechamento da tese, apresentamos brevemente o percurso cronológico da preservação desse tipo de patrimônio no Brasil, e o caso específico do conjunto defensivo de Santa Catarina. Considerando o andamento do processo da Candidatura “Conjunto de Fortificações do Brasil”, abordamos essa iniciativa dentro do espectro de ações para valorização e preservação do patrimônio, sem procurar apreciar a candidatura em si.

1. DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA

1.1 Arquitetura Militar: dos Tratados à experiência bélica

Para cidades fortificadas, os princípios gerais a seguir devem ser observados. Primeiramente, a escolha de um local salutar. Esse local deverá ser alto, sem nevoeiros ou geada, e em um clima temperado, nem quente nem frio; além disso, não deve haver pântanos nas redondezas. Pois, quando as brisas matinais sopram em direção à cidade pela manhã, trarão consigo a névoa dos pântanos, e dentro da névoa, o hálito venenoso das criaturas do pântano, que será levado para dentro dos corpos dos habitantes, e isso tornará o local insalubre.

Vitrúvio (80 – 15 a.C)

Como ciência, técnica e arte que nos permite habitar um espaço físico, a arquitetura tem um papel fundador nas sociedades humanas. A ação de construir é a de reunir os homens, de vencer as dificuldades da natureza, e a partir dessa superação das adversidades iniciar a formação do corpo social, das instituições. O edificar cria condições para o surgimento de uma outra natureza humana – lógica, racional e social – que tem na arquitetura sua materialização⁸.

A atividade arquitetônica tem um caráter instaurador, que nos permite ocupar não apenas um espaço físico, mas também no tempo, pois ela delimita “uma geografia de costumes, tradições e inovações”, percebida nos produtos que por ela nos são deixados, as edificações (BRANDÃO, 2016, p. 83). Nesse sentido, podemos entender diversas estruturas arquitetônicas além de seus usos específicos e formas particulares. Neste trabalho, nos deteremos na análise das construções militares, em particular, das fortificações, e sua função de defesa e ocupação de um território.

Se o ato de construir é unificador dos homens, ou em uma perspectiva mais pragmática, nele se reúnem conhecimentos e habilidades, no caso das construções militares há ainda o propósito

⁸ Uma discussão mais aprofundada sobre aspectos do pensamento e da produção arquitetônica e urbanística, a partir da análise do Tratado *De re aedificatoria*, foi feita pelo Prof. Carlos Brandão em seu livro “*Arquitetura, Humanismo e República: a atualidade do De re aedificatoria*”, lançado em 2016, e que tivemos a oportunidade de debater com o autor. Nossa intenção é apenas indicar as relações entre o ato de edificar e formação das organizações sociais, sem intentar aprofundarmo-nos na discussão.

defensivo da construção. Elas são, de certa forma, uma lembrança do primitivo ato de construir: defender-se e abrigar-se dos perigos externos. Nas fortificações, talvez ainda mais que em outras construções, “projetar, pensar a construção, edificar e habitar fundam laços de solidariedade e reciprocidade entre os homens” (BRANDÃO, 2016, p. 64).

Vencida a etapa de proteção primitiva, as fortificações se transformaram numa demonstração externa de domínio e controle (de território e populações), sem perder, contudo, seu caráter de segurança e abrigo. Nos períodos conflituosos, permitiam a defesa perante o inimigo, e a organização de seu ataque.

A construção de castelos, fortalezas, e fortins pode ser entendida como símbolo de poder, ocupação e, no limite, posse de um determinado território. São indícios da atividade humana e marcam na paisagem sua presença. Juntamente com os primeiros agrupamentos urbanos, vieram a seguir as estruturas de defesa, por vezes necessárias à proteção contra outros agrupamentos:

A construção de antigas fortificações, cujas ruínas podem ser vistas por todo o mundo, nos indica a existência de atacantes que criaram e aperfeiçoaram métodos para invadir esses redutos, derrubar suas muralhas ou obrigar as populações cercadas a se renderem (PRATA, 2011, p. 129).

Assim, a criação das primeiras estruturas defensivas estava relacionada à proteção exterior, e à salvaguarda daqueles que nela se abrigassem. Era a chamada defesa passiva, na qual o objetivo era resistir o máximo possível aos ataques externos. Com a evolução dos castelos e das “máquinas de assalto”, desenvolveu-se uma estratégia de defesa ativa, que permitisse também a resposta aos invasores. Essa estratégia será levada ao extremo no período moderno, quando as fortificações se tornam, em si, equipamentos de ataque, ao protegerem os soldados através de escarpas, fossos, contrafortes e outras estruturas construtivas (CASTRO, 2016).

Para os teóricos militares, no pensamento sobre as estratégias de ataque e defesa, existem os chamados Elementos Essenciais de Combate (EEC): o Movimento, o Choque, o Fogo, a Proteção e o Homem (NUNES, 1998, p.15). Dentre esses elementos, a Proteção é o que se relaciona diretamente com a fortificação, tornando-a expressão material de quem receia os outros EEC dos inimigos. Por ser “o único [EEC] capaz de se opor aos demais”, o uso de dispositivos de Proteção demonstra a situação de defesa, ainda que, em alguns contextos, dentro de uma estratégia ofensiva (NUNES, 1998, p.18).

Em outras palavras, mesmo quando construídas dentro de um plano militar mais agressivo, as fortificações são dispositivos de proteção. Ainda que contenham ferramentas de defesa (ou contra-ataque), “nas situações claramente ofensivas a fortificação constrói-se para defender”, o que corrobora a máxima “Fortificar é defender” (NUNES, 1998, p.19).

Sendo a Proteção o Elemento Essencial de Combate associado às fortificações, o desenvolvimento dos demais elementos, que podemos relacionar com o ataque, fez com que aquelas sempre estivessem em atraso diante destes. O desenvolvimento dos modos de fortificar foi sempre uma resposta às inovações surgidas nos outros elementos. Até o final do século XIV temos o predomínio da fortificação dita medieval e suas características de defesa. A partir da descoberta da pólvora e sua utilização em combate, vemos a evolução do castelo medieval para uma fortificação baixa (fortificação de transição) e, finalmente, para a fortificação rasante.

As fortificações que são objeto deste estudo pertencem a este último período. Segundo Nunes (1998, p. 62), é a chamada Fortificação Abaluartada: “a fortificação adaptada à defesa contra armas de fogo já desenvolvidas que perdeu todas as características medievais e tem o baluarte como elemento caracterizante.” Temos aqui novamente, na própria definição tipológica, a questão do desenvolvimento da defesa posterior ao desenvolvimento das formas de ataque, reforçando a ideia apresentada acima.

A pólvora fez surgir um novo tipo de artilharia, a chamada pirobalística ou artilharia de fogo. Os projéteis eram impulsionados pela sua explosão, e não mais pela força elástica ou algum outro sistema mecânico. Com isso, a evolução da artilharia vai condicionar as inovações nos modos de fortificar, e o conhecimento de pirobalística será indispensável para a construção de novas fortificações (MORI; LEMOS; CASTRO, 2003).

Temos assim uma divisão dentro da atividade construtora, um novo ramo para o qual determinados saberes se tornam fundamentais: “o século XVI vê nascer a engenharia militar como uma ciência autônoma da arquitetura”. Necessária devido aos avanços da artilharia, a “arte de fortificar” vai, gradativamente, se tornando cada vez mais especializada à medida que a precisão das bocas de fogo aumenta (OLIVEIRA, 2004, p. 21).

A Arquitetura Militar apresenta, portanto, um caráter técnico-funcional desde seu surgimento: uma solução de defesa aos avanços do ataque. Para Domingos Bucho (2010), “tudo se explica, de forma quase mecânica, como resposta defensiva (...) onde toda e qualquer atitude conceptual formalista, mas retórica, é eliminada”. Porém, no Capítulo 3, veremos alguns exemplos de

como, no caso de Santa Catarina, alguns elementos construtivos são inseridos um pouco fora dessa concepção, demonstrado que mesmo numa edificação militar poderiam estar presentes vestígios de uma arquitetura menos funcionalista.

A imbricação entre Engenharia Militar e Artilharia terá efeitos não apenas em sua constituição como modo de construir, mas também em seus agentes, e na formação destes. Se as mais rústicas muralhas pré-históricas podiam ser erguidas por um mestre de obras, que intuitivamente segue o traçado do terreno buscando adequar a defesa ao sítio, a fortificação moderna exigia conhecimentos matemáticos e, principalmente, geométricos, para seu traçado.

Por outro lado, o domínio dos equipamentos bélicos fornecia uma competência que, como vimos, era essencial para as novas defesas construídas. Assim, a Engenharia Militar tornou-se um caminho tanto para aqueles que possuíam a formação teórica quanto para os que seguiam a carreira das armas e, porventura, demonstrassem aptidão para desenho, matemática e geometria. Idealmente, o Engenheiro Militar combinava as duas vertentes: o conhecimento formal, ou um certo grau de instrução/iniciação nos saberes técnicos, cada vez mais sofisticados, e a vivência de combate, que permitisse dominar esse novo tipo de artilharia.

Neste capítulo veremos como no século XVIII, em Portugal, consolidou-se a figura do Engenheiro Militar e seu trabalho nas fortificações abaluartadas, construídas no Reino e no Ultramar. Será analisada a formação desses profissionais, que como vimos deveria conciliar teoria e prática, e a conformação de uma Arquitetura Militar Portuguesa, que se manifesta nas próprias fortificações.

No primeiro item, procuraremos demonstrar que a conformação de uma Arquitetura Militar com características lusitanas vai se desenvolver no período posterior à Restauração (1640), na esteira dos desdobramentos da guerra contra Espanha. A partir da aclamação de D. João IV, são contratados cosmógrafos, arquitetos e profissionais estrangeiros para a reestruturação das defesas do Reino. São conhecidos os franceses Philippe Guitau e Charles Lassart, e o padre jesuíta Cosmander, morto durante a guerra após bandear-se para o lado Espanhol.

A esses, vão se sobrevir os “naturais do Reino”, que conheciam o trabalho dos profissionais estrangeiros, mas que elaboraram sua própria maneira de fortificar, tornando as fortificações abaluartadas do século XVIII construções de matriz portuguesa, configurando uma efetiva Arquitetura Militar Portuguesa Moderna.

No segundo item, analisaremos como as duas vertentes necessárias para a construção de fortificações se conjugam na figura do Engenheiro Militar, como esta vai se tornar uma ocupação de distinção social e a importância desses especialistas para a Coroa Portuguesa ao longo do século XVIII.

1.2 A Aula de Fortificação do Paço da Ribeira e os Tratados de Serrão Pimentel e Azevedo Fortes: constituição do modo português de fortificar

O ensino regular e institucional da “arte da fortificação” em Portugal surgiu a partir da necessidade de ocupar e defender os novos territórios descobertos ainda no século XV. A experiência náutica trouxe avanços científicos e matemáticos não apenas ao setor da marinha, mas também à engenharia militar e à arquitetura. Tendo os portugueses fundado cidades por todo o mundo⁹, a criação de fortificações esteve, desde muito cedo, relacionada à defesa dos avanços marítimos, à sinalização da presença portuguesa.

Temos assim o desenvolvimento das fortificações diretamente ligado ao das navegações, e por consequência suas armas. A defesa das posições marítimas acompanhava o desenvolvimento da artilharia naval, “que situaria os portugueses na vanguarda do mundo de então”. A política defensiva visava a manutenção do dilatado Império, e para tanto era necessário fortificar para garantir o livre trânsito de mercadorias (BAËNA, 1989).

A preocupação com a defesa das cidades vai ser um dos assuntos dos tratados de arquitetura renascentistas. Ao pensar novos modelos de ordenamento urbano, o Renascimento vai elaborar inúmeros tratados que servirão de base teórica para os estudos seguintes. Os tratados sobre fortificação, escritos a partir do século XVI, são reflexos e desenvolvimentos posteriores das

⁹ O portal *Heritage of Portuguese Influence / Património de Influência Portuguesa – HPIP* (<https://www.hpip.org/pt>) permite a consulta ao banco de dados elaborado por José Mattoso, a partir de 2007, para a Fundação Calouste Gulbenkian, publicado em 2010/2011, e posteriormente continuado pela Fundação em um portal interativo, que assegura o livre acesso e atualização permanente. O projeto caracterizou-se pela produção de uma “listagem dos vestígios arquitetônicos e urbanísticos de origem portuguesa no mundo não-europeu”. Ver: MATOSO, 2010.

teorias de Alberti, Francesco di Giorgio Martini, dentre outros – “a fortificação passa a ser uma arte erudita na continuidade da tratadística renascentista” (VALLA, 2004).

Durante todo o século XVI foi de suma importância a criação de fortificações marítimas. Além das armas, a necessidade de defesa dos portos levou à uma crescente especialização da arquitetura militar. O trânsito de construtores e especialistas entre os diversos Estados fez com que as inovações concebidas em Itália rapidamente se divulgassem pela Europa. No reinado de D. João III (1521-1557), mestres de obras foram enviados para estudar em Roma, e os principais tratadistas traduzidos para o português, demonstrando quão dinâmica era a produção e circulação de conhecimentos de arquitetura militar.

É somente por volta de 1579 que é escrito o primeiro tratado de arquitetura de autoria portuguesa conhecido: o *Tractado de Architectura*, de António Rodrigues, Mestre das Obras Reais (1564). Não tendo sido publicado, sabe-se, contudo, que foi utilizado pelo autor nas aulas que ministrava no Paço da Ribeira, desde 1573. A demora na confecção de um tratado escrito em português apenas reforça a influência dos tratados de arquitetura e fortificação renascentistas, divulgados e conhecidos em Portugal.

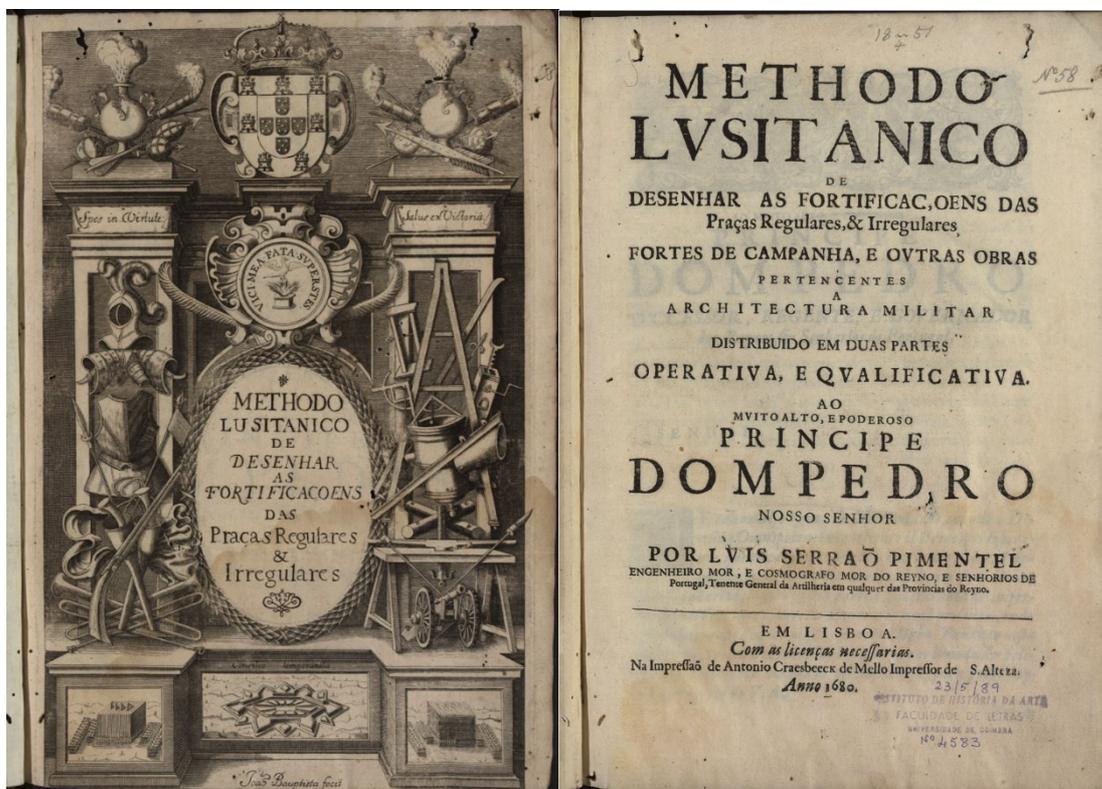
Progressivamente, foi-se tornando necessária a formalização de um ensino que permitisse o conhecimento das teorias renascentistas aliadas a uma prática relevante. Em meados do século XVI existiram aulas na Casa da Mina e da Índia, ainda ligadas à cosmografia, sendo o Cosmógrafo-mor responsável pela Aula de Matemática, com um direcionamento para a arte de marear e o exame dos pilotos. E ainda na época filipina, em 1590, foi criada a “Aula da Esfera”, na qual eram ministradas disciplinas como a cartografia, a matemática e a geometria, e em 1594 a “Aula do Risco”, para arquitetura e geometria. A institucionalização do ensino de Engenharia Militar só teria início em 1647, com a criação da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar (TEIXEIRA; VALLA, 1999).

A lacuna de publicações começou a ser preenchida em 1680, quando foi impresso o primeiro manual em língua portuguesa sobre o desenho de fortificações: o *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das Praça Regulares e Irregulares*, de Luís Serrão Pimentel¹⁰. Entre o tratado de António Rodrigues e manual de Serrão Pimentel, ainda seria produzido o

¹⁰ Utilizaremos para consulta e referências a seguinte edição: PIMENTEL, L. S. *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: Direção da Arma de Engenharia/Direção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército, 1993. Edição fac-similada.

Tractado de Architectura de Matheus do Couto (1631), igualmente manuscrito.

Imagem 2 – Frontispício e Rosto do *Methodo Lusitanico...*, de Serrão Pimentel, publicado em 1680.



Fonte: PIMENTEL, 1993.

Com efeito, o *Methodo Lusitanico...* não foi apenas o primeiro tratado em língua portuguesa publicado, como também marca um novo período no ensino e construção militares. Obra póstuma, o tratado resulta da experiência docente de Serrão Pimentel e seu empenho na construção de um projeto teórico de formação de engenheiros militares portugueses.

A restauração da monarquia portuguesa com D. João IV, e a subsequente Guerra de Restauração (1640-1668) trouxeram à tona a importância das fortificações e das instituições militares. O conflito com Espanha levou ao desenvolvimento de dois campos, complementares no ofício de Engenheiro Militar, ainda em formação: a cartografia e a arte de fortificar.

Após a restauração da independência houve um “recrudescimento desta atividade [cartografia] para fazer frente aos perigos de invasão do território pelas forças castelhanas” (BERGER, 2013, p. 26). A produção cartográfica terrestre de Portugal era numerosa, porém escassa em informações detalhadas. Sendo assim o território, durante o período da guerra, foi objeto de reconhecimentos e levantamentos com objetivos militares. Esta preocupação reflete-se nos tratados de arquitetura militar que, além do “risco”, vão abordar também técnicas para o

desenho de mapas e cartas.

Uma vez delimitada a raia com Espanha, identificaram-se as zonas mais problemáticas e passou-se, então, ao reforço das fortificações e das disposições bélicas: divisão do território em províncias militares, recrutamentos e formação de Regimentos, além da construção de novas defesas – “a fortificação da Restauração constituiu assim um enorme esforço económico com especial preocupação para a raia terrestre” (BERGER, 2013, p. 26).

Ao castelo medieval português, foram acrescentadas muralhas ou fortes abaluartados, em voga desde a concepção dos sistemas defensivos renascentistas. Ao longo da segunda metade do século XVII, estiveram presentes em Portugal técnicos de diversas nacionalidades, muitas vezes religiosos, responsáveis por obras defensivas que garantiram a independência e a autonomia do território português. Dentre estes, podemos lembrar o já citado jesuíta de origem holandesa João Paschasio Cosmader (Jan Ciermans), encarregado da adaptação das muralhas de Elvas e, juntamente com Jean Gilot, construtor do Forte de Santa Luzia na mesma cidade. (PAAR, 1998)

Diante desse contexto, em 1641, foi nomeado cosmógrafo-mor do reino Luís Serrão Pimentel. Na sequência de sua nomeação, Serrão Pimentel propõe a criação da “Aula de Fortificação e Arquitectura Militar”, que será instituída por Decreto Real, em 13 de julho de 1647, e da qual se encarregará como Lente. Alguns meses antes, em 13 de maio de 1647, D. João IV já havia instituído a “Aula de Artilharia e Esquadria”, e ambas funcionariam, portanto, nos edifícios posteriores entre o Paço Real e a Ribeira das Naus.

Além da Aula de Fortificação do Paço da Ribeira, continuaram a ser ministradas aulas de matemática e desenho no colégio jesuíta de Santo Antão, além das Academias de Fortificação que foram criadas em Elvas (1651), no Castelo de São Jorge (1665), no Castelo de São Filipe em Setúbal (1668) e até mesmo no Rio de Janeiro (1669). Esse esforço de criação de escolas de fortificação perdurará durante os reinados seguintes até 1790, quando é criada a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, que posteriormente dá origem à Academia Militar e à Escola Politécnica (BERGER, 2013, p. 30).

A publicação do *Methodo Lusitanico* de Serrão Pimentel, em 1680, demonstra o esforço em fortificar e cartografar o território português após a Restauração, ao mesmo tempo que sintetiza as iniciativas feitas para tanto. O tratado consolida a projeção de Portugal enquanto nação independente no cenário europeu, comprovada na formação de engenheiros dentro do próprio

reino, e sua atualização das teorias construtivas, através das referências que o autor faz às escolas holandesa e francesa de fortificação.

Antes de passarmos à análise do tratado em si, vale a pena determo-nos rapidamente sobre a biografia de Luís Serrão Pimentel, de forma a entender o *Methodo Lusitanico* em seu contexto de publicação.

Luís Serrão Pimentel (1613-1679) exercia interinamente, desde 1641, o cargo de Cosmógrafo-mor do Reino, recebendo sua carta de confirmação em 1671. Com a criação da Aula de Fortificação e Arquitetura em 1647, foi seu regente e depois Lente. Por reconhecimento de suas ações durante a Guerra da Restauração, em 1663 foi nomeado Engenheiro Mor do Exército do Alentejo, e dez anos mais tarde Engenheiro Mor do Reino (FERREIRA, 2009).

Sobre Serrão Pimentel, escreve Sousa Viterbo (1904, p. 269):

Foi homem de merecimento pouco vulgar, honrando a engenharia portuguesa, tanto na theoria como na pratica, tanto na guerra como na paz. Nascendo em Lisboa em 1613, teve uma vida laboriosa de 66 anos, morrendo desastradamente, de uma queda de cavalo, em 1678. Lente na aula de mathematica e fortificação da Ribeira das Naus, ensinou ali não só a sciencia militar terrestre, mas a cosmographia.

No verbete, temos a dupla atividade de Serrão Pimentel, no ensino da fortificação e nas funções de cosmógrafo. Sua atividade foi intensa nas duas áreas, podendo ser percebida a partir da lista de obras manuscritas de sua autoria: *Architectura militar ou Fortificação* (1659), *Tratado da Navegação Prática e Especulativa* (1669), *Extracto Ichonographico do methodo lusitânico novo* (1670), *Pratica da arte de Navegar* (1673), *Areotectonica ou Parte Oppugnatoria e Reppugnatoria* (1673), *Roteiro do Mar Mediterraneo* (1675) e o *Tratado da Fortificação 1ª e 2ª parte da opugnação das praças* (1679)¹¹.

Sua obra escrita relativa à cosmografia pode ser dividida em apontamentos compilados por alunos, *Pratica da arte de Navegar*; um manuscrito de sua autoria, *Tratado da Navegação Prática e Especulativa*; e dois impressos, *Roteiro do Mar Mediterraneo* e *Arte Pratica de Navegar*, um deles de publicação póstuma.

Já a obra de Serrão Pimentel sobre fortificação militar possui algumas singularidades. Temos também apontamentos compilados por alunos, *Architectura militar ou Fortificação*, mas as

¹¹ Informações mais detalhadas sobre os manuscritos estão disponíveis em FERREIRA, 2009.

demais obras podem ser consideradas partes de uma obra maior, ou mesmo excertos como o *Extracto Ichonographico do methodo lusitânico novo*, que Pimentel dedica a Cosme III de Médici (FERREIRA, 2009).

Ao longo de sua trajetória, Serrão Pimentel ocupou cargos e funções que lhe permitiram ascender socialmente, galgando posições em um percurso que mistura conhecimentos náuticos e engenharia militar – carreira que, inclusive, ajudou a criar. Essa trajetória de serviços ao Rei permitiu que acumulasse certo capital simbólico, transmitido às gerações seguintes. O cargo de cosmógrafo mor permanecerá na família por três gerações subseqüentes à sua: seu filho Manuel Pimentel (1650-1719), nomeado em 1687; seu neto e filho deste, Luís Francisco Serrão Pimentel de Miranda, primeiro interino e depois em definitivo em 1723; e por último seu bisneto, Francisco da Silva Serrão Pimentel, por mercê de 18/05/1780¹².

A tradição familiar no exercício do cargo de Cosmógrafo Mor, iniciada por Serrão Pimentel, nos leva a refletir sobre sua natureza institucional e a importância do ensino técnico na navegação e na fortificação. A criação do Corpo de Guardas-Marinhas em 1761, e a Aula de Pilotos em 1779, dão pistas para tentar entender a desvalorização (real e simbólica) da Aula do Cosmógrafo Mor e do cargo, cuja nomeação no final do século XVIII é quase uma promoção social hereditária. Já o cargo de Engenheiro-Mor não permanecerá na família Serrão Pimentel. Francisco Pimentel sucederá ao pai como Lente de Fortificação na Aula da Ribeira das Naus, e assinou, portanto, documentos relacionados às fortificações. Porém, em 1719, Manoel de Azevedo Fortes é nomeado Engenheiro Mor do Reino, publicando cerca dez anos depois seu próprio tratado.

A publicação do *Methodo Lusitanico* é o resultado de um esforço empreendido por Serrão Pimentel desde 1666, quando propôs a impressão de seu trabalho. Submetido ao Conselho de Guerra, teve um primeiro parecer desfavorável do Governador das Armas da Corte, o 1º Marquês de Marialva, por “não ser fundamental um tratado sobre fortificação pois até então tinham sido muitos os que haviam feito desenhos para fortalezas sem recurso a teoria escrita” (FERREIRA, 2009, p. 101).

As demais consultas do Conselho de Guerra se mostraram favoráveis ao tratado, e em parecer do mesmo ano foi aprovada sua publicação, que não se concretizou. Onze anos depois, temos uma nova petição ao Conselho solicitando a publicação do livro, mas já então a conjuntura era

¹² ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 8, f. 376.

diferente e, em período de paz, Serrão Pimentel foi orientado a aplicar o método na Aula da Ribeira das Naus e aumentar o número de alunos. Ainda assim, a nova consulta também ordenava a impressão.

Sobre o retardamento na publicação do *Methodo Lusitano*, estamos de acordo com Nuno Ferreira:

A verdade é que publicação deste instrumento teórico tinha reconhecido alcance: a teoria de fortificação de Serrão Pimentel não era apenas um tratado escrito em português e por um português, ele era o exemplo cabal do sucesso do ensino teórico e militar em que a Coroa tinha investido. Tratava-se, por um lado, do resultado de anos de trabalho docente e de reflexão de um dos mais destacados técnicos nacionais, inaugurando-se uma escola de fortificar que podia apresentar teoria própria; por outro lado, a impressão de uma obra deste calibre enquadrava-se na urgência de uma nova casa real que utilizaria o *Methodo Lusitanico* de Pimentel como instrumento de poder e de afirmação (FERREIRA, 2009, p. 108).

Fisicamente, o *Methodo Lusitanico* constitui-se de 730 páginas, dentre as quais estão o frontispício, a página-título, a dedicatória, as censuras, o proêmio e uma “sumaria noticia”, totalizando 18 páginas. Nas 10 páginas finais constam um índice e, na última página, uma tabela com as estampas – um total de 36. O texto teórico consiste em 666 páginas impressas, entre as quais estão intercaladas as estampas, conformando um volume único maciço.

O tratado é dividido em duas partes, *Operativa* e *Qualificativa* (esta segunda, a partir da página 330). Na primeira parte, Serrão Pimentel exemplifica as regras dos desenhos de fortificação, preocupando-se em demonstrar que mesmo na fortificação irregular busca-se a regularidade. Na segunda parte, são explicadas as regras da seção prévia, sobretudo a partir das referências de tratados anteriores, e publicados por estrangeiros.

Na primeira parte do tratado, *Operativa*, o objetivo é apresentar um modo de desenho de fortificações partindo de uma forma poligonal. Na Seção I “se trata do desenho das Fortificações dos lados dos Polygonos exteriores para dentro”; na Seção II, “Do nosso Methodo de desenhar dos lados dos Polygonos interiores para fora”. Temos aqui, na segunda seção, a referência a algo luso, elaborado pelo próprio Serrão Pimentel, para quem “quando se desenha do Polygono interior para fora (...) pede muito mayor contemplação, & com muita mais dificuldade para se vir neste conhecimento” (PIMENTEL, 1993, p. 208).

Dentre as inovações trazidas no *Methodo Lusitanico*, estaria justamente a proposta de

sistematização de medidas, o que Pimentel considera como uma dificuldade, e por isso propõe “neste Cap. o Methodo, & proporçoens, que melhor me parecem de muitas que achei” (PIMENTEL, 1993, p. 209), dando a conhecer seu sistema de medição¹³. Seu método baseia-se nas regras de trigonometria, geometria e aritmética decimal, e daí o cuidado com a mensuração de ângulos e distâncias.

Como o próprio nome indica, a primeira parte do tratado é operacional. Pimentel ensina a medir os ângulos de um polígono (com e sem equipamentos de medição), os instrumentos necessários (de fato, a primeira estampa contém ilustrações dos mesmos) e também apresenta as tabelas de medição (“taboada primeira dos angulos da circunferência & do centro das figuras regulares”, “taboada segunda de partes inteiras, seus primos, & segundos, ou centessimos de para a fabrica da Fitta gradual” (PIMENTEL, 1993, p. 6, 10-11).

A segunda parte do tratado, *Qualificativa*, expõe as teorias por trás das regras da seção anterior, utilizando e fazendo referência aos tratados que serviam de base à construção de fortificações. Pimentel menciona os trabalhos de Maralois, Fritach, Dogen, Cellario, Goldman e, principalmente Antoine de Ville e o Conde Pagan. O conhecimento dos engenheiros holandeses e franceses era, como vimos, devido às traduções dos trabalhos que circulavam por toda Europa e, durante a Restauração, à sua presença como construtores em Portugal.

Os tratados de Antoine de Ville (1628) e do Conde de Pagan (1640) vão tornar a escola francesa conhecida pelas “técnicas de construção sobretudo adaptadas às circunstâncias do terreno”, e também pela “prática de defesa de cidades existentes, e por isso as fortificações passaram a ser baseadas também em polígonos irregulares” (TEIXEIRA, 1999, p. 124). A aplicação das teorias de fortificação em cidades já construídas era a realidade portuguesa, e por isso Serrão Pimentel tem como principal referência os tratadistas franceses. Na segunda parte, como apêndice *Appendiz I*, Pimentel apresenta um “Compendio das Fortificaçoens do Conde Pagan, examinadas e reduzidas em algumas cousas a melhor disposição”. Chega mesmo a intitulá-lo “Pagan Resvmido”. E logo a seguir, no apêndice II, as “obras do Conde de Pagan acomodadas á nossa descripção ichnographica, & reguladas por nosso Methodo” (PIMENTEL, 1993, p. 481, 533).

Temos, assim, o primeiro tratado publicado em Portugal que serviu como ferramenta de estudo,

¹³ O uso de diferentes unidades de medida foi uma questão discutida constantemente nos tratados de arquitetura e engenharia militar, uma vez que a unificação só ocorreu a partir de 1875, quando foi criado o Bureau Internacional de Pesos e Medidas (BIPM).

consulta e uso aos alunos da Aula de Fortificação. Seu objetivo era ensinar a ciência de fortificar através de um livro, um manual que consistiria no embasamento teórico de uma ação prática. Essa perspectiva de formação tendo em vista à quem a obra se destina é esclarecida logo no começo:

A disposição desta obra he que proponho em primeiro lugar húa facilima practica, tal que por ella saberá qualquer soldado facilima, & brevissimamente desenhar todo o gênero de Fortificaçoens (PIMENTEL, 1993, proêmio).

Essa preocupação pedagógica aparece também na descrição e definição, a partir da página 15, de todos os elementos dos sistemas fortificados, enumerados pela primeira vez em uma publicação portuguesa. Essa apresentação “Das definiçoens das obras da Fortificação segundo os Autores modernos” reforça a proposta do tratado em contemplar iniciantes nos estudos sobre fortificações, ensinando desde a construção de formas geométricas simples, como o círculo, até os complexos baluartes, redutos, cortinas, flancos e outros elementos (MOREAU, 2011, p. 58).

No Proêmio, Pimentel (1993) refere-se ao título de sua obra:

Intitulo este Trattado (Methodo Lusitanico &c.) não somente por ser o primeiro q’ desta matéria sahe na língua Portugueza; mas porque como varias Naçoés tem varios Methodos de fortificar, de que dos principaes dou noticia na segunda Parte com censura sobre elles, era justo que tambem apparecesse no mundo hum Methodo Portuguez; pois nas cousas da milícia haó adquirido tanta gloria militar, quanta he notório;

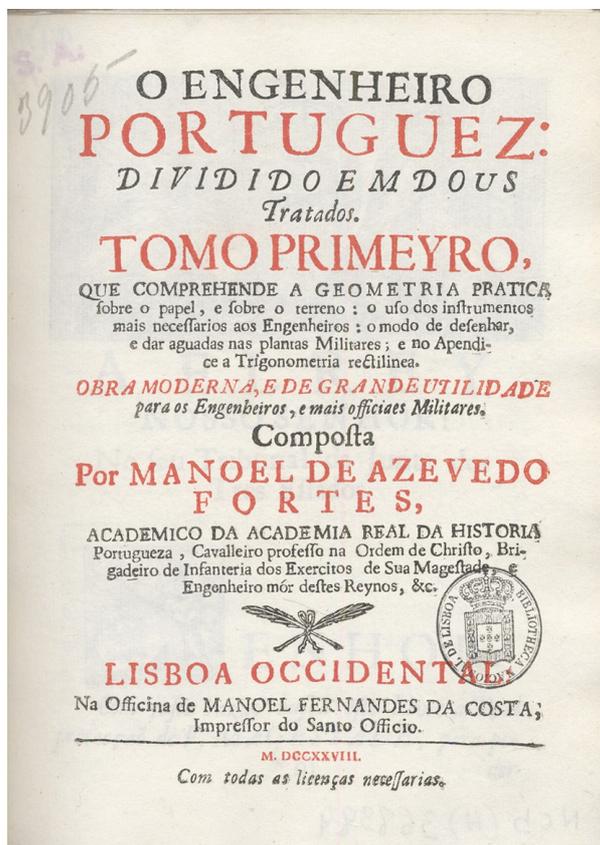
Temos então três justificativas para a publicação do tratado. A primeira, talvez a mais elementar: por ser o primeiro na língua. A segunda justificativa, de caráter nacionalista: haviam outros tratados do mesmo gênero e, portanto, no âmbito da reorganização do Estado, após 1640, uma método de fortificação “à portuguesa” (re)inseria o país nas discussões políticas do continente. A terceira, por comparação: considerando seu contexto de escrita, seria de se esperar que, além da artilharia, a engenharia militar portuguesa também se tornasse conhecida após a vitória na Guerra da Restauração.

O segundo tratado que ajuda a definir um modo de fortificar lusitano é *O Engenheiro Português*, de Manoel de Azevedo Fortes, publicado em 1728 (tomo primeiro) e 1729 (tomo segundo)¹⁴. Como vimos, Azevedo Fortes foi nomeado Engenheiro Mor do Reino em 1719,

¹⁴ Utilizaremos para consulta e referências a seguinte edição: FORTES, M. A. *O Engenheiro Português*. Lisboa: Direção da Arma de Engenharia/Direção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército, 1993. Edição fac-similada.

sucedendo Luís Serrão Pimentel e deslocando o cargo da família Serrão Pimentel, que após a repentina morte do patriarca, o exercia interinamente.

Imagem 3 – Primeira folha de *O Engenheiro Portuguez*, de Azevedo Fortes (vol. 1 publicado em 1728).



Fonte: FORTES, 1728.

O cargo de engenheiro mor também havia sido recriado por D. João IV na conjuntura da restauração. Tinha por função a direção de obras públicas, o assessoramento na construção de fortificações, e a atividade docente. Ao engenheiro mor estariam subordinados o engenheiro diretor de cada província e o engenheiro chefe da praça (cargos que muitas vezes eram ocupados pelo mesmo engenheiro), além dos engenheiros subalternos, também chamados ajudantes-engenheiros – em geral recém-formados na Aula de Fortificação.

Por sua vez, o engenheiro mor estaria submetido aos Governadores das Armas, ao Conselho Ultramarino e ao Conselho de Guerra, e ao próprio Rei. Contudo, possuíam certa autonomia e capacidade de decisão, o que lhes proporcionava um tipo de independência assegurada pelo saber técnico (BUENO, 2011, p. 132).

Além dessa aparente liberdade do cargo, a trajetória de Azevedo Fortes é marcada pela busca de conhecimento e uma emancipação através deste. Nascido em Lisboa, em 1660, ainda criança

foi estudar no Colégio Imperial de Madrid, e depois na Universidade de Alcalá de Henares. Seguiu para a França, para o Colégio de Plessis, e em seguida para a Universidade de Siena, onde ocupou uma cadeira de Filosofia por dois triênios (RIBEIRO, 2009, p. 20-23).

Retorna à Portugal em 1695, e vai ocupar, sucessivamente, os postos de professor substituto na Aula de Fortificação e examinador na mesma Aula. Em setembro de 1698 é nomeado capitão com exercício de engenheiro, e em Decreto do Conselho de Guerra, de 10 de outubro de 1703, recebe ordem de partir para o Alentejo, para auxiliar nas campanhas de guerra com Espanha (VITERBO, 1904, p. 83). Em 19 de fevereiro de 1705 recebe nova patente, “tenente de mestre de campo general”, e é nomeado governador de Castelo de Vide – função que exerce até 1719, quando se torna Engenheiro Mor do Reino.

Azevedo Fortes não exerceu, em Portugal, atividades relativas à sua formação filosófica. Participou das reuniões da Academia Real da História Portuguesa desde sua fundação, em 1720, encarregando-se da elaboração de cartas geográficas e topográficas de Portugal. Ocupou cargos militares, ascendendo na carreira pelos serviços prestados e participação nas campanhas de guerra. Sua nomeação a engenheiro mor veio acompanhada da patente de Brigadeiro de Infantaria, substituída em 1735 pela de Sargento Mor de Batalha (RIBEIRO, 2009, p. 25).

Atuando como docente na Aula de Fortificação, praticamente desde seu retorno à Portugal, ao ser nomeado engenheiro mor torna-se também Lente, e efetua trabalhos como tradutor e tratadista. Antes da publicação de *O Engenheiro Português*, esteve envolvido na tradução do livro *Governador das Praças*, de Antoine de Ville¹⁵, e em duas outras obras impressas: uma Representação a Sua Majestade sobre a forma e direção que devem ter os engenheiros para melhor servirem neste reino e suas conquistas, publicada em 1720, e um outro compêndio, o *Tratado do modo mais facil e o mais exato de fazer as cartas geograficas, assim como da terra como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edificios com instrumentos e sem instrumentos*, publicado em 1722 (RIBEIRO, 2009, p. 28).

Azevedo Fortes teve uma longa trajetória, falecendo em idade bastante avançada, 89 anos. *O Engenheiro Portuguez* é considerado seu trabalho mais importante, e juntamente com *O Methodo Lusitanico*, de Serrão Pimentel, compõem os fundamentos da engenharia militar portuguesa. Ao contrário deste, aquele foi publicado em vida, tendo sua edição acompanhada

¹⁵ Dulcyene Ribeiro (2009) demonstra como a tradução de *Governador das Praças* está relacionada tanto a Azevedo Fortes quanto a Manuel da Maia, seu sucessor no cargo de Engenheiro Mor.

pelo autor, que na altura já gozava de certo prestígio.

O Engenheiro Portuguez é uma obra composta de dois volumes – tomo primeiro e tomo segundo. O próprio autor, logo na folha de rosto, apresenta a obra como “dividido em dous Tratados”. Temos assim, no primeiro volume o *Tratado I – Da Geometria Practica* e no segundo volume, *Tratado II – Da Fortificação ou Architectura Militar*.

Essa divisão dos dois “tratados” em dois volumes separados reforça algumas percepções sobre a obra. Em seu Prólogo, no primeiro volume, Azevedo Fortes (1993) explica a publicação do livro:

Esta obra (amigo Leitor) naó foy feita para se dar ao publico: o primeiro fim, que me propuz, foy a minha própria instucção; e passou depois em postila para servir de Methodo aos Praticantes da Academia Militar, de que Sua Magestade foy servido encarregar-me.

Sabemos, portanto, pelas palavras do próprio autor, que seu tratado de fortificação serviu como método aos praticantes da Aula de Fortificação. Comparando-o materialmente ao de seu antecessor, a divisão em dois volumes acentua seu uso como apostila em classe e/ou como material de manuseio em campo. Impressa em meio fôlio, o tamanho da publicação corresponde ao tamanho padrão do alforje usado nas selas, o que sugere sua portabilidade e uso em ambientes externos, fora dos gabinetes.

Na sequência do Prólogo, Azevedo Fortes (1993) menciona o *Methodo Lusitanico*, considerando-o ultrapassado:

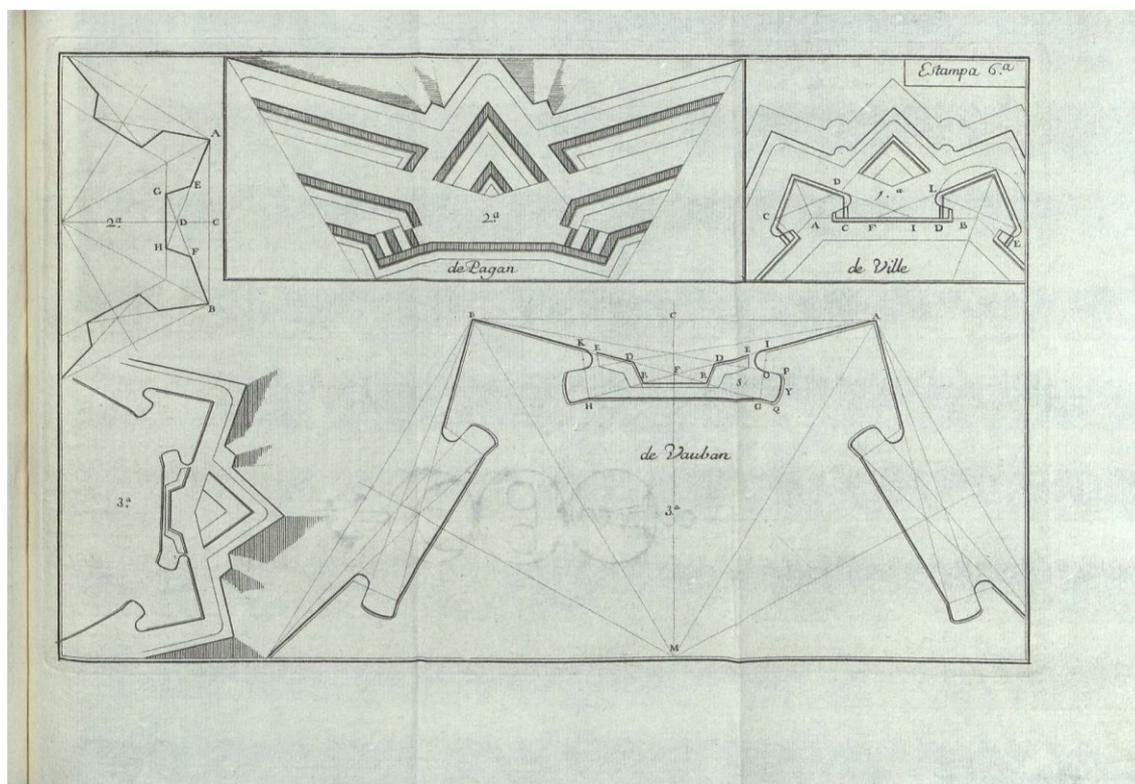
foy escrita aquella obra em tempo, que lograva grande credito, e reputação o Methodo de Fortificar as Praças à Holandez de Dogen, Goldman, Freitag, Marolois, e outros Authores, de cujos methodos já hoje senaó usa nas mais Nações da Europa;

O Engenheiro Portuguez seria, assim, uma atualização no método de fortificar lusitano – que o autor assume ter começado com Serrão Pimentel – através da incorporação de tratadistas do final do século XVII e primeira metade do século XVIII. São eles o Conde Pagan, Antoine de Ville e Sebastien le Preste Vauban, o mais afamado. Temos, inclusive, na Estampa 6ª do segundo volume, a representação dos três autores franceses sobre a fortificação regular, demonstrando Azevedo Fortes, comparativamente, suas diferenças no que tange aos ângulos de flanco¹⁶ e aos elementos do baluarte (o de Vauban, em destaque, apresenta o chamado orelhão

¹⁶ “Ângulo definido pelo flanco de um baluarte e pela cortina”. Ver: NUNES, 2005, p. 41.

curvo).

Imagem 4 – *O Engenheiro Portuguez*. Estampa 6ª do segundo volume.



Fonte: FORTES, 1993, v.2.

O primeiro volume de *O Engenheiro Portuguez* trata, exclusivamente, de “Geometria pratica sobre o papel, e sobre o terreno” e afirma que, nesse assunto, “naó ha nada impresso no nosso idioma” (FORTES, 1993, v.1, pról.). Fortes divide sua Geometria Pratica em três partes: *Longemetria, ou medida das distancias; Planimetria, ou medida das superficies; e Stereometria, ou medida dos corpos*. No segundo volume, *Da Fortificação ou Architectura Militar*, a divisão foi feita em oito “livros”, nos quais são definidos os vários tipos de fortificação (forte, fortaleza, cidadela, fortim e etc) – como Serrão Pimentel também havia feito – e são apresentadas as máximas da fortificação.

Junto com os princípios da fortificação, Azevedo Fortes também apresenta, no Livro I – *Da Fortificação Regular*, os critérios da escolha do sítio das fortificações, descrevendo as vantagens e desvantagens em caso de ataque e defesa. Nos profundaremos acerca deste quesito, no segundo capítulo, a propósito da análise das fortificações do Sistema Defensivo de Santa Catarina.

Por não haverem publicações exclusivas do assunto (geometria prática), temos no final do

Methodo Lusitanico um “Compendio de alguns problemas de Geometria practica, & Theoremas da especulativa”, no qual Serrão Pimentel propõe exercícios, os chamados problemas matemáticos, “vulgares, como também alguns teoremas de Euclides que servem para a inteligência das propriedades, & combinaçoens das linhas, & ângulos das figuras da Fortificação” (PIMENTEL, 1993, p. 645). Para cada exercício, há na Estampa 36 o correspondente desenho, de modo que o leitor conseguia realizá-lo.

Para Azevedo Fortes, a disposição em apresentar fundamentos geométricos no primeiro volume relaciona-se com suas propostas de reestruturação do ensino militar, que foram apresentadas ao Rei, em 1720. Seria na obra *Representação...* que apareceu, pela primeira vez, a denominação de Academia Militar, e nela “Fortes explica não só a situação na qual se encontrava a formação desses engenheiros, como também elabora as alternativas para uma nova gestão dessa formação.” (RIBEIRO, 2009, p. 99).

Se Manoel de Azevedo Fortes (1993) preocupa-se com a formação em ciências matemáticas dos alunos da Aula de Fortificação, dedicando para tal o primeiro volume de seu tratado por considerar que “a ordem, em que as matérias se seguem, he natural, e vaó tratadas em seus próprios lugares”, Luís Serrão Pimentel apresenta uma justificativa jocosa para explicar a presença de tal conteúdo na última parte de seu tratado:

(...)qualquer soldado que não será tão inhabil que entendendo que cousa são linhas paralelas, não saiba riscalas, ainda que seja mecanicamente, tomando com hum compasso a distancia entre ellas. Do mesmo modo lançar húa linha perpendicular sobre outra, ao menos com húa esquadra, & repartir qualquer linha em partes iguaes abrindo, ou fechando o compasso até ajustar a divisão, como hei visto fazer a muitos (PIMENTEL, 1993, p. 645).

Desde a introdução do baluarte, no século XVI, a construção de fortificações se tornará uma ciência cada vez mais apoiada, ou mesmo dependente, da matemática. Juntamente com a geometria, Fortes (1993, v.1, pról.) considerava-as “não so mais uteis para o uso da vida, mas tambem as mais precisas para a conservaço do Estado”. O conhecimento matemático era essencial para definir o melhor ângulo do baluarte, o dimensionamento das várias partes que o constitui, e sua interligação com a cortina, garantindo a defesa da fortificação.

Como se percebe no exemplo da estampa 6^a de *O Engenheiro Portuguez*, “a variação geométrica destas relações [os elementos geométricos da fortificação abaluartada] é que vai dar origem aos diferentes métodos aplicados para uma melhor eficácia de defesa e que caracterizam

os diversos tratados de fortificação.” (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 128).

Procuramos mostrar que, no caso de Portugal, as diferenças entre os tratados de Serrão Pimentel e Azevedo Fortes não impede que se perceba a continuidade de um conjunto de práticas acerca da arquitetura militar. Ao contrário, analisando-os comparativamente, podemos notar como são resultados de um esforço para formar uma Escola de Fortificação Portuguesa. Pode-se dizer que, desde a Restauração até o final do século XVIII, “nunca faltou o ensino da arquitetura militar em Portugal, revelando, os tratados publicados, a feição desta ‘ciência moderna’.” (BUCHO, 2010, p. 17).

A leitura dos Tratados de Serrão Pimentel e Azevedo Fortes funciona, metodologicamente, no entendimento que Harley (2001, p. 36) denominou “rule books”: “as a grammar or dictionary in learning to read or translate the map text.”¹⁷ Considerando mapas/plantas como uma forma textual codificada, tais obras nos permitem acessar os códigos desenvolvidos por seus construtores, por se tratarem de sua sistematização. Aqui, não fazemos separação entre as duas categorias – plantas e mapas – mas consideramo-las como parte de um conjunto (cartografia), pois ambas recebem atenção dos tratadistas como obras um mesmo ofício e de um mesmo campo. Além disso, é de nosso entendimento que as proposições de Harley (2001) para a História da Cartografia podem ser aplicadas, no caso em estudo, também aos desenhos, planos e projetos de construções.

Considerando que mapas, frequentemente, “show more than an unmediated sum of a set of techniques”¹⁸, o mesmo podemos dizer dos tratados que os orientam. Mais do que a busca por padronizar os desenhos, tais obras também seriam resultado de uma construção social: “they are a construction of reality, images laden with intentions and consequences that can be studied in the societies of their time.”¹⁹

Os dois tratados surgem em contextos políticos distintos, “mas são de alguma forma semelhantes, dirigindo-se a um ensino básico de geometria prática para se entender as regras de fortificação” (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 132). São semelhantes, também, a experiência em campo dos dois tratadistas, ambos envolvidos nas disputas de território na fronteira alentejana – primeiro nas Campanhas de Aclamação de D. João IV, e depois na Guerra de

¹⁷ “‘Livros de regras’: como uma gramática ou dicionário para aprender a ler ou traduzir o texto do mapa.” (Tradução nossa).

¹⁸ “mostram mais que a soma imediata de um conjunto de técnicas”. (Tradução nossa).

¹⁹ “são uma construção da realidade, imagens carregadas de intenções e consequências que podem ser estudadas nas sociedades de seu tempo.” (Tradução nossa).

Sucessão da Coroa de Espanha. Temos assim, na própria trajetória de Luís Serrão Pimentel e Manoel de Azevedo Fortes, a conjugação de teoria & prática, que iremos abordar a seguir.

1.3 A “formação pelas armas” e o posto de “Capitão com exercício de engenheiro”: teoria & prática

Assim como o desenvolvimento de uma teoria da arquitetura militar própria, os conflitos com Espanha desde a Restauração mostraram à Coroa Portuguesa a necessidade de se “criar estruturas permanentes capazes de gerir as situações de guerra e de a realizar” (MATTOSO, 1998, p. 176). A estrutura organizacional do Exército Português ainda se mantinha, essencialmente, de acordo com o Regimento das Ordenanças de 1570, segundo o qual toda a população masculina entre 18 e 60 anos estaria alistada em Corpos de Ordenança, mobilizados em caso de necessidade. Esse tipo de organização cívico-militar manter-se-á no Reino até as Guerras Liberais, e no Brasil até o Período Regencial.

O Regimento de 1570 e a Provisão das Ordenanças de 1574 estenderam às colônias, transferindo para os Capitães-Donatários e, posteriormente, aos Governadores e Capitães Gerais, a tarefa de defesa do território. Sendo a Coroa incapaz de salvaguardar plenamente seus domínios com um Exército regular, houve então a organização militar em duas linhas: o exército profissional, por vezes contratado contando com mercenários e seus soldados, e os Corpos de Ordenança, mobilizados em períodos de maior ou menor perigo militar. Na prática, as tropas de primeira linha constituíam a força militar de fato, armada e paga pelo Estado, enquanto que as tropas de segunda linha eram acionadas quando necessário.

Segundo o Regimento, as Ordenanças eram uma forma de alistamento compulsório da população masculina, organizada por comarcas e freguesias. Dentro de cada Corpo de Ordenança, havia os seguintes postos por ordem ascendente de graduação: cabos, alferes, sargento e capitão. Acima destes, na mesma ordem, os capitães-mores e os sargentos-mores. Cada Vila ou Cidade deveria organizar-se obedecendo os seguintes contingentes: a cada 250 (duzentos e cinquenta) homens, formava-se uma companhia, comandada por um capitão, subdividida em 10 esquadras. Cada esquadra era comandada por um cabo, que chefiava um grupo de 25 (vinte e cinco) homens. Uma companhia deveria ter, no mínimo 100 (cem) homens

(MELLO, 2009, p. 35).

Um Corpo (também chamado Companhia) de Ordenança de uma comarca era composto por 10 companhias – quando houvesse número de habitantes para tal. Logo, o número de homens de uma Companhia de Ordenança variava entre 1000 e 2500 homens. No comando de todas as companhias de uma mesma comarca, o capitão-mor. Para auxiliar o capitão de uma companhia, haviam o sargento e os alferes.

A chefia das capitânicas mores ficava a comando Capitão-General, e acima deste o Mestre de Campo General. O provimento desses altos cargos na hierarquia militar era prerrogativa dos poderes municipais ou senhoriais, de modo que o peso do recrutamento e organização recaísse sobre os poderes locais. Os Corpos de Ordenança se converteram, assim, numa forma de controle da população local e uma instituição que legitimava status social.

O Regimento de Ordenanças reforçava a autoridade local pois era prerrogativa da Câmara a eleição para os altos cargos militares. As patentes de Ordenança se tornaram “fontes de prestígio e fatores legais de nobilitação” (MELLO, 2009, p. 40), para aqueles que, não tendo herança que lhes permitisse ocupar uma posição de destaque, ascendiam por meio de cargos administrativos ou militares.

Ao fim da União Ibérica (1580-1640), tem-se a constituição do exército (a princípio quando campanha, depois de forma permanente) em terços, e a separação das tropas de primeira linha em Armas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia. A separação em terços advém do costume espanhol – e mantido após a Restauração – de dividir em frações de 1000 (mil) homens as unidades militares permanentes, que em sua origem alemã era composta por três mil homens. Cada unidade portuguesa, portanto, correspondia à terça parte de um Regimento. Na prática, um terço corresponderia a uma Companhia de Ordenança de uma Vila ou Cidade, cujos números, como vimos acima, variavam bastante não se equivalendo, por vezes, à fração matemática correspondente.

A separação em Armas, por sua vez, advém da necessidade, cada vez maior, de especialização em situações de conflito. Ao lado da Infantaria e da Cavalaria – Armas de combate de longa tradição – surge a Artilharia, como necessária no período predominante da guerra de sítio desenvolvida a partir do século XVI. Na relação com as fortalezas e as obras de defesa, “a Artilharia passava a ser um dos pontos básicos da organização dos Exércitos, desenvolvendo-se, paralelamente, com os progressos dos sistemas de defesa” (TAVARES, 1965, p. 18).

Com a Guerra da Restauração, novamente temos uma preocupação com o ordenamento jurídico e com a mobilização militar – “é a guerra que gera surtos legislativos e organizacionais entre 1640 e 1807” (MATTOSO, 1998). Após as Cortes Gerais de janeiro de 1641, o exército permanente foi reorganizado, tendo em vista os conflitos pelo reconhecimento da nova dinastia com Espanha. Face aos sucessivos recrutamentos militares, em 07 de janeiro de 1645 são criados os Corpos de Auxiliares – tropas “treinadas e armadas de modo a ser, como segundo escalão da força militar, um contingente preparado para auxiliar a Tropa de Linha” (MELLO, 2009, p. 46).

A partir da criação dos Corpos/Terços/Companhias de Auxiliares, organizou-se a estrutura militar em 3 escalões: as tropas de 1ª, as de 2ª e as de 3ª linha. Entre suas diferenças, o pagamento de soldos exclusivo às Tropas Regulares, a forma de recrutamento, e as categorias de combate. Em resumo,

A população do reino foi militarizada em três escalões de Tropas: o primeiro, as Regulares, ou pagas; o segundo, as Auxiliares; e o terceiro, as Ordenanças. A seleção dos componentes foi feita a partir dos seguintes critérios: as Tropas Regulares, ou de linha, constituídas por soldados pagos, eram formadas por filhos segundos das famílias, com exceção dos de mãe viúva e pais lavradores, que comporiam as Tropas Auxiliares junto aos casados em idade militar; todos os homens válidos restantes estariam inscritos nas Companhias de Ordenanças, sendo submetidos a treino militar e a duas mostras gerais por ano, para que a população militarmente útil se mantivesse habituada às ordens de combate (MELLO, 2009, p. 46).

Havia também diferenças no que tange ao tipo de conflito a que se reservavam. As Tropas Regulares se destinavam a operações de grandes guerras, manobras contra outros países – no caso, conflitos contra castelhanos na raia. Enquanto que as Tropas de Ordenança se disponibilizavam em pequenas disputas locais, a mobilização das Tropas Auxiliares poderia incluir seu deslocamento para regiões fronteiriças, justamente a maior queixa das Ordenanças; “as escaramuças, que desenham um corredor do Alto Minho ao Algarve (...) constituem uma característica a não menosprezar deste tempo de guerra” (MATTOSO, 1998, p. 176).

Em 29 de agosto de 1645, é promulgado o Regimento de Fronteiras, que dispõe sobre a organização militar nessas regiões, e que afetaria diretamente a América Portuguesa. No ultramar, as Tropas Auxiliares e os Corpos de Ordenança vão se transformar verdadeiramente no Exército Colonial, uma vez que era raro o envio de Tropas Regulares. Serão essas as duas instituições militares da colônia, formando o que a documentação, e por vezes a historiografia,

denomina milícias.

Em 1668, é assinado o Tratado de Paz em Madri, e Portugal adentra um período de relativa estabilidade. No balanço da guerra, ao lado dos títulos de nobreza pleiteados e alcançados, e dos capitães chefes de companhias, que efetivamente lutaram o bom combate, houve cercos, gastos e investimentos nas fortalezas da raia com Espanha. E assim como durante os embates, organizou-se o corpo militar, foi também nesse contexto, de necessidade premente de defesa, que começou o desenvolvimento da Arquitetura Militar Portuguesa Moderna.

1.3.1 Engenheiros & fortificações

No Dicionário de Raphael Bluteau (1728), Engenheiro é definido no verbete como “que[m] faz de machinas & engenhos (...) de machinas, & obras para a guerra ofensiva, & defensiva”. No Dicionário de Antonio de Moraes Silva (1789), engenheiro é “o que se aplica à Engenharia; que faz engenhos, ou maquinas bellicas para o ataque, ou defesa das Praças; que sabe a Fortificação, a Arte de tirar planos, medir geometrica, trigonometricamente, &etc”.

Nas duas definições, temos que o ofício está relacionado à guerra e à construção das “máquinas de guerra”. Em ambas, temos que a engenharia esteve ligada (ao menos em sua conceituação) aos conflitos, ao desenvolvimento de dispositivos de ataque e defesa. A distância cronológica entre a publicação dos dois dicionários – Bluteau é de 1728 e Moraes Silva de 1789 – mostra que na literatura do final do século XVIII, a Engenharia também estava relacionada à construção das estruturas de defesa da guerra, e não mais somente aos seus “engenhos”.

A relação entre a engenharia e a edificação de defesas urbanas e equipamentos de assalto vem desde a antiguidade. Para os gregos, *polioychos*, a arte de proteger e de defender a cidade, e *poliorketos*, a arte de atacá-las, fazem parte de um mesmo saber. Ataque e defesa constituíram, portanto, o binômio do conhecimento necessário para o desenvolvimento do campo.

Desde sua gênese, a engenharia militar tratava o ataque e a defesa como partes complementares de um todo. Se a definição de engenharia dos dicionários de Bluteau e Moraes Silva indica a evolução do móvel para o fixo, em outras palavras, dos engenhos para a defesa das praças, vemos seu direcionamento para as obras, para a construção. E é nesse deslocamento que

engenharia e arquitetura serão entendidas quase como sinônimos, durante o século XVIII.

Por Architectura, temos a seguinte definição em Bluteau (1728):

a arte, ou sciencia de todo o genero de edificios. Divide-se em Architectura civil, & militar. A Architectura civil ensina a fazer casas de particulares, &c, edificios públicos, Palacios, Templos & outras obras sagradas, & profanas; A Architectura militar ensina a fortificar toda a sorte de praças regulares & irregulares, & a defendelas contra a invasão dos inimigos.

A arquitetura seria, portanto, dividida em duas partes, porém não o trabalho do arquiteto. Este “não só he o que faz as plantas, & desenhos dos edificios, mas também o mestre das obras, & o que sabe, & põem em execução a arte de edificar” (BLUTEAU, 1728). Temos assim o acúmulo de funções, sendo “difícil distinguir-se o artista do projetista e do empreiteiro de obras” (TELLES, 1984, p. 5).

Essa indefinição conceitual do trabalho do arquiteto nos revela o quanto teoria e prática estavam inseparáveis no exercício diário. Ao arquiteto, cabia literalmente ir do projeto ao canteiro, respondendo por seus encarregados como mestre de obras e também pelo andamento da construção. Não seria de espantar, portanto, que aqueles com experiência prática mas sem conhecimento formal se intitulassem arquitetos, pois de certa forma também detinham esse saber.

Para Bluteau, autor do *Vocabulario Portuguez & Latino...*, a arquitetura militar se ocuparia das construções, e a engenharia das máquinas. Dessa forma, ao arquiteto também caberiam trabalhos no mundo civil, enquanto que, o engenheiro apenas ocupações relativas às situações de conflito. A palavra engenharia nasce assim de uma origem bélica, tornando “arraigado o conceito de engenheiro como um profissional militar” (TELLES, 1984, p. 6).

Os militares responsáveis então pelos engenhos bélicos eram chamados de engenheiros: capitão com exercício de engenheiro, oficial-engenheiro. Com o incremento das defesas através das fortificações, esses militares serão também encarregados de obras nas mesmas, exercendo o ofício que, a princípio, seria do arquiteto, uma vez que era este o encarregado das edificações, quer civis ou militares.

A Arquitetura Militar, desse modo, vai sendo planejada e executada pelos oficiais-engenheiros. Gradativamente, a engenharia incorpora a arte de fortificar, de construir edificações de apoio a esse fim, e por fim, do próprio edificar, ao ponto de se confundir, também na América Portuguesa, “a

função do engenheiro com a do arquiteto e a do construtor” (TELLES, 1984, p. 5).

Temos assim que a partir da Restauração, quando o esforço de guerra fez vir a Portugal profissionais de diversos países e, como vimos, motivou a criação da Aula de Fortificação do Paço da Ribeira para formar naturais do Reino, a relação entre a atividade construtiva e a construção de defesas tornaram-se partes do termo Engenheiro – ofício que caberá aos militares, pela natureza da atividade. Dessa forma, o Engenheiro Militar, aquele que se dedica ao estudo e à prática da Arquitetura Militar, reunirá conhecimentos de duas naturezas: o teórico-arquitetônico, oriundo dos tratados e do ensino formal, e o prático, em sua vertente militar, ocupando postos na hierarquia e participando de campanhas.

Em 1666, Luís Serrão Pimentel recebia uma Carta de Mercê de D. Afonso VI, na qual arrolava-se sua folha de serviços e os proventos decorrentes de suas atividades. Além dos cargos de Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor, Serrão Pimentel era “thenente general de artilharia”, tendo passado ao Alentejo em 1658 para “assistir na campanha de Badajos ao trabalho das fortificações e a ganhar os postos enquanto[sic] o sitio durou” (VITERBO, 1904, p. 269).

O posto de Tenente-General de Artilharia havia sido criado para o Alentejo em 1657. Tratava-se de uma patente sem “direitos especiais” (ASSOCIAÇÃO..., 1930, p. 11), utilizada após o período da União Ibérica, quando se adotaram em Portugal os cargos existentes no exército espanhol. Até então, a chefia do exército de uma província ficava a cargo do Governador das Armas, uma designação de cargo, porém sem atribuição de posto. Assim, no contexto da Guerra da Restauração, criou-se um posto considerado superior ao já existente de Governador das Armas, que por sua vez tornou-se uma posição intermédia entre o Capitão-General e o Mestre-de-Campo General.

A nomeação de Serrão Pimentel para o posto “não significava obrigatoriamente uma formação militar específica ligada à artilharia” (FERREIRA, 2009, p. 82), estando mais ligada à questões administrativas. A própria natureza dos postos de artilharia concorria para que esses fossem ocupados por técnicos, afinal, “a verdadeira obrigação dos artilheiros [era] de assentar, apontar e disparar a artilharia que tinha sido levada pelas carruagens para a posição em que havia de ser utilizada” (ASSOCIAÇÃO..., 1930, p. 16). Sendo assim, um tenente-general de artilharia seria o responsável pela logística de acomodação das tropas, o aquartelamento militar ou, como chamado na própria carta de mercê, castramentação.

No pedido que deu origem à mercê do cargo de Engenheiro Mor do Reino, feito em 1665,

Pimentel apresenta-se a serviço do Rei “desde o ano 1641 ate o presente na paz e na guerra” (VITERBO, 1904, p. 269). Assumiu o posto de Lente da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar em 1647, logo após sua criação, e sua permanência frente à aula só seria interrompida nos episódios em que participou da Guerra da Restauração, e em seus deslocamentos para acompanhar obras (de sua autoria e de alunos) ou efetuar levantamentos.

As pretensões de Serrão Pimentel ao cargo de engenheiro eram anteriores ao pedido, tendo sido feita uma consulta sobre o assunto em 1661, que se perdeu, e outra em 1663, que por fim gerou a referida mercê. É possível que

a principal motivação de Luís Serrão Pimentel na aspiração ao cargo de engenheiro mor tinha que ver com os gastos inerentes às constantes deslocações que era obrigado a fazer. O trabalho de acompanhamento de obras não tinha ajudas externas, tudo era pago do seu bolso, e o salário recebido como Lente era claramente insuficiente para suprir suas necessidades (FERREIRA, 2009, p. 83).

Temos assim que a nomeação para o cargo de Engenheiro-mor decorria das necessidades financeiras do exercício prático de suas obrigações como Lente da Aula Fortificação, e ao mesmo tempo de sua atividade de fato como engenheiro, no acompanhamento de obras. Com a mercê dos referidos cargos, Serrão Pimentel continuava obrigado à atividade docente, porém receberia um soldo mensal que lhe permitiria custear a parte prática de ambas funções, a de cosmógrafo e engenheiro.

Durante a Guerra de Restauração, além da campanha em Badajoz, Serrão Pimentel relata “passar tres vezes a Alentejo para formar a planta da fortificação de Euora e encomendar as fortificações das mais praças da província” (VITERBO, 1904, p. 269).

Sua presença na região do Alentejo desde 1658 fez com que participasse de alguns dos episódios mais importantes da Guerra da Restauração, como a batalha das linhas de Elvas (1659) e a do Ameixial (1663). Por essa época, Serrão Pimentel já era Lente da Aula de Fortificação com mais de 10 anos de trabalho, aos quais iria acrescentar a prática *in loco* da aplicação de suas teorias sobre a defesa de Praças e construções fortificadas.

Por sua ação na linha de frente durante a Restauração, Serrão Pimentel foi nomeado para cargos para officios militares de relevo. Os cargos de “engenheiro mor do exercito do Alentejo e thenente general de artelharia”, juntamente com os anos de experiência no ensino da Aula de Fortificação e Arquitetura Militar habilitariam Serrão Pimentel para solicitar ao Rei o cargo de

Engenheiro-Mor do Reino. Tal pedido foi atendido somente em 1673, dois anos depois de sua nomeação para Cosmógrafo-mor – cargo vago por ocasião da morte do anterior. Acumularia Luís Serrão Pimentel a partir de então os cargos de Cosmógrafo-mor e Engenheiro-mor do Reino.

O acúmulo dos referidos cargos em uma mesma pessoa não tornaria a ocorrer novamente. Após o falecimento de Luís Serrão Pimentel, seu filho mais velho, Francisco Pimentel, substituiu-o como Lente da Aula de Fortificação, e o segundo filho, Manuel Pimentel, como Cosmógrafo-mor. O cargo de Engenheiro-mor do Reino permaneceria oficialmente vago até 1719, quando D. João V nomeia Manuel de Azevedo Fortes para a função.

Como vimos no item anterior, Azevedo Fortes, assim como Serrão Pimentel, também publicou um tratado de arquitetura militar. Conforme procuramos demonstrar, as trajetórias de ambos se apresentam ora como rupturas – em suas obras publicadas que dão origem ao que denominamos Arquitetura Militar Portuguesa Moderna – ora como continuidades, ao sucederem-se no cargo de Engenheiro-mor do Reino. Contudo, há também semelhanças em suas ocupações: mesmo tendo sido educado no estrangeiro, ao retornar para o Reino, Azevedo Fortes ingressa nas fileiras militares, e ascende socialmente por meio de promoções de patentes.

A primeira ocupação de Fortes é como aluno extraordinário, em 1695, já se tornando professor substituto no ano seguinte. Os pedidos de aumento de soldo sucedem-se nesse período, indicando que suas atribuições também crescem em volume. A nomeação para um posto de oficial ocorre em 1702, como “Capitão de Infantaria com aplicação de engenheiro”. Em seguida, foi promovido ao “cargo de sargento-mor, do qual passou em 1704 ao posto de Tenente de Mestre-de-Campo General” (RIBEIRO, 2009, p. 37).

A promoção a Sargento-mor deve-se provavelmente à ordem do Conselho de Guerra, de 1703, para que Fortes se deslocasse ao Alentejo, para auxiliar nos conflitos da Guerra de Sucessão Espanhola, uma vez que era costume elevar o posto no caso de transferência. Já na província, Fortes foi novamente promovido, em 1705, a Tenente de Mestre de Campo General, uma ascensão rápida, explicada pelo contexto da Guerra de Sucessão.

As atividades que desempenhou na defesa do território português durante o conflito estão concentradas na raia alentejana, à exceção do cerco de Ciudad Rodrigo. No Alentejo, militou na campanha de Badajoz e na tomada de Valência de Alcântara, para citar apenas os maiores embates. Suas cartas de padrão mostram o rol de serviços à Coroa: a primeira, de 20 de agosto

de 1705, elenca suas atividades desde 1695. A segunda carta-padrão, de 1716, informa que Azevedo Fortes:

continuou depois de despachado pellos primeiros na Provincia de Alemtejo nos posttos de thenente de mestre de campo general e gouernador da praça de Castello de Vide por espaço de outo anos vinte e dous dias, desde vinte e hum de feureiro de mil setecentos e sinco the dezaseis de março de mil setecentos e treze (VITERBO, 1904, p. 79).

É possível, contudo, que Azevedo Fortes tenha exercido o cargo de governador de Castelo de Vide até 1719, retornando então para a Corte (RIBEIRO, 2009, p. 38). Sua nomeação como Engenheiro-mor do Reino é acompanhada de mais uma promoção: a patente do posto de Brigadeiro de Infantaria, ascendo então ao generalato. Sua última promoção militar é de 1735, ao posto de Sargento-mor de Batalha.

Se para Luís Serrão Pimentel a participação nas campanhas da Restauração, aliada à experiência na Aula de Fortificação, serviu de justificativa para sua nomeação como Engenheiro-mor do Reino, para Manoel de Azevedo Fortes a experiência no *front* contribuiu para sua progressão na carreira militar, sendo sua designação como Engenheiro-mor também acompanhada de uma nova patente.

Em suma, Luís Serrão Pimentel e Manoel de Azevedo Fortes, além do cargo de Engenheiro-Mor e da autoria de tratados fundamentais, compartilharam também a presença nas frentes de batalha, acumulando com essa experiência capital para ascensão social, pela nomeação para cargos e/ou concessão de novas patentes. Estavam assim, imbricadas, a teoria e prática em suas próprias trajetórias.

Essa interligação foi particularmente importante e visível na América Portuguesa. Juntamente com os primeiros governantes, vieram os responsáveis pela construção das estruturas de defesa e mapeamento do território: “a história da Construção de Edifícios no Brasil confunde-se, em sua fase inicial, com a dos primeiros estabelecimentos de posse e de colonização do território” (VARGAS, 1994, p. 36).

Para se executarem as obras de defesa e demais edificações, e os levantamentos cartográficos, os Governadores e Capitães-Generais se valeram “das atividades de duas categorias de profissionais: os oficiais-engenheiros e os então chamados mestres de risco construtores da edificação civil e religiosa” (TELLES, 1984, p. 9), além dos conhecimentos matemáticos, de

desenho e representação cartográfica de religiosos que vieram para a colônia.

Não nos deteremos nesses mestres construtores ou nos religiosos que, durante o período colonial, também desenvolveram atividades ligadas às edificações. Interessa-nos apontar que a atuação no Brasil de oficiais encarregados como engenheiros militares ocorreu desde o início da colonização, tendo sido reforçada a partir do final do século XVII, quando do surto de interiorização e urbanização provocado pela descoberta do ouro

Segundo o general Aurélio de Lyra Tavares (1965, p. 6), a atividade dos oficiais engenheiros na América Portuguesa pode ser definida nas seguintes funções:

- Demarcação territorial através de obras de defesa, no litoral e ao longo das fronteiras, consolidando a expansão;
- Execução de trabalhos topográficos e cartográficos, que subsidiaram acordos de paz entre as Coroas portuguesa e castelhana;
- Formação local de engenheiros, de forma a conseguir executar o volume de serviços demandados na colônia, sem necessidade de recorrer aos profissionais do reino; e,
- Construção de obras civis diversas, notoriamente os edifícios públicos.

A partir do final do séc. XVII, quando são organizadas as Aulas na Bahia e em Pernambuco, e no começo do século XVIII no Rio de Janeiro, iniciou-se a formação local de profissionais ligados à construção de edificações e fortificações. Porém, mesmo com o funcionamento das Aulas, a Coroa não se eximiu de enviar para a Colônia profissionais capacitados e experientes, e de acompanhar, através dos planos e cartas elaborados, o que era feito no Brasil

Tal é o caso de nosso objeto de estudo: a Capitania de Santa Catarina recebeu para seu primeiro Governador e Capitão General o Brigadeiro José da Silva Paes, experiente engenheiro militar, que tinha sido enviado ao Brasil para auxiliar Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro. Gomes Freire tinha, ele próprio, certo conhecimento de engenharia, assim como o Governador da Capitania do Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura.

Conjugava-se assim, nos oficiais engenheiros enviados ao Brasil, também a teoria & prática, resultando as edificações de defesa em obras “admiravelmente bem localizadas e solidamente

construídas” (TELLES, 1984, p. 22).

Ao longo do século XVIII, a atividade dos oficiais engenheiros intensificou-se na colônia, variando conforme a demanda do local e a circunstância geopolítica. As obras de fortificação continuaram como a principal atividade-fim, por vezes dividindo espaço com prédios públicos em cidades como as capitais Salvador e Rio de Janeiro. A dilatação das fronteiras levou à necessidade de um mapeamento cada vez mais detalhado do território, trazendo ao interesse da metrópole regiões da colônia até então relegadas a segundo plano.

A política de D. João V nas Capitanias do sul do Brasil, no sentido de firmar posse das mesmas, utilizou como instrumentos, o levantamento topográfico e respectivas cartografias regionais, o povoamento por meio da disseminação planejada de povoações e a construção de fortificações no território disputado (VARGAS, 1994, p . 39).

É nesse contexto que a Capitania de Santa Catarina ganha destaque. Como veremos no próximo capítulo.

2. A ILHA DE SANTA CATARINA E A AMÉRICA PORTUGUESA

2.1 A Capitania de Santa Catarina e a definição da fronteira meridional

Em 22 de Março de 1739, o Governador das Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Gomes Freire de Andrada, escreveu ao Rei D. João V sobre as obras de fortificação na Ilha de Santa Catarina:

Como V. Mg.e foi servido por resolução de cinco[sic] de Agosto do anno passado ordenar ao Brigadeiro Joze da Silva Paes passasse logo a fortificar a Ilha de Santa Catherina, e en[sic] conformidade desta dita ordem assim o executou, pareceu-me ser não só conveniente mas indispensael nomiar hum commissario e Almo xarife para que as despesas das Fortificações se continuarem em a melhor forma, e sem dezordem a fazenda de V. Mg.e 20

Nessa carta, o futuro Conde de Bobadela comunicou ao Rei que as obras de construção das fortificações na Ilha de Santa Catarina não só haviam sido iniciadas como, por prudência, nomeou um Comissário e Almoxarife para as mesmas, com os referidos ordenados de duzentos e quarenta mil réis para o primeiro, e duzentos e vinte para o segundo, “pagos pela fazenda Real desta Cappitania [Rio de Janeiro]”²¹.

Ao longo do século XVIII, o território de Santa Catarina passou por alterações em seus limites, sua administração, economia e até mesmo na composição de sua população, transformando-se em uma região com características colonizadoras próprias, herdeira das mudanças desse período. A construção das fortificações mencionadas marca o início desse processo, em que Santa Catarina se tornará propriamente uma Capitania e parte do território do América.

Desmembrada de São Paulo, a Capitania de Santa Catarina constitui-se, por Aviso Régio de 11 de agosto de 1738, sendo designado para seu governo o Brigadeiro José da Silva Paes. Se subordinava ao Governo do Rio de Janeiro, conformando uma administração do centro-sul, em certa medida, independente do vice-Rei, com ligação direta a Lisboa. A nova Capitania e seus territórios adjacentes foram formados pensando uma articulação que compreendia desde o

²⁰ AHU_ACL_CU_017, Cx. 31, D.3316.

²¹ AHU_ACL_CU_017, Cx. 31, D.3316.

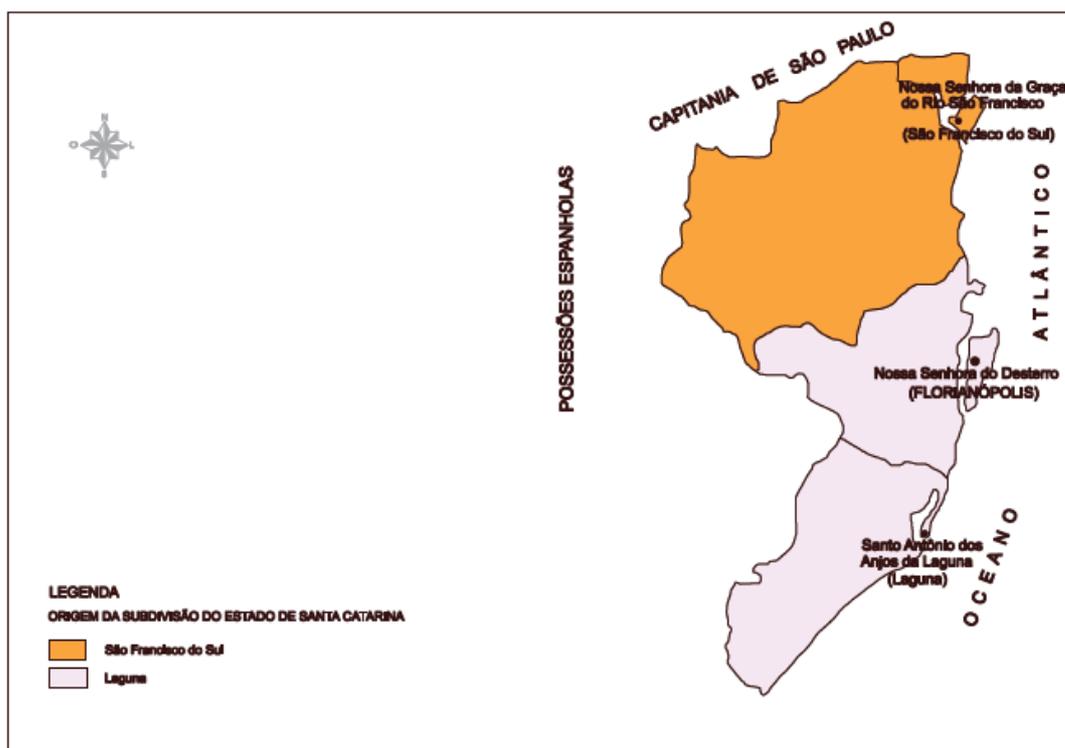
extremo-sul da América Portuguesa, a Colônia de Sacramento, até o Rio de Janeiro, passando pelas vilas e cidades litorâneas, algumas já existentes, outras criadas no século XVIII.

O espaço que se pretendia ocupar e defender era muito mais amplo que a capitania recém-criada, e estendia-se até a fortificação portuguesa da Colônia, englobando também o chamado Continente do Rio Grande – a vila de mesmo nome e suas fortificações, situadas na barra que liga o mar à Lagoa dos Patos. Não só geograficamente, a Capitania de Santa Catarina também era intermediária nos auxílios e socorros entre o Rio de Janeiro e a Colônia

A localização geográfica tornava estratégica a posição da Ilha, que “se situava a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a Colônia” e que oferecia, desde o início da ocupação portuguesa, “portos abrigados e suas enseadas tranquilas (...) um excelente ponto de apoio às tropas” (CABRAL, 1972, p. 11). As localidades de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (fundada em 1658, atualmente São Francisco do Sul) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (fundada em 1682, hoje Laguna), juntamente com a vila de Nossa Senhora do Desterro (fundada em 1662, atual Florianópolis) eram as únicas vilas do território catarinense quando de sua emancipação.

O estabelecimento de três núcleos urbanos no litoral “não se configurou propriamente como um efetivo processo de ocupação e povoamento” (SANTA... 2016, p. 55). Além do tamanho diminuto, as povoações não se inseriram na dinâmica mercantil das outras regiões da América Portuguesa, mantendo como base uma economia de subsistência. Contudo, essas três povoações se tornaram “a célula básica para a evolução político-administrativa do Estado de Santa Catarina, permitindo o traçado inicial que o estado assume” (SANTA..., 2018, p. 22).

Tendo como recorte as cidades acima mencionadas, a Ilha de Santa Catarina é uma referência geográfica, pois a faixa litorânea nesse trecho é bastante recortada. Localiza-se entre as latitudes 22°22' e 27°50', paralelamente ao litoral, o que corresponde a um eixo longitudinal de aproximadamente 55 km na direção Norte-Sul. No total, a ilha possui 424,4 km², e seu afastamento do continente varia entre 5km até 400 no Canal do Estreito, onde se localizam as pontes que ligam a ilha ao continente, construídas no século XX (REIS, 2012, p. 38).



Fonte: SANTA..., 2018. Fascículo 1, p.21.

As baías Norte e Sul têm dimensões similares e aproximadamente o mesmo comprimento, de forma que o Estreito se localiza quase equidistante de suas entradas (CALDAS, 1992). Suas profundidades máximas são de 11m, aumentando à medida que nos aproximamos do Estreito, onde atinge 28m. A entrada da baía Norte tem cerca de 6km de entrada na linha da barra²², medida entre a ilha de Anhatomirim até a Ponta Grossa. Já a baía Sul tem uma entrada de 3km na linha entre o extremo da Ilha de Santa Catarina e o Continente, mas apenas 300 metros de linha de barra, entre a Ponta dos Naufragados e a ilhota de Araçatuba. Além desta, também existem na baía Sul as ilhas de Papagaio Grande e Papagaio Pequeno.

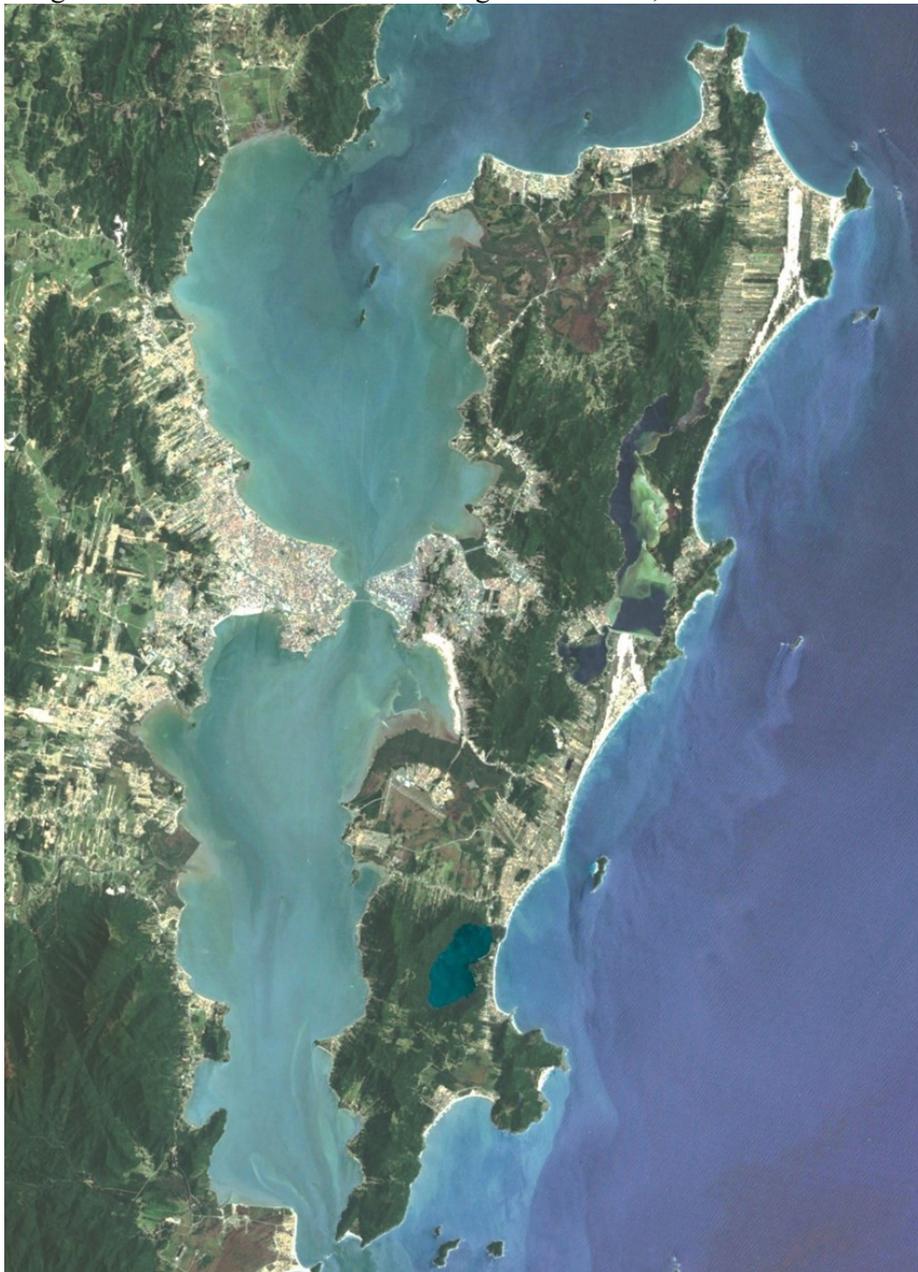
A imagem de satélite a seguir mostra como a ocupação urbana da Ilha se deu a partir de seu ponto mais próximo do continente, onde foi fundada a Vila do Desterro. A partir desse pequeno núcleo, estendeu-se pela ilha e pelo continente fronteiriço, persistindo uma urbanização concentrada na orla, em que “a colonização foi se processando de maneira vagarosa e espontânea ao longo do litoral, alternando no decorrer dos anos períodos de declínio e desenvolvimento” (DIAS, 2005). Como podemos ver, ainda hoje o tecido urbano concentra-se no núcleo histórico, com algumas ocupações nas zonas de balneário no entorno de Ilha.

Não estão assinaladas na imagem as fortificações da Ilha, que trataremos no próximo capítulo.

²² Parte navegável que, nas cartas náuticas, indica local de maior profundidade.

Entretanto, vale mencionar que a primeira etapa do Sistema Defensivo construiu as Fortalezas nos extremos, procurando guarnecer a entrada das baías, e considerando a defesa da vila como secundária. É na segunda etapa de construção (a partir de 1762) que o núcleo urbano receberá fortificações para sua defesa.

Imagem 6 – Ilha de Santa Catarina. Imagem de satélite, 2008.



Fonte: SANTA..., 2018, fascículo 1.

O crescimento da Vila do Desterro teve um incremento a partir de 1748, quando foi iniciado o povoamento açoriano na Ilha e nas vilas de Santa Catarina e do Rio Grande. A estrutura de ocupação desenvolvida a partir da chegada dos casais – agricultura em pequenas propriedades e trabalho familiar – “engendrou a estrutura territorial que perdurará, pelo menos em suas

características principais, até o presente” (REIS, 2012, p. 65).

A imigração açoriana, além das marcas na paisagem, na cultura dos habitantes e na economia, garantiu a posse efetiva da Ilha (e do litoral meridional) a partir da ocupação concreta do território e seu uso para fins agrícolas. O cultivo da mandioca e de outras culturas como cana-de-açúcar, café, algodão, milho, feijão, arroz e de alguns produtos já manufaturados como farinha, tecidos em teares, utensílios, entre outras atividades, vai reforçar ainda mais a movimentação portuária, principal atividade econômica – e, como vimos, primeiro grande atrativo – da Ilha.

Nosso interesse nesse processo é de apenas apontar seu início durante o governo do Brigadeiro José da Silva Paes, não pretendendo analisá-lo detalhadamente²³. Silva Paes deu posse a seu sucessor em fevereiro de 1749, tendo acompanhado a chegada dos primeiros casais de açorianos em janeiro do mesmo ano, pouco antes de deixar o governo da Capitania. Porém, desde 1742, o Brigadeiro sugeria o “aumento de povoação” na Ilha, no que é atendido pelo Conselho Ultramarino, em 1746, quando é autorizado o alistamento de açorianos e madeirenses para Santa Catarina, Pará e Maranhão. Como veremos no Capítulo 2, o tempo de serviço na Ilha Terceira talvez tenha contribuído para sua proposta de envio de casais açorianos para a Ilha de Santa Catarina.

A imigração açoriana (1748-1756) buscou resolver duas questões ao mesmo tempo: um excedente populacional no arquipélago, e a necessidade de povoar as terras ao sul da colônia. Após a criação de núcleos urbanos litorâneos e a fortificação da Ilha de Santa Catarina, temos então a iniciativa de povoar a parte meridional para garantir o domínio português, uma vez que “não bastão fortificações ser haver gente que as guarneça” (PIAZZA, 1983, p. 140).

²³ Para estudos sobre a imigração açoriana, há uma vasta bibliografia, da qual vale a pena destacar os estudos pioneiros: Ver: FORTES, J. B. *Casais*. Porto Alegre: 1932. (Edição Comemorativa). CABRAL, O. R. Os Açorianos: contribuição ao estudo do povoamento e evolução econômica e social de Santa Catarina. In: FONTES, H. S. (Org.). CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1., *Anais...* v.2. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950. BOITEAUX, L. A. Açorianos e Madeirenses em Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 219, 1953. PIAZZA, W. F. *A Epopéia Açórico-Madeirense (1747-1756)*. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1992.

2.2 Ocupação da Ilha e do Território até 1738

A origem do nome Santa Catarina é incerta, segundo a historiografia. Desde o século XVI, as expedições portuguesas e castelhanas para reconhecimento do novo continente percorrem o litoral sul. Assim, é aceito que a nomenclatura da ilha se deve ao navegante Sebastião Caboto, cuja esposa chamava-se Catarina Medrano, ou talvez, em homenagem a Santa Catarina de Alexandria, festejada pela Igreja Católica em 25 de novembro – provável data de sua ancoragem.

Em 1527, Caboto deixa cinco desertores e dois doentes na ilha, uma prática que seria comum ao longo da história da capitania²⁴. A estes, juntam-se os náufragos e os sacerdotes, como os primeiros habitantes. Dessa expedição, surgem nomenclaturas para a topografia catarinense, e em 1529, no mapa mundi de Diogo Ribeiro, aparece pela primeira vez o nome de Santa Catarina para a ilha e seu entorno, sendo também apontadas na mesma carta a Lagoa dos Patos e a bacia do Rio Uruguai. (PIAZZA, 1983, p. 85).

A essa primeira fase de reconhecimento do território, ainda ligada aos descobrimentos marítimos, sucedeu-se o período conhecido como “povoamento vicentista”. Uma vez estabelecido o regime de Capitânicas Hereditárias, a porção meridional da América Portuguesa foi dividida entre Martim Afonso de Souza e seu irmão, Pero Lopes de Souza. Foi concedido a Martim Afonso a Capitania de São Vicente, e a Pero Lopes a Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant’Ana.

A demarcação desses territórios, contudo, não foi contínua, de modo que a donataria de Pero Lopes se intercalava com a de Martim Afonso de Souza. O território de Santa Catarina ficava compreendido na porção mais ao Sul, nas Terras de Sant’Ana. Por questões sucessórias, (Pero Lopes de Souza faleceu na Índia logo após deixar o Brasil, já em 1539) as disputas entre os herdeiros pelo controle das capitânicas estenderam-se até 1711, quando foi assinada a escritura de venda da Capitania de Santos e São Vicente à Coroa Portuguesa. Assim, a descontinuidade

²⁴ Em *Exílios Meridionais*, Aluísio Gomes Lessa (2016) analisa “o papel desempenhado pelo sistema de degredo do Império Português na constituição da fronteira meridional da América Lusitana” (p.12). Apesar de seu recorte temporal (1680-1810), o trabalho mostra como o mecanismo já existia e, com o fim da União Ibérica e expansão do território em direção ao Rio da Prata, foi utilizado para suprir uma demanda de população e mão de obra.

territorial das porções é unificada sob um mesmo domínio, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro criada em 1709, que a princípio unifica as antigas donatárias, e das quais ocorrem os desmembramentos posteriores.

Não tendo, portando, fronteiras definidas, as expedições que partiam de São Paulo e Santos vão reconhecer o território ao sul e, com o fim da União Ibérica, iniciar um processo de efetiva ocupação. Nesse contexto, a primeira povoação a se formar é São Francisco do Sul, em 1658, a partir da iniciativa em Manoel Lourenço de Andrade. Em 1662, Francisco Dias Velho parte de São Paulo com o intuito de fundar nova povoação ao sul, e já em 1668 tem-se notícia da construção da Capela de Nossa Senhora do Desterro, na póvoa de mesmo nome.

O último dos povoados fundados nesse período é Santo Antônio dos Anjos da Laguna, por Domingos de Brito Peixoto, em 1684. A fundação dessas povoações traduz “uma mais intensa ocupação do litoral catarinense” (PIAZZA, 1983, p. 115), até então apenas conhecido por navegantes e sem referências de assentamentos populacionais fixos, que pudessem fornecer as condições de reparo e subsistência às embarcações.

Juntamente com o povoamento vicentista, ocorre um movimento de expansão comercial fluminense, que culmina com a fundação da Colônia do Sacramento (1680)²⁵. Interessados no comércio de escravos e no contrabando, os comerciantes do Rio de Janeiro vão apoiar a expedição de reconquista de Angola (1648) e fundar uma praça defronte Buenos Aires. Com a criação do bispado (1676) e sua jurisdição até o Rio da Prata, consolida-se o poder político e jurisdicional do Rio de Janeiro para região meridional do Brasil.

É preciso indicar que a fundação dessas povoações obedeceu ao rito urbanístico português tradicional. Assim, a partir da correição do Ouvidor do Rio de Janeiro, Rafael Pires Pardiniho, temos a elevação à vila de Laguna, em 1720, e também pela correição do Ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto a elevação de Nossa Senhora do Desterro à vila em 23 de março de 1726. A partir de então, são instalados o pelourinho e a Câmara, símbolos da presença do poder municipal (PIAZZA, 1983, p. 116).

O mesmo não acontece com Colônia: “crescida à sombra da fortaleza do Santíssimo Sacramento, a povoação jamais se constituiu em vila ou cidade durante o domínio português”

²⁵ Ver ALENCASTRO, 2000. Particularmente no capítulo 6, item *Peruleiros e Bandeirantes*, o autor mostra que a hegemonia do porto do Rio de Janeiro está relacionada ao triângulo comercial Luanda – Rio de Janeiro – Buenos Aires (“expansionismo atlântico fluminense”) e como seu crescimento serve para conter o “autonomismo paulista”, culminando com a submissão administrativa de São Paulo ao Rio de Janeiro entre 1748-1765.

(POSSAMAI, 2010). Seu papel enquanto possessão portuguesa no Rio da Prata não permitia que a vila se desenvolvesse muito além da capacidade de fogo da fortaleza, o que a tornou verdadeiramente uma praça-forte.

A relação entre a Colônia do Sacramento e a Ilha de Santa Catarina será melhor descrita adiante, porém é oportuno mostrar como sua fundação – e de outras povoações – articulam-se para abranger o litoral sul da América Portuguesa. O povoamento vicentista foi caracterizado pela a criação de núcleos urbanos no litoral meridional, dentre eles a Vila do Desterro, sinalizando pontos de ocupação desse território, dilatando-o até o limite geográfico mais visível, o Rio da Prata.

A criação da Capitania de Santa Catarina, em 1738, marca o fim desse período, que não deve ser entendido como linear. Como vimos, as vilas de São Francisco do Sul, Nossa Senhora do Desterro e Laguna resultam de iniciativas quase que pessoais, de dilatação das fronteiras. Suas fundações se originam de uma política expansionista e de uma tentativa, após a Restauração, de maior controle dos territórios portugueses – traduzida no Reino por um incremento na cartografia e nas fortificações, e, na colônia, pela formação desses núcleos urbanos.

2.3 Formação (desmembramento de São Paulo) e Administração

Quando de sua elevação a Capitania, contava Santa Catarina com três vilas já estabelecidas. Pelo Aviso Régio, de 11 de agosto de 1738, desincorporavam-se os territórios da Ilha de Santa Catarina e do chamado Continente do Rio Grande da Capitania de São Paulo, dotando-os de Governador e Capitão General, subordinados à jurisdição do Rio de Janeiro.

O desmembramento de São Paulo tornou a Ilha de Santa Catarina “cabeça da Capitania”. Sua localização era privilegiada não somente na ligação entre o Rio de Janeiro e a Colônia, mas também entre as vilas de Laguna e São Francisco, que vão se tornar os limites dessa nova capitania. Assim, o território se conforma a partir das ocupações litorâneas, sendo esta a

principal via de comunicação e comércio.

Contudo, este não era o único caminho entre a fronteira meridional e o Rio de Janeiro, ou mesmo até São Paulo. A partir das correições dos ouvidores, e principalmente da necessidade de abastecimento das novas áreas de mineração descobertas em finais do século XVIII, a criação de gado *vacum* vai expandir a colonização do litoral catarinense para o interior. De Laguna, no início do século XVIII, sairão os povoadores dos chamados “campos de Viamão”, cuja criação de gado dá início à cultura dos estancieiros

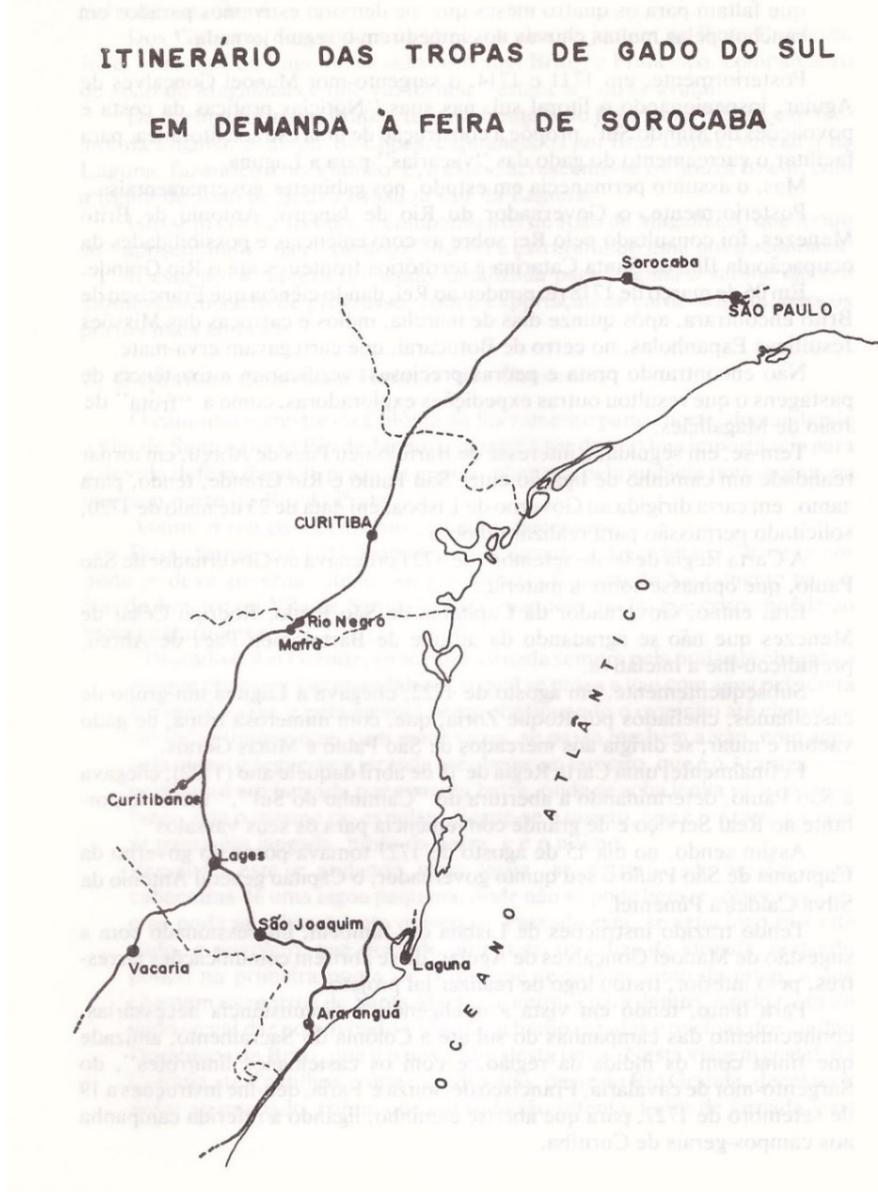
A primeira notícia que se tem de ocupação dos territórios ao sul de Laguna é da “frota” de João de Magalhães, que sai da vila em 1725. Essa primeira expedição visa desbravar o território, conformando o “Continente do Rio Grande”. O povoamento do interior foi, num primeiro momento, “um desdobramento da Laguna, em termos sociais, pela migração que fazem da povoação”, o que lhe proporciona um “momentâneo surto de progresso” e estabelece o comércio de carne salgada da fronteira meridional para o restante da América Portuguesa (PIAZZA, 1983, p. 167).

A partir do governo de Antônio da Silva Caldeira Pimentel na Capitania de São Paulo, a ligação terrestre entre o Rio Grande e São Paulo vai se consolidar. Em 1727, tem-se a expedição de Francisco de Souza e Faria, Sargento-mor de cavalaria, que saindo de Santos e conjugando viagem por mar e terra, alcança o litoral e funda a vila de Araranguá. Em 1732, Cristóvão Pereira de Abreu, partindo de Colônia chega a São Paulo, passando pela Serra do Viamão.

Constituiu-se assim o “caminho do Sul”, composto de três partes no tocante ao território de Santa Catarina: de São Paulo até o “registro de Curitiba”, e seguindo adiante até que, por sua vez, se bifurcava dois. Um ramal que partia de Araranguá, no litoral, subindo os “Campos de Cima da Serra”, e o outro ramal que partia de Laguna.

O trânsito no interior da parte meridional da América Portuguesa avoluma-se a partir do segundo quartel do século XVIII, mesmo com a perda de autonomia da Capitania de São Paulo. Sua restauração administrativa, a partir de 1765, encontra já fortalecida a ligação entre Sorocaba e a fronteira sul. Assim, em 1770, o Morgado de Mateus, Governador e Capitão-General de São Paulo, eleva à categoria de vila a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, transformando um povoado surgido de um pouso de tropeiros, no elo de ligação entre os caminhos catarinenses e rio-grandenses, como mostra o mapa a seguir.

Imagem 7 – Itinerário das Tropas de Gado do Sul em Demanda à Feira de Sorocaba.



Fonte: PIAZZA, 1983, p.168.

Assim, mesmo tornada autônoma, a Capitania de Santa Catarina manteve com a Capitania de São Paulo uma intensa relação de comércio, explorando suas fronteiras terrestres e desenvolvendo a comunicação entre seus núcleos de povoamento, e mesmo desenvolvendo-os a partir da circulação do gado. No final do século XVIII, essa ligação será fundamental para o envio de tropas para a região, principalmente o chamado Exército do Sul, responsável pela Guerra da Restauração do Rio Grande (1763-1777).

2.4 O Rio Grande de São Pedro e a ligação com Colônia de Sacramento

A relação entre portugueses e espanhóis na fronteira sul foi, desde o começo, de uma constante tensão, com períodos mais ou menos duradouros de paz. Desde a fundação da Colônia, em 1680, ocorriam embates entre os dois lados, encerrados muitas vezes por tratados acordados entre as Coroas. Em 1723, os portugueses fundaram um novo povoamento, para auxiliar na defesa da Colônia, mas por falta de recursos abandonam-no em seguida. Em 1726, os espanhóis refundaram o povoado, com o mesmo nome: Montevideú. E a partir de então, reiniciam-se as hostilidades, com Buenos Aires sitiando Colônia e tentando controlar o comércio e os recursos pecuários (RADIN; VALENTINI; ZARTH, 2016, p. 46).

Desde sua chegada ao Brasil, em 02 de março 1735²⁶, o Brigadeiro José da Silva Paes esteve a serviço do Governador Gomes Freire de Andrada, sendo inclusive, em diversas ocasiões, seu sucessor imediato quando este se ausentava para atender demandas na região mineradora. Em Agosto de 1736, Gomes Freire escreve ao Rei informando a partida de Silva Paes e do Coronel Luís de Abreu Prego para uma nova expedição²⁷. Os objetivos eram socorrer a Colônia de Sacramento, expulsar os espanhóis da banda ocidental do Rio da Prata (desalojando-os de Montevideú) e fundar uma nova povoação que desse retaguarda à Colônia.

Silva Paes conseguiu que os espanhóis levantassem o cerco à Colônia, mas não conseguiu fundar uma nova povoação no Rio da Prata. Gomes Freire lamenta o insucesso, mas conforma-se, pois a criação de novas povoações significava custos – financeiros e de pessoal – para a Real Fazenda:

Em carta de dous de Fevr^o me dá V.S.a conta das incommodid.es, q' encontrou na Ilha, e continente de Maldonado, pa em ella se poder dar principio a fortificação algúa: são obstaculos tão invenciveiz principalmente o de agua e lenha, q' eu me conformey ao descurso de V. S., parecendo-me demais que o dezunir as forças com 'q v.S. opera nos pode trazer mayor ruina²⁸.

²⁶ AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 53, Doc.12.365.

²⁷ AHU_ACL_CU_017, Cx. 29, D.3063.

²⁸ AHU_ACL_CU_017, Cx. 29, D.3084.

Decide o Brigadeiro Silva Paes então fundar uma nova povoação, entre a Colônia e a Ilha de Santa Catarina. Retornando em 19 de fevereiro de 1737, consegue transpor a barra do Rio Grande com três embarcações, e como apoio por terra de estancieiros de Viamão, funda a atual cidade do Rio Grande (BENTO, 1996). Escreve Silva Paes à Gomes Freire de Andrada, reportando sua decisão:

Já temos tomado pe no R^o Gr.e e eu entro a aguentar aquelle estabelecimento por via de Gaspar Caldas sem q. a El-Rey faça despeza, brevem.te se vão buscar quarenta casaes as Ilhas p^a se transportarem e fazoa tenção mandar Manoel de Mello a desenhar lhe algua espécie de fortificação em hua entrada q. tem no rincão em que se achão (COLEÇÃO..., 1948, p.56)²⁹

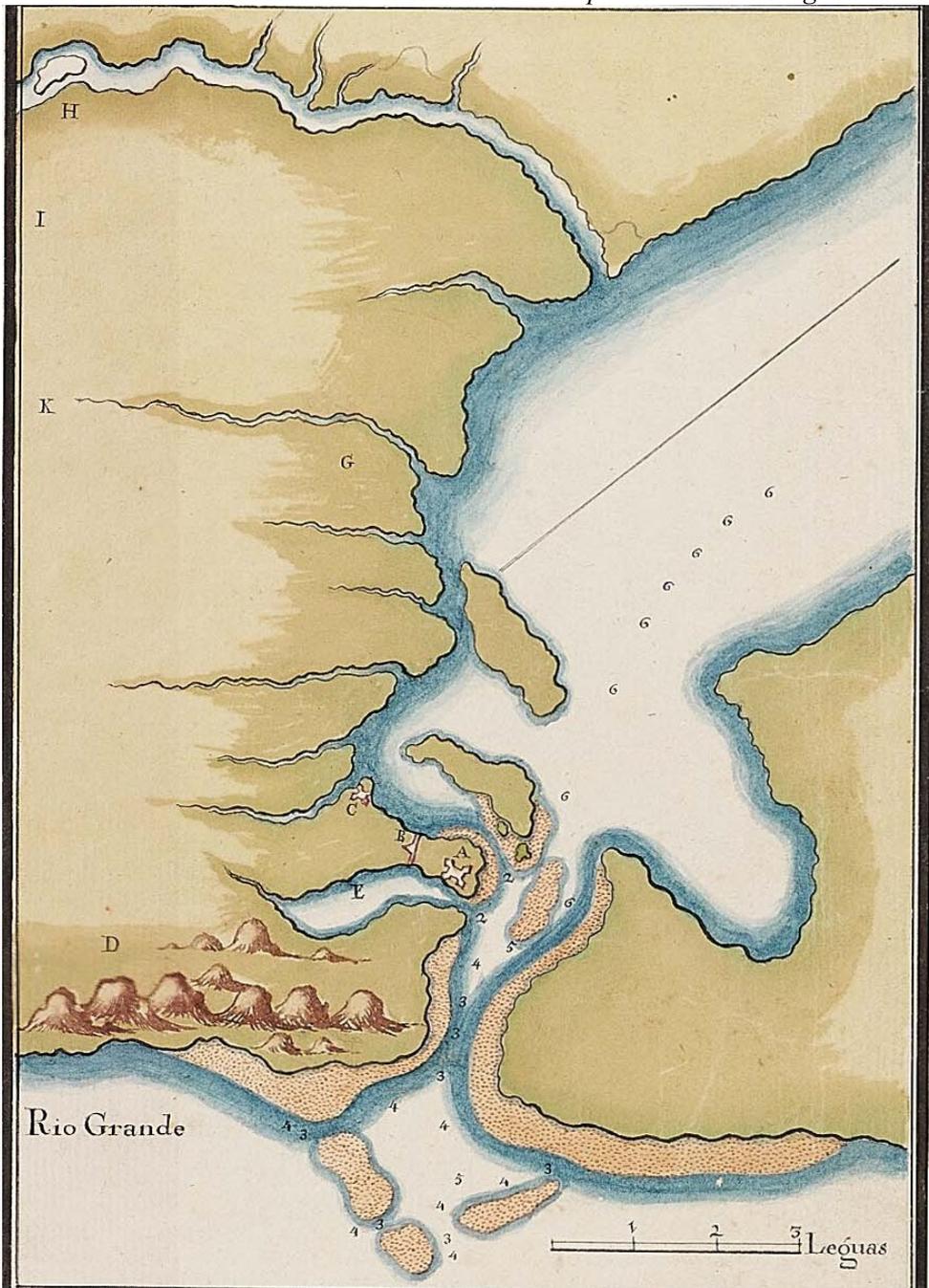
Temos assim a fundação do Rio Grande e duas imediatas preocupações: construir fortificações que assegurem o domínio do território, e povoá-lo. A solicitação de casais ilhéus, como vimos, será atendida não só para o Rio Grande, mas também para a Ilha de Santa Catarina. Já a base militar de que fala Silva Paes, será, primeiramente, o Presídio Jesus, Maria e José, no terreno arenoso da praia da Barra do Rio Grande, e para protegê-lo na retaguarda a Fortaleza de Nossa Senhora do Estreito.

No mapa abaixo, *Demonstração do R.o da Prata e R.o Gr.e de S. Pedro e Lagoa de Merim e das Praças da Colonia e Mote Vidio Maldonado e R.o Grande em ponto maior a Margem*, temos assinaladas no detalhe da parte relativa ao Rio Grande, as fortificações acima mencionadas.

Mesmo sem data definida, tal referência nos permite dizer que o mapa foi elaborado após 1737, quando é fundada a Vila do Rio Grande de São Pedro e suas fortificações. Sendo este um dos detalhes do mapa, é interessante notar que também são assinalados os bancos de areia e a estreita barra de entrada do Rio Grande – condições topográficas que favorecem sua proteção e justificam a escolha do local para uma nova povoação.

²⁹ Extrato de uma carta do Governador do Rio de Janeiro José da Silva Paes, para Gomes Freire de Andrada, relativo ao estabelecimento da Colônia do Rio Grande.

Imagem 8 – Demonstração do R.o da Prata e R.o Gr.e de S. Pedro e Lagoa de Merim e das Praças da Colonia e Mote Vidio Maldonado e R.o Grande em ponto maior a Margem.



Fonte: GEAEM-DIE (PT).

Juntamente com as fortificações, Silva Paes criou o Regimento de Dragões do Rio Grande. Tal companhia ficou a cargo dos estancieiros de Viamão, que a partir de então constituem o corpo militar responsável pela defesa do Sul. Silva Paes permaneceu no Rio Grande de São Pedro até dezembro de 1737, quando é chamado de volta ao Rio de Janeiro, por Gomes Freire de Andrada.

A partir da ocupação do chamado “Continente do Rio Grande”, a cartografia da região dividiu-se em dois formatos de mapas. Um primeiro, como a Demonstração, detalha as reentrâncias

costeiras entra a Vila do Rio Grande e a Colônia do Sacramento, apontando Maldonado e Montevideu. E um segundo, delinea a linha da costa entre a Colônia e o Rio de Janeiro, abrangendo o litoral paulista e catarinense.

A cartografia demonstra, portanto, o lugar da fronteira Sul na definição da porção meridional da América Portuguesa, e sua relação com a Capitania do Rio de Janeiro. O mapeamento do interior do território receberá maior atenção a partir da assinatura do Tratado de Madrid, quando então o povoamento do litoral, juntamente com outros fatores, se tornará moeda de troca para a definição dos limites.

Temos assim, uma personagem chave que articula o resgate da Colônia do Sacramento, a fundação da vila do Rio Grande e a emancipação da Ilha de Santa Catarina enquanto Capitania (e sua fortificação): o Brigadeiro José da Silva Paes. Seu trabalho enquanto “estruturador do Brasil Meridional” (PIAZZA, 1988), será complementado com a chegada da Expedição Demarcatória, atuante sob o comando de Gomes Freire de Andrada, ainda Governador e Capitão General. Como veremos no próximo capítulo, dentre os membros da expedição, o Brigadeiro José de Custódio de Sá e Faria será incumbido da Fronteira Sul e de guarnecer a Ilha de Santa Catarina – as mesmas atribuições de Silva Paes anos antes.

CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DEFENSIVO DA ILHA DE SANTA CATARINA

É tempo de explicar que quanto aqui se diz ou venha a dizer é verade pura e pode ser comprovado em qualquer mapa, desde que ele seja bastante minucioso para conter informações aparentemente tão insignificantes, pois a virtude dos mapas é essa, exibem a redutível disponibilidade do espaço, previnem que tudo pode acontecer nele. E acontece.

SARAMAGO³⁰

3.1 Os Brigadeiros José da Silva Paes e José Custódio de Sá e Faria: formação e trajetória

Como vimos no capítulo anterior, até seu desmembramento de São Paulo e criação enquanto Capitania autônoma, a Ilha de Santa Catarina não possuía destaque e relevância para a Coroa Portuguesa, além de considerá-la como um ponto de apoio (um porto abrigado) entre o Rio de Janeiro e a Colônia de Sacramento.

Sendo assim, nossa análise das estruturas defensivas da ilha inicia-se a partir da criação da Capitania e da chegada de seu primeiro Governador e Capitão-General, o Brigadeiro José da Silva Paes. Para tanto, apontamos que em Santa Catarina ocorreu uma junção de dois fatores que nos levaram a periodizar o trabalho a partir de 1738. Como seu primeiro administrador, fato que por si só inicia uma nova etapa, foi enviado um Oficial com exercício de engenheiro, o que levou à reunião em um só indivíduo das ações de planejamento e construção de defesas.

O Brigadeiro José da Silva Paes permanecerá a serviço no Brasil “14 anos, 2 meses e 16 dias”. No total, “consta haver servido a V. Mag neste Reino, e no Estado do Brasil por espaço de vinte e sete anos, sinco meses, e vinte e seis dias, desde o primr. de Julho de 1722 the 23 de Junho de 1750” (COLEÇÃO..., 1948, p. 29). Sua promoção a Sargento-Mór de Batalha por meio de decreto do Conselho de Guerra de 20 de setembro de 1749 integra-o ao conjunto de oficiais-

³⁰ SARAMAGO, José. *Jangada de Pedra*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record/Atalaya, 1988, p. 18.

generais, e marca o final de uma carreira longeva como Engenheiro Militar a serviço da Coroa³¹.

Pela dita promoção, Silva Paes apresenta um requerimento para vencer soldo dobrado, e elenca no pedido seus serviços prestados:

E servindo nesta corte desde o referido anno de 1722 (...) no dº anno foi por ordem de V Mag á Ilha Terceira examinar o novo porto da cid.de de Angra, e os mais daquela Ilha (...) E sendo mandado M. de Campo gen. Conde da Ribr. a hua diligencia militar á Praça de Setúbal, foi nomeado pª o acompanhar nesta occazião (...) E passando por ordem de V. Mag. ao Ryo de Janr. a empregarse no seu real serv., sucedendo os Castelhanos bloquear a Nova Colonia do Sacram. ser encarregado da expedição dos socorros, reparos das suas fortificaçoens, e deffença delaa (...) E passando despoes do armistício ao estabelecimento do Rio Gr. de S.P se empregou com tal zelo, e acerto nas suas fortificaçoens (...) pelo que neste particular haia obrado na Ilha de S. Cat. empregandose com o mesmo zelo na sua fortificação e estabelecimento (COLEÇÃO..., 1948, p. 29).

Para justificar o aumento de seus vencimentos, Silva Paes concentra-se em demonstrar seus serviços ao Rei a partir dos anos 1720. Menciona seus deslocamentos à Ilha Terceira, à Setúbal e ao Brasil. Apresenta suas ações já como “Coronel de Infantaria com exercício de Engenheiro”³², e reforça, ao final de sua exposição, “q este oficial tinha sido utilíssimo ao Real Serviço pois a não ser a sua ativid., e zelo na Colonia, Ilha de S. Cat., e Rio Gr. se haverião feito excessivas despesas com q. se adiantassem as Fortificações metade do estado em q. estavam, e economia” (COLEÇÃO..., 1948, p. 31).

É importante notar que a justificativa para vencer soldo dobrado, no posto de Sargento-Mor de Batalha, contempla apenas uma parte da trajetória de Silva Paes, notoriamente, o período em que sua atuação enquanto Engenheiro Militar foi mais efetiva, com destaque para sua atividade na porção meridional da América Portuguesa. Nesse recorte temporal, enquanto são reforçados “seu zelo, valor e inteligência” na construção de fortificações, foi suprimida sua participação em outra obra, em 1728/1729, esta sem caráter defensivo, mas que terá relevância em sua carreira, como veremos adiante.

Natural de Lisboa, José da Silva Paes nasceu em 1679 e faleceu na mesma cidade, em 1760³³. De origem modesta, herda do pai negócios na produção e comercialização de açúcar em

³¹ ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, nº 35, maço 108.

³² ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, nº 35, maço 72.

³³ ANTT, Registro Geral de Testamentos, livro 275, fl 86-93.

Pernambuco³⁴, e do lado materno o registro dos avós como “cristãos velhos”³⁵. Não seguindo no caminho dos tratos coloniais, Silva Paes opta pela carreira das armas, ingressando no Real Serviço, em 12 de Fevereiro de 1701³⁶. Em seu período militar inicial, embarca voluntariamente na Armada, quando esta se encontrava em Lisboa,

no mesmo anno passando p^a a praça de Olivença assistir as fortificaçoés dela, como também no anno de 703 ir a Abrantes reconhecer o posto com q’ se hiria fabricar húa ponte p.a comunicação da Prov.ca da Br.a há de Alentejo”. [Em Março de 1704 encontramos-lo no Castelo de Monsanto] p.a examinar afim precizo p.a o rendimento dele³⁷.

Sua participação nesse episódio, juntamente com o engenheiro Francisco da Silva, rendeu-lhe a outorga de cavaleiro fidalgo da Casa Real.

Em 8 de maio de 1704 casa-se com D.Teresa de Brito (ALVES, 1941), recebendo como dote o Hábito da Ordem de Santiago, que pertencera à seu sogro. Tal herança cumprirá o papel de auxiliar na nobilitação de Silva Paes, permitindo sua ascensão social dentro da lógica de prestígio das ordens. Logo após o casamento, Silva Paes apresenta um pedido para o Hábito da Ordem de Cristo³⁸. Sob o motivo de seu passado obscuro (inabilidade mecânica do avô paterno), foi julgado “não estar capaz de entrar na Ordem”. Era impedido, assim, seu acesso às honras e mercês decorrente de tal honraria.

Entre o casamento e a promoção a Coronel de Infantaria com Exercício de Engenheiro³⁹, Silva Paes continuou sua atividade militar pela fronteira portuguesa, nas províncias da Beira e do Alentejo (PIAZZA, 1988, P. 26-27). Em 28 de setembro de 1712, envolveu-se no cerco de Campo Maior, episódio que lhe valeu a promoção a Coronel no ano seguinte e lhe permitiu, pouco tempo depois,

(...) realizar uma operação cambial de largo significado simbólico. Inabilitado por demérito de seus antepassados ao passaporte da honra, junta a insígnia de Santiago, que por via da mulher lhe chegara às mãos, à sua folha de serviços

³⁴ ANTT, Registro Geral de Testamentos, livro 275, fl. 87.

³⁵ ANTT, Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letras I e J, mç. 17, n. 15

³⁶ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, Livro 10, fl. 411/411v.

Todas as informações sobre a atividade militar de Silva Paes citadas a seguir foram retiradas desse documento, redigido em 1719, quando de sua solicitação de mercê do Ofício de Escrivão das Apelações Civis da Casa da Suplicação. No mesmo documento, encontra-se registrado no rodapé final a patente de Brigadeiro, recebida em 1735.

³⁷ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, Livro 16, fl. 371.

³⁸ ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 90, fl. 309.

ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 99, fl. 134/134v e 148.

³⁹ ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, N° 11, Maço 72.

e obtém, ‘em sua vida somente’, o direito à farpela da Ordem de Cristo (ARAÚJO, 1999).

O Hábito da Ordem de Cristo conferia à Silva Paes a nobreza faltante na carreira das armas. Temos então, a partir de 1716, seus serviços concentrados no Alentejo, mapeando e fazendo levantamentos dos armazéns e fortificações durante alguns anos. Ocorre, então, o que consideramos ser o primeiro ponto de inflexão na carreira de Silva Paes.

Em 1720, então com 41 anos, Silva Paes é enviado aos Açores⁴⁰. Sua estadia na Ilha Terceira, na vila de Angra do Heroísmo, foi motivada pelo exame do porto “que se intentava fazer” e pela verificação do estado das fortificações. Piazza (1998, p. 49) aponta que sua permanência na ilha ocorreu entre agosto e outubro do mesmo ano, porém, é possível que tenha se estendido além, uma vez que não há registros de seu retorno.

O período na Ilha Terceira parece-nos um ponto na trajetória de Silva Paes que merece ser melhor analisado. Há aqui alguns fatos e indícios que julgamos serem mais que apenas coincidências, podendo apontar, talvez, relações entre o período do Brigadeiro no arquipélago e seu trabalho posterior, particularmente quando no Brasil, na ilha de Santa Catarina.

3.1.1 A Ilha Terceira dos Açores

Sobre as fortificações açorianas, Vieira assim as define: “no geral, somos confrontados com pequenas construções, de uma só frente de embate virada para o mar, sediadas num ponto estratégico a defender uma baía, praia ou porto” (VIEIRA, 1987, p. 1525). A partir de 1767, os levantamentos feitos pelos engenheiros militares nos Açores apontaram que no arquipélago não foram seguidas regras de fortificações, por terem sido construídas a partir dos municípios, sem uma “definição concreta do plano de defesa e dos seus recintos fortificados” (VIEIRA, 1987, p. 1526).

A construção de fortificações no Açores segue o princípio de fatores externos combinados às condições locais: a conjuntura política e econômica (corsários, ameaça de invasões) leva à edificação de fortalezas, cuja forma, volumetria e solidez vão depender, por sua vez, das

⁴⁰ ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, N° 14, Maço 79.

condições geográficas e do interesse em defender portos e baías das ilhas. No caso da Ilha Terceira, o porto de Angra integrou-se à dinâmica das rotas comerciais europeias no Atlântico, o que permitiu o desenvolvimento econômico da vila e da ilha, porém atraiu corsários e invasores, fazendo com que fosse necessária a construção de defesas para a vila e a presença de uma armada para ataques em alto mar.

Em 1543, é apresentada a D. João III, por Bartolomeu Ferraz, a recomendação de que os Açores sejam fortificados (o arquipélago como um todo), em virtude de sua posição como escala nas rotas da Índia e da América – as correntes marítimas levavam que as embarcações fizessem paragem no arquipélago na viagem de retorno. Sendo Angra alfândega à qual estavam subordinadas as restantes ilhas (1499), sede primeiro Provedor das Armadas (1527), em 1567 o engenheiro Tommaso Benedetto elabora um plano detalhado de defesa da Ilha Terceira, aconselhando a construção de um forte no Monte Brasil, e a edificação de trincheiras e fortificações privilegiando ancoradouros, como a baía de Angra e o termo de São Sebastião.

Foram construídos, então, o Forte de São Sebastião (c. 1572), localizado no termo acima mencionado, e o Forte de Santo Antônio do Monte Brasil, na encosta do monte de mesmo nome, permitindo o cruzamento de fogos. Tal estratégia, quando das batalhas da União Ibérica, forçou o desembarque das tropas espanholas na Baía da Salga (1581) e na Baía das Mós (1583), atestando “a importância estratégica e [comprovando] a capacidade defensiva da baía” (SISTEMA... 2010).

Após a conquista, em 1594, inicia-se a construção do Forte de São Filipe, assim nomeado em homenagem ao Rei espanhol, e concluído por volta de 1636. Localizado no istmo entre o Monte Brasil e a ilha, tal forte ocupará as proximidades do forte anterior do monte, porém em maior dimensionamento e suplantando-o, “constituindo uma das maiores e mais inexpugnáveis fortalezas em território nacional, apresenta planta poligonal irregular, com traçado abaluartado, de Tiburcio Spanochi,(...) formando uma frente abaluartada virada à cidade”. Elaborado em 1871, o Esboço do Castello d’Angra e das fortificações do Monte Brazil nos permite visualizar a frente de defesa do forte, uma vez que este não sofreu alterações estruturais até a elaboração do esboço.

Imagem 9 – Esboço do Castello d'Angra e das fortificações do Monte Brazil.



Fonte: GEAEM/DIEE (PT). Cota: 1269-1A-12A-16.

Construída na ligação, a Fortaleza “domina toda a cidade de Angra, protegendo as entradas nas Baías da vila e do Fanaes, ao longo de 5 kms de comprimento” (VIEIRA, 1987, p. 1526). No esboço, vemos os três baluartes centrais, com orelhões marcados, e os dois meios-baluartes nos extremos. Logo à direita, a indicação da cidade e, em letras destacadas, a baía. Os baluartes avançados são circundados por fosso pronunciado, porém com visão atenuada do ponto de vista da cidade, e nos quais estão amplas covas de lobo escavadas na rocha, protegendo a porta magistral que originalmente seria acessada por ponte levadiça mas atualmente se faz em cantaria sobre arcos.

Imagem 10 Vista da Baía de Angra e da Ilha das Cabras, a partir da Fortaleza de São João Batista. Ilha Terceira. Açores.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Imagem 11 – Vista da Baía dos Fanaes, a partir do Monte Brasil. Ilha Terceira. Açores.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Imagem 12 – Porta Magistral e fosso com covas de lobo. Fortaleza São João Batista. Ilha Terceira. Açores.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Imagem 13 – Detalhe lateral das escarpas e dos arcos em cantaria para acesso à Porta Magistral. Fortaleza São João Batista. Ilha Terceira. Açores.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Renomeada, em 1643, como Fortaleza de São João Batista, é considerada “a maior fortaleza espanhola construída fora da Europa e por muitos vista como símbolo de opressão aos cidadãos e contra eles edificada”(SISTEMA..., 2015). Segundo Avelino Meneses⁴¹, “a fortificação manifesta o desejo de consolidação do poder de Espanha nos oceanos, a criação de uma base inexpugnável capaz de conter o livre acesso dos rivais europeus à Índia e Novo mundo e de defender o primado da navegação Ibérica para o Ultramar.”

Para além da imponente fortaleza, ao redor do Monte Brasil também foram sendo construídas uma série de fortins que completaram o sistema defensivo da Fortaleza, somando um perímetro total de 4km de muralhas contínuas e abaluartadas. Como podemos ver ainda no esboço, os fortins que circundavam o Monte vão ser agrupados (em sentido anti-horário) nas Baterias de São Diogo e Baterias de Santo Antônio. “O Monte Brasil é envolvido por cortinas, integrando pequenos fortes ou baterias, alguns de construção anterior e outros já oitocentistas, exceto na escarpa virada a sul, onde apesar de naturalmente inacessível, os espanhóis construíram o Forte da Quebrada” (SISTEMA..., 2015), também indicado no esboço, e que atualmente se encontra como vemos nas imagens a seguir:

Imagem 14 – Vista panorâmica do Forte da Quebrada. Ilha Terceira. Açoures.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

⁴¹ MENESES, Avelino de Freitas. A Fortaleza do Monte Brasil. Os propósitos da construção de uma atalaia do Atlântico. In: *Monumentos*. Lisboa: DGEMN, n.º 5, pp. 8-15, s.d. Citado por SISTEMAS..., 2015.

Imagem 15 – Detalhe das muralhas arruinadas do Forte. Ilha Terceira. Açores.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

A Fortaleza de São João Batista, assim como o Forte de Santo Antônio do Monte Brasil (seu antecessor) cruzava fogos com o Forte de São Sebastião na defesa da baía de Angra. Contudo, este não teria sido seu único objetivo de construção mas, também, abrigar tropas em seu interior em caso de ameaça iminente, uma vez que “em caso de cerco, a praça tinha grande autonomia” (SISTEMA..., 2015), em função de suas três cisternas, o campo interior cultivável e até mesmo criação de gado na zona da caldeira.

A Fortaleza de São João Batista foi tomada em 1642, após a rendição dos castelhanos, depois de três meses de sítio. Os portugueses atacaram a porta secundária, a atual “porta dos carros”, e construíram trincheiras entre a baía das pipas e do Fanal, forçando o recolhimento da tropa em seu interior. Ficaria atestada assim sua capacidade de resistência e a necessidade de seu domínio para controlar a cidade de Angra.

Sobre a função como defesa,

sua construção correspondeu a uma mudança na concepção do sistema defensivo da ilha, com influência direta na defesa das ilhas dos Açores, baseada essencialmente numa fortificação com uma inexpugnável frente

terrestre e abandonando a ideia de defesa em linha. Não sendo possível manter todo o perímetro fortificado densamente guarnecido, o sistema defensivo baseava-se na grande mobilidade das forças de defesa, com vigilância apertada em toda a frente e rápida deslocação das tropas para o troço da muralha que estivesse sujeito à ameaça do ataque iminente (SISTEMA..., 2015).

Tal mudança de conceito defensivo não seria implementada na fronteira terrestre, em especial no Alentejo, onde a Batalha das Linhas de Elvas mostrou a efetividade de fortificações que funcionassem coordenadas entre si. A centralização da defesa em uma única fortificação pôde ser aplicada em contextos marítimos como os Açores, onde o ataque se dava necessariamente junto a portos e baías de ilhas que, por mais que formassem um arquipélago, distavam umas das outras o suficiente para serem atacadas individualmente. Tal não era o caso da fronteira terrestre de Portugal, em particular na região do Alentejo, que vai dispor de uma risca de fortificações a partir da Guerra da Restauração.

Ao longo do século XVII e XVIII, o conceito de linha de defesa vai se firmar como a teoria mais avançada na edificação de fortificações, sendo quando possível, adaptado às condições topográficas. No caso dos Açores, e da Terceira em particular, “a linha de fortificação costeira entre Angra e a Praia foi erguida em princípios da década de 80 do século XVI (...) e apela ao reforço da linha de segurança litoral”. Temos então que “a construção dos castelos de S. Brás, de S. Sebastião e de S. Filipe obedeceu a um plano adequado de defesa da baía ou porto” (VIEIRA, 1987, p. 1534).

No início do século XVIII, temos então na Ilha Terceira, a Fortaleza de São João Batista do Monte Brasil (*castillo* de São Felipe para os espanhóis, daí sua nomenclatura como castelo na documentação portuguesa) e outros fortes guarnecendo a Baía de Angra do Heroísmo. Na segunda metade do século XIX, as fortificações na Ilha Terceira totalizam 14 unidades (VIEIRA, 1987, p. 1527). Quando foi designado para os Açores, Silva Paes tinha como missão a construção de um porto, mas é improvável que, enquanto Coronel de Engenheiros, não se interessasse ou estudasse o sistema defensivo de Angra.

Como princípios orientadores da fortificação e defesa açoriana, temos desde o século XVI a fortificação em si, a artilharia e as milícias. E nesse contexto, “as fortificações surgem (...) não só como recintos adequados à defesa de gentes e haveres e combate ao invasor, mas também como mecanismo de intimidação a esse assaltante, isto é, como **taramela de figueira**” (VIEIRA, 1987, p.1535, grifo do autor).

A passagem de Silva Paes pelos Açores foi demasiado breve, considerando a tarefa à qual foi incumbido. Embarcou para a Ilha Terceira em 10 de agosto de 1720, e é possível que tenha retornado a Lisboa, em 12 de outubro do mesmo ano (PIAZZA, 1988, p. 49). Antes mesmo, em Decreto do Conselho de Guerra, foi “servido vencer soldo dobrado”⁴², o que torna a duração de sua estadia uma incógnita, pois para a construção/reparação de um porto seria necessário mais tempo, além de, talvez, interesse por uma remuneração maior.

Como resultado sua estadia, “elaborou um mapa, onde se verificava a capacidade do porto e o estado das fortificações da Ilha Terceira” (PIAZZA, 1988, p. 49). Sabemos, portanto, que para a construção do porto Silva Paes procedeu à um levantamento das estruturas defensivas. Não apenas em Angra, mas “em 1720, surge um primeiro levantamento de todo o arquipélago, a que se seguiram outros com assiduidade nas décadas seguintes” (VIEIRA, 1987, p. 1537). Nos Açores, a relação direta entre construção de estruturas defensivas e períodos de ações de pirataria e corso exemplifica como a Arquitetura Militar se desenvolve a partir da prática, como reação aos ataques e desenvolvimento da artilharia.

Para além das fortificações, há outras relações entre Silva Paes e os Açores que nos mostram como sua passagem pela Terceira pode ter ido além de uma eventualidade. Como Governador e Capitão-General da Capitania de Santa Catarina, José da Silva Paes dá posse formalmente a seu sucessor em 02 de fevereiro de 1749. O substituto, Manoel Escudeiro Ferreira de Sousa, foi Governador da Fortaleza de São João Batista do Monte Brasil, entre 1721 e 1737, tendo sido nomeado para o governo de Santa Catarina, em 15 de setembro de 1748⁴³.

Tal proximidade geográfico-temporal não nos parece mera casualidade. Não sendo possível afirmar que estabeleceram relações pessoais, Silva Paes e Manoel Escudeiro têm em comum a experiência na Ilha Terceira e na Ilha de Santa Catarina, reforçando como os dois territórios possuem uma dinâmica defensiva similar, quer seja pela estratégia de suas fortificações, quer pela presença de militares com experiências parecidas.

A segunda informação que indica como a passagem de Silva Paes pelos Açores foi importante em sua carreira, está relacionada aos habitantes do arquipélago. Pouco tempo depois de chegar ao Brasil, já em finais da década de 1730, José da Silva Paes será um dos grandes promotores da vinda de casais açorianos para a porção meridional da América Portuguesa.

⁴² ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, N° 14, Maço 79

⁴³ ANTT, Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, Livro 10, fl.242/242v.

Após a experiência açoriana, Silva Paes aparece-nos acompanhando o Conde da Ribeira em Setúbal, em 1723, e sem outras atividades posteriores. Até que, em 1728, é enviado à Vendas Novas, para auxiliar na construção do Palácio de Vendas Novas. Temos aqui outro momento fundamental de sua carreira que julgamos importante nos determos.

3.1.2 O Palácio de Vendas Novas

Construído por ocasião da célebre “troca das princesas” no Rio Caia, o Palácio Real de Vendas Novas insere-se no rol das construções do reinado de D. João V (1706 a 1750). Transformadas em “dimensão de representação espetacular do poder real”, as construções do período joanino atestam o momento de prosperidade econômica advindo da exploração aurífera na América portuguesa, configurando “o auge da cultura barroca em Portugal” (MATTOSO, 1998, v.4, p. 414).

Nesse contexto, a obra do Palácio de Vendas Novas “apresenta uma tipologia conservadora, austera, na linha da arquitetura portuguesa seiscentista”, em contraste com “a rica e profusa decoração do interior, em particular ao nível dos tectos decoradas com pinturas em *tromp l’oeil*.” Uma fachada de três corpos, orientada tradicionalmente de nascente para oriente, e cujo corpo central avançado é coroado superiormente por frontão. Sua classificação como “Palácio Barroco” deve-se ao período construtivo tanto quanto às características arquitetônicas, tornando-o parte das obras executadas no período joanino (SISTEMA..., 2009).

Um dos pormenores que merece atenção em relação ao Palácio trata-se do tempo de construção. A concepção da obra e sua execução deram-se em um espaço temporal demasiado curto. Iniciadas as obras em abril de 1728, “cerca de nove meses depois, quando da passagem das comitivas reais, o palácio não se encontrava ainda terminado, tendo sido apressadamente erguida em madeira uma de suas alas” (CHEFIA..., 1994, p. 424).

Se o conjunto arquitetônico não estava concluído a tempo de receber as comitivas, é provável que a capela “estivesse concluída na altura prevista, a fim de permitir à família real e às altas personalidades da nobreza e do clero que integravam as comitivas dos dois países, o cumprimento dos seus deveres religiosos” (CHEFIA..., 1994, p. 424). Situada em anexo à banda oriental, a Capela Real do Paço é dedicada à Santo Antônio, no mesmo local antes havia uma

versão primitiva da construção. É possível que tenha recebido parte dos ornamentos mais tarde, uma vez que são de estilo rococó. Fica assim descrita:

Exteriormente é de grande austeridade, tal como o palácio; apresenta uma planta longitudinal, de nave única e capela - mor. A cobertura é feita através de abóbada de berço, ao longo da qual se abrem janelas de iluminação à nave. O interior contrasta com a austeridade do exterior, já que, ao nível da nave, encontramos painéis historiados azuis e brancos, característicos da primeira metade do século XVIII, narrando cenas da Vida de Cristo, bem como talha, no retábulo do altar-mor e na moldura do arco de triunfo, que contudo foi sujeita a repintes (SISTEMA..., 2009).

Sobre a questão de autoria da obra, atribui-se à Custódio Vieira a planta do complexo arquitetônico de Vendas novas, e à José da Silva Paes sua execução. E apesar de não haver consenso, é possível afirmar que “o coronel José da Silva Pais foi o superintendente das obras, devendo-se-lhe as diligências que permitiram a construção do Palácio num prazo tão curto para os fracos meios técnicos da época e numa localização desprovida de recursos” (CURADO, 2004).

Para além da construção do Palácio, Silva Paes dedicou-se a outras obras no entorno, tais como fontes e tanques, que se sabiam necessárias à obra central. Dentro dos aspectos formais, concordamos com o General Silvino Curado, pois “exteriormente segue a arquitectura funcionalista e desornamentada dos engenheiros militares, sempre chamados a fazer obras com urgência e muitas vezes com as operações já em curso, situação que, pelo curto prazo atribuído, não foi muito diferente na construção do ‘Palácio das Passagens’” (CURADO, 2004).

O cronograma de execução parece-nos o principal motivo para o envolvimento de Silva Paes e para os requerimentos posteriores que fará tendo por base sua participação na obra. Sousa Viterbo (1992, p. 41-43) chama-o “diligente architecto do palacio das Vendas Novas”, e de fato, sua participação no episódio não pode ser negada ou desconsiderada, uma vez que o mesmo cita-a para solicitar nova patente ou vencer soldo dobrado, no que é atendido por Decreto do Conselho de Guerra de 1733⁴⁴.

Entre a participação na construção do “Palácio das Passagens” e sua próxima indicação, não temos notícia de Silva Paes exercendo sua função de “engenheiro militar”, parecendo-nos ter se dedicado a angariar os frutos pecuniários de sua atividade como Coronel de Infantaria com

⁴⁴ ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Nº 04, Maço 92.

exercício de engenheiro. Assim que, em 1735, é enviado Silva Paes ao Rio de Janeiro para auxiliar na execução do plano de fortificações, com a patente de Brigadeiro.

Inicialmente, foi para a tarefa de planejamento das defesas da cidade do Rio de Janeiro que José da Silva Paes embarcou de Lisboa para o Brasil em 05 de janeiro, de 1735⁴⁵. Encarregado de assistir ao Brigadeiro João Massé, entre sua chegada em março de 1735 e sua partida 4 anos depois para assumir o governo da Ilha de Santa Catarina, Silva Paes não apenas auxiliou na construção das defesas do Rio de Janeiro, como também foi enviado em expedição de socorro à Colônia em 1736 e assumiu, na ausência de Gomes Freire de Andrade, o governo interino da Capitania do Rio de Janeiro em algumas ocasiões, chegando a requerer, em 1744, “seis centos mil reis de propina” que “a todos os Governadores davão os contratadores [...] pelo tempo que Governou”⁴⁶.

Segundo o General Lyra Tavares (1965, p. 162), durante seu período no Rio de Janeiro foi “o autor do primitivo projeto de Fortaleza da Ilha das Cobras (junto do Arsenal de Marinha), alterado parcialmente por Gomes Freire, à qual dera o seguinte título: ‘planta da Fortaleza do Patriarca São José, construída na Ilha das Cobras, pelo Brigadeiro José da Silva Paes’”.

Não era incomum que os Governadores e Capitães-Generais possuíssem, eles mesmos, algum conhecimento técnico e o utilizassem quando no cargo. O mesmo Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro era, ele próprio, habilidoso com desenhos e plantas construtivas. Entretanto, ao pensar em um plano de defesa da Cidade do Rio de Janeiro, encarregou outros que o fizesse, ficando apenas com a avaliação das propostas, efetuando algumas alterações como visto acima.

O então Brigadeiro José da Silva Paes também se envolveu em obras nos serviços de utilidade pública, notadamente no Aqueduto da Carioca e suas obras afins, como do chafariz do Largo do Carmo. No total, Silva Paes exerceu o governo interino da Capitania do Rio de Janeiro por “dois anos, um mês e quinze dias”, substituindo Gomes Freire de Andrade quando este se deslocava para Vila Rica, para acompanhar a extração aurífera e sua arrecadação de impostos (COLEÇÃO..., 1948, p. 33).

Com o recrudescimento das hostilidades na bacia do Rio da Prata, Silva Paes começa a organizar, já em princípios de 1736, uma expedição de socorro à Colônia de Sacramento, de

⁴⁵ AHU_ACL_CU_017, Cx. 28, D.3000.

⁴⁶ AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 53, D.12365.

modo a combater o cerco da praça-forte e reafirmar a presença portuguesa. De facto, é por sua atividade na fronteira meridional que se tornará personagem conhecido pela história:

verdadeiro fundador do Rio Grande de São Pedro (...) O Brigadeiro Silva Paes teve destacada atuação militar no Sul do Brasil, nas lutas provocadas pela demarcação dos limites entre as Coroas Portuguesa e Espanhola. No Comando de Forças transportadas por navios, entrou ele na Barra do Rio Grande de São Pedro, ocupando a região do território rio-grandense que teria, por isso mesmo, uma grande importância política. Ali firmou o Brigadeiro Paes o domínio do Governo Português, em nome do qual exerceu a sua autoridade de governo (TAVARES, 1965, p. 162)

A ocupação da barra do Rio Grande ocorreu como parte de um plano de defesa e socorro da Colônia do Sacramento. Seguindo orientações da Coroa Portuguesa, o Brigadeiro se dirigiu para o Rio Grande após os castelhanos levantarem o cerco da Colônia. Entretanto, por não ter conseguido arribar em Maldonado ou em Buenos Aires, fundaria, então, uma nova povoação, em um ponto estratégico de fronteira Sul.

Silva Paes ainda voltaria ao Rio de Janeiro em 1737, exercendo pela segunda vez o Governo da Capitania. Porém, pela Provisão Régia de 11 de agosto de 1738, criou-se a Capitania da Ilha de Santa Catarina, separando-a da de São Paulo, e para seu Governador e Capitão-General foi indicado o Brigadeiro. Entre o Governo da Capitania e os auxílios ao “Continente” do Rio Grande, Silva Paes permaneceu mais de 10 anos na fronteira meridional.

Em 1748, é nomeado seu sucessor, que como vimos, também possuía experiência anterior na Ilha Terceira. Após a posse, Silva Paes retorna ao Reino, onde passará os últimos anos de vida reforçando a ascensão social adquirida pelos serviços prestados à Coroa e usufruindo das mercês advindas do Real Serviço.

Como resultado de sua empreitada dentro da sociedade portuguesa, efetuada ao longo de toda uma vida, alcança algumas importantes conquistas. No âmbito familiar, casa sua filha Clara Joaquina da Silva Paes com Luís Francisco Serrão Pimentel de Miranda⁴⁷, neto do Cosmógrafo-Mor e Lente da Aula de Fortificação, Luís Serrão Pimentel. Como resultado de tal enlace matrimonial, Silva Paes consolidou-se junto aos seus pares, unindo seu sobrenome ao de uma das linhagens mais afamadas da Arquitetura Militar Portuguesa.

⁴⁷ ANTT, Feitos Findos, Inventários post mortem, Letra L, mç 44, nº14.

Tendo recebido, em 1723, a mercê de cosmógrafo-mor do Reino⁴⁸, o genro do Brigadeiro garantiu a permanência do cargo por mais uma geração dentro família, tornando-se o terceiro ocupante “Serrão Pimentel” no ofício. Em 1780, seu filho, Francisco da Silva Serrão Pimentel, bisneto do Cosmógrafo-Mor, também recebe a referida mercê⁴⁹, demonstrando a familiaridade do título, explicada possivelmente pela diminuição da relevância do cargo a partir de meados do século XVIII.

De qualquer forma, percebe-se na utilização da alcunha Serrão Pimentel uma certa afirmação de posição e herança familiar, à qual o Silva (acréscimo geracional de um costado) mostra as novas uniões familiares. O Brigadeiro também dá a conhecer, em 1757, o alfabeto de sua livraria,

Seletivamente organizada (...) uma ordem de saberes de alcance prático e funcional que se distende à medida que a leitura, prioritariamente orientada para temas e motivos muito concretos de estudo, se alarga (..) a outros campos, igualmente reveladores dos interesses, da capacidade de atualização e até da sensibilidade do proprietário (ARAÚJO, 1999, p. 150).

O Alfabeto e seu Testamento permitem afirmar que, ao fim da vida, José da Silva Paes “vivia, sem sombra de dúvida, à lei da nobreza”. Possuía a residência situada acima da bica dos Anjos, outras propriedades e uma quinta, todas em Lisboa. Fazia parte também de seu patrimônio, conforme mencionado acima, os adereços de aparato do Hábito da Ordem de Cristo, a prataria e os móveis, itens importantes também presentes da *Relação* (ARAÚJO, 1999, p. 157)

A análise do índice de sua livraria mostra que “razões de índole profissional justificaram a compra de pouco mais de um quarto das obras existentes na coleção”, que seriam os títulos de engenharia militar, matemática, trigonometria e física (ARAÚJO, 1999, p. 157). Seria, portanto, uma coleção com certo grau de especialização e também com itens repetidos, demonstrando a aquisição coletiva de volumes e a existência, provável, de alguma forma de biblioteca móvel, que acompanhasse Silva Paes em seus deslocamentos. Como vimos no Capítulo 01, o próprio formato de impressão dos Tratados de Arquitetura Militar contribuía para seu uso em campo.

Iniciado na prática e complementado pela teoria, o percurso do Brigadeiro Silva Paes como Engenheiro Militar nos mostra a transição da Arquitetura Militar de finais do século XVII para

⁴⁸ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 4, f.131.

⁴⁹ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 8, f. 376.

o século XVIII, sua progressiva especialização e o papel, cada vez mais destacado, das Aulas de Fortificação na formação desse profissional. Silva Paes iniciou na carreira das armas pela via mais comum, servindo na raia castelhana, e posteriormente, complementou sua formação com as Aulas de Fortificação e seu auto interesse em aperfeiçoar-se como Oficial Engenheiro.

Temos então que o cargo de Governador e Capitão-General de Santa Catarina foi o ápice de uma longa carreira militar, que começou com passagens pela fronteira terrestre com Espanha, pelos territórios açorianos, até por fim chegar à Colônia na América, onde alcança um posto de comando – “distingue-se o rastro deixado por um caso de mobilidade ascendente firmado no mérito, escudado na riqueza granjeada através do trato ultramarino, e alcançado com pesadas proteções e investimentos simbólicos (ARAÚJO, 1999, p. 156).

3.1.3 O Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria

Se o cargo de Governador e Capitão-General de Santa Catarina – e as realizações feitas enquanto nele permaneceu – foram o auge da carreira militar de José da Silva Paes, para o segundo personagem que estudamos a vinda para a América Portuguesa foi o início de sua trajetória: “Antes de seu embarque para o Brasil, pouco ou nada se sabe sobre a vida pessoal ou profissional do futuro brigadeiro José Custódio de Sá e Faria (REIS; CASTIGLIONE, 2018, p. 37).

Sua primeira menção na documentação é de 1749, em um Decreto do Conselho de Guerra em que solicita sua promoção a Capitão de Infantaria com Exercício de Engenheiro⁵⁰. Como de praxe, apresenta inicialmente seu curriculum, o que nos permite acompanhar sua trajetória:

Diz José Custodio de Sá e Faria Ajudante do N.º de hum dos Regimentos da Ordenança da Goarniçao da Corte, e Partidista da Academia millitar das fortificações que elle se tem aplicado á profiçáo de Engenheiro com todo o cuidado, e estudo, no qual tem feito o progresso que consta das Certidões juntas do Engenheiro Mór do Reyno, e do Lente Substituto da ditta Academia, por onde se vê (e do seu Provimto que tambem ajunta) ter sido examinado varias vezes dentro do Tribunal da Junta dos Trez Estados, e sempre ficar aprovado pelos Examinadores, e Ministros do dº Tribunal, por cuja cauza attendendo o Governador das Armas desta Provincia á capacidade do Supp.e,

⁵⁰ ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, N° 21, Maço 108.

e proveu no sobredito posto de Ajudante do N.º com soldo de V. Mag. e como se vê da Patente junta; e pela mesma razão, e por se ter aplicado também ao estudo da Architectura, o nomeou em Janeyro de 1745 o Dez.or Joao Caetano Thorel como Superintendente das Riays obras que V. Mag.e manda fazer no sítio de N. Sr.a das Necessidades para desenhar todas as plantas necessarias p.a a Cerca e Jardim do d.º sítio a qual nomeação, parece V. Mag.e confirmou pelo avizo junto do Secretario de Estado; o que tem executado com geral aprovação, e também o encarregou da fabrica do Aqueduto por onde se hade conduzir a agua aquella cerca, e últimamente de assistir e fazer lembrança de todas as medições assim de dezentulhos, como de porçoens de paredes que ficão soterradas, para que em cousa alguma tivesse prejuizo a Real fazenda de V. Mag.e, e porque neste exercicio (que ainda vay continuando) tem ja completos quatro anos de serviço, nos quaes com gr.de trabalho tem feito não somente as plantas necessarias, mas ainda tem hido quazi todos os dias ao sobredito sitio a destribuilas sobre o terreno (VITERBO, 1922, p. 01).

Nesta parte inicial do requerimento, vemos que José Custódio foi partidista (espécie de alunobolsista, que frequentava devido a auxílio financeiro) da Academia Militar de Fortificações, tendo sido certamente, pelas datas, aluno de Manoel de Azevedo Fortes. A mesma nomeação dá conta de sua patente anterior, Ajudante do Número, o que equivalia ao de oficial engenheiro com o posto de Primeiro Tenente. E foi por tal conhecimento teórico nomeado Superintendente das obras do Palácio das Necessidades, cuja construção fez parte do rol de realizações joaninas.

Sabemos então que, em 1745, Sá e Faria havia concluído seus estudos e já trabalhava como engenheiro militar. Sua participação nas obras do Palácio das Necessidades e no Aqueduto das Águas Livres provavelmente estreitou o contato com Manoel de Azevedo Fortes. Como Engenheiro Mor do Reino, Manoel de Azevedo Fortes esteve ligado à obra desde seus estudos preparatórios até as medições, juntamente com outros engenheiros mais afamados do período, como Antônio Canevari, João Frederico Ludovice e Manuel da Maia – este último, contemporâneo do Brigadeiro José da Silva Paes na carreira das armas.

Como Engenheiro-mor, Azevedo Fortes aprovava e supervisionava todas as construções feitas no Reino e no Ultramar, pessoalmente ou através de officio. A documentação não permite comprovar que Azevedo Fortes e José Custódio de Sá e Faria tomaram conhecimento, de forma mais próxima, um do outro. Mas é plausível supor que tivessem se encontrado ocasionalmente, devido às obras do Aqueduto e/ou do Palácio das Necessidades, e à função de Lente da Academia Militar, que Azevedo Fortes exercia como parte das atividades do cargo.

A obra da Tapada das Necessidades foi a última empreitada de D. João V, executada já no final do reinado do monarca, em agradecimento à cura de doenças que o acometeram ao longo da

década de 1740, culminando com sua morte e final do reinado em julho de 1750. Como se vê pelo requerimento, as atribuições de Sá e Faria eram diversas, mas concentravam-se na parte externa, cerca e jardim, e no aqueduto responsável pelo fornecimento de água para o Palácio e seu Convento.

Na obra do Palácio das Necessidades, Sá e Faria já teria completado quatro anos de serviço e elaborado as plantas necessárias, demonstrando a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos na Aula de Fortificação. E como é comum em documentos dessa natureza/formato, também embasa seu pedido com exemplos de outros oficiais engenheiros que alcançaram a mesma promoção: Eugênio de Santos Carvalho e Manuel da Costa Negreyros, dois importantes nomes da arquitetura barroca em Portugal.

A construção de um ramal do Aqueduto das Águas Livres para o Palácio das Necessidades foi a primeira obra conhecida de Sá e Faria. Antes de seu embarque para a América Portuguesa, o oficial com exercício de engenheiro também esteve relacionado com a construção de um celeiro em Vila Franca de Xira, e trabalhos em igrejas próximas a Lisboa:

Nas Exéquias de D. João V, celebradas a 30 e 31 de agosto de 1750, a Basílica de Sta Maria Maior recebeu uma aparatosa ornamentação, sendo que, sob o arco cruzeiro, armou-se um mausoléu que parece ter causado grande impressão. Esse trabalho foi obra de Sá e Faria, o que parece demonstrar o prestígio de que já desfrutava (TOLEDO, 1981, p. 48).

Juntamente com a designação para as expedições demarcatórias acordadas a partir do Tratado de Madri, vem a promoção a Sargento-mor da Infantaria com exercício de engenheiro. Como Primeiro Comissário da Terceira Partida da Comissão do Sul, iniciou os trabalhos em novembro de 1753, terminando oficialmente em 16 de maio, de 1755. Percorreu a “boca do rio Igureí à foz do Jauru”. E em 1759 temo-lo concluindo os trabalhos da Primeira Partida, cuja demarcação consistia na área missionária dos jesuítas (BUENO, 2010, p. 321).

Para Benedito de Lima Toledo, “de todos os integrantes da famosa expedição de 1750 quem mais se distinguiu em todos os setores foi José Custódio de Sá e Faria” (TOLEDO, 1981, p. 48). Devido à sua atuação na demarcação das fronteiras em 1761 é promovido a Coronel de Artilharia com Exercício de Engenheiro por Gomes Freire de Andrade⁵¹.

Entre a promoção a Coronel de Artilharia e a de “Brigadeiro de Meus Exércitos” dez anos

⁵¹ ANTT, Registro Geral de Mercês de D. José I, liv. 16. f.135.

depois, Sá e Faria transitou entre as fronteiras meridionais da América Portuguesa. A anulação do Tratado de Madri trouxe instabilidade à região, e assim, após o fim das demarcações, Sá e Faria ocupa o posto de Governador do Continente do Rio Grande, a partir de 1764, com breves ausências até 1771. Até 1775 executa trabalhos de cartografia e desenho para o Capitão General e Governador de São Paulo, o Morgado Mateus, dentre os quais as plantas e o caminho para o Presídio (Fortaleza) do Iguatemi. Em 1776 ocupa novamente o governo do Rio Grande até que, após o ataque castelhano à Ilha de Santa Catarina, em 1777, é feito prisioneiro e levado para Buenos Aires após a negociação da rendição.

De seu início como Partidista da Aula de Fortificação à sua “migração” para o lado castelhano, José Custódio de Sá e Faria foi um engenheiro militar de profícua atividade⁵². Comentando sua trajetória em comparação à de outros envolvidos, diz Leonor Ferrão: “a ascensão meteórica deste engenheiro, que à data da assinatura da certidão de medição de pedreiro detinha uma patente superior à de Eugênio dos Santos, deve-se ao seu destacamento para servir no Brasil” (FERRÃO, 1994, p. 243).

Tendo feita a maior parte de sua carreira na América – portuguesa ou castelhana – Sá e Faria faleceu em Buenos Aires, em 1792. Ao contrário do Brigadeiro José da Silva Paes, os aspectos da vida pessoal de José Custódio de Sá e Faria não nos auxiliam na compreensão de sua trajetória e obra, com algumas exceções. A data provável de seu nascimento mostra como sua vinda para a Colônia ocorreu no princípio da carreira, e sua diferença geracional para com o Brigadeiro Silva Paes: segundo Reis (2018, p.146) Sá e Faria nasceu em 1723. Contava então com 28 anos em seu embarque, e nenhuma experiência em conflitos.

A diferença de idade entre os Brigadeiros reflete-se, também, em sua formação. Como vimos, Silva Paes iniciou-se na carreira das armas pela via prática, assentando praça e envolvendo-se nos conflitos fronteiriços com a Espanha, enquanto que Sá e Faria obteve primeiro uma instrução teórica na Aula de Fortificação, em seguida a aplicação dos conhecimentos em obras de cunho civil/religioso sob supervisão, e só na América Portuguesa o contato com a Arquitetura Militar propriamente dita e as lutas entre portugueses e espanhóis.

Entendemos que tal distância temporal os coloca em gerações distintas, e no entanto, ambos circularam pelos mesmos espaços – a fronteira meridional – modificando-os e interferindo em

⁵² Ver: TOLEDO, 1981, p. 51. Apresenta um levantamento das obras de Sá e Faria, inclusive as executadas para os castelhanos, a partir de 1777.

suas dinâmicas. No próximo item veremos como, no caso das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, as obras de Silva Paes e Sá e Faria complementam-se para a defesa da Ilha, resultado, talvez, da referida mudança geracional.

3.2 O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina

Como vimos no Capítulo 2, a criação da Capitania de Santa Catarina fez parte de uma estratégia de povoamento e ocupação do território meridional da América Portuguesa, para assegurar sua posse e domínio. Nesse contexto, foi designado para Governador e Capitão General o Brigadeiro José da Silva Paes, conforme Carta Régia recebida por Gomes Freire de Andrade, Governador da Capitania do Rio de Janeiro, datada de 11 de Agosto de 1738:

Dom João por graça de D.s Rey de Portugal e dos Algarves daq.m e dalem mar em Africa Sñor de Guiné. Faço saber a vos Gomes F.re de Andrade Gov.or e Cap.m Gn.l da Cap.nia do Rio de Janeiro q. se vio a vossa carta de quatorze de Nov^o do ano passado em q. insinuaes que estavas de partida p.^a a Cap.nia de S. Paulo conforme a via de sucessão daquele Gov.^o, e que seria útil estivesse debaixo de hum só mando toda a marinha, e costa do Sul da d.^a Cap.^a atte a Colonia, e que para se acudir a conservação da mesma Colonia, e estabelecimento do Rio de S. Pedro era preciso fortificarse na Ilha de Santa Catherina algum porto, onde com segurança se refugiassem as nossas embarcaçoens, e q. as Minas dos Goyazes Buyaba e mais descobertos deviam ter hú Gov.or par ficando subordinado ao das Minas G.es e visto o mais q. me expúnheis: Fuy servido determinar por resolução de sinco deste prez.te mês e anno em consulta do meu Cons^o Ultr^o q. o Brigadr^o José da S^a Paes passe logo a Ilha de Santa Catherina e faça nella húa fortificação qual elle entender ser capaz p^a a sua deffença procurando evitar nella tudo quanto lhe for possível a mayor despeza; e atten-dendo a q. desse porto do Ryo de Janr. devem sahir todos aquelles socorros, e ordens q. se fizerem precisas p^a a defença da Nova Colonia, e ajuda do novo estabelecimento do RioGr.de de S. Pedro do Sul sendo conveniente q. fique todos os portos, e lugares da marinha debaixo de hum só mando; Fuy outro sy servido haver por bem separar desde logo do Gov.^o de S. Paulo e unir ao desse do Ryo de Janr^o a d^a Ilha e o Ryo de S. Pedro, e no que respeita a divisão, e novo Gov.or dos Goyazes q. apontaes, como no meu Cons^o Ultr^o não há os mapas precizos p^a ella se fazer com acerto,

e vos passaes ao Gov^o de S. Paulo, vos ordeno informeis com vosso parecer da devizão q. deve ter o Governo da Marinha do de S. Paulo, e se se deve mudar p^a os Goyazes ficando também dentro nelle as Minas de Pernampanema, e Cuyaba declarandovos q. ao Brigadr^o José da S^a Paes e ao P.e Diogo Soares mando tambem ouvir sobre a dita divizão. El Rey nosso Sr. o mandou pelos DD. Jose Ignacio de Arouche e Thome Gomes Mor^a Concelh^os do seu Conselho Ultr^o e se passou por duas vias. Mel. P^o Macedo Ribr^o a fez escrever digo a fez em Lix^a Occ.al a 11 de Agosto de 1738 O Scredtr^o Manoel Caetano Lopes Lavre a fez escrever. “Jose Ignacio de Arouche” Thome Gomes Moreira (COLEÇÃO...; 1948, p. 132).

Temos, então, a separação da Capitania de Santa Catarina da Capitania de São Paulo, com o intuito de que fosse controlada a navegação da “costa do Sul” e também a consulta acerca das minas de Cuiabá e Goiás, se deveriam permanecer como territórios da Capitania de São Paulo ou serem separadas. Tal reorganização territorial seria uma resposta à uma carta por comparação: considerando seu contexto de escrita, seria de se esperar que, além da artilharia, a engenharia militar portuguesa também se tornasse conhecida após a vitória na Guerra da Restauração por comparação: considerando seu contexto de escrita, seria de se esperar que, além da artilharia, a engenharia militar portuguesa também se tornasse conhecida após a vitória na Guerra da Restauração de 14 de novembro de 1737, do próprio Gomes Freire de Andrade, na qual expunha suas considerações.

Em 20 de junho de 1739, já na ilha de Santa Catarina, Silva Paes responde à consulta feita na Carta Régia, justificando sua demora na resposta:

Snor:

Sobre a divizão ou união dos Governos e que V. Mag.e há servido mardarme ouvir na conformidade da Provisão junta, como tão bem do Governo das Costas do mar do sul devo dizer a V. Mage. com o profundo respeito que devo o que alcança; e para o fazer com mais formalidade, deixei de responder esta matéria pella Frota por querer observar melhor a situação desta Ilha e Porto, e conferir com o Pe. Diogo Soares (o que não pude conseguir) por ter este calculado estes cartões, com mais fundamentos (COLEÇÃO...; 1948, p. 135).

Após a justificativa, expõe sua opinião sobre as minas de Cuiabá e Goiás, e sua divisão:

Primeiramente não me acomodo nem nunca votarei na união dos Governos das Minas dos Goyazes, e Cuyaba ao das Geraes, e não sómente me parece deve haver qualquer destes separado e independente do das Geraes, senão ainda do de S. Paulo, porque a grande distancia em que se achão huns dos outros faz com que serião muy prejudiciaes ao servço de V. Mag e aos Povos,

as morozas rezoluçoens que se ouvessem de tomar em incidentes donde são precisas determinaçoens prontas (COLEÇÃO...; 1948, p. 135).

Elenca os motivos de sua opinião, tais como as distâncias (medidas em dias de viagem) e a dificuldade de cobrança de impostos. Quanto à velocidade na tomada de decisões, exemplifica com a situação das naus estrangeiras, que por vezes aportam nas povoações costeiras do Sul. E antes de reforçar a importância da separação da porção meridional da Capitania do Rio (pois já se encontrava em Santa Catarina administrando a Ilha/Capitania) Silva Paes respeitosamente discorda de Gomes Freire de Andrade na questão Goiás e Cuiabá, propondo como alternativa “se encarregue a hum Thene. gnl. das Minas, p^a q. estes observacem inteirame. o que lhe ordenasse o Cappm. Gnl e so a elle dessem conta” (COLEÇÃO...; 1948, p. 135).

Reforçando seu papel na defesa da fronteira sul da América Portuguesa, conclui assim o Brigadeiro seu parecer:

Pello que toca ao Governo das costas do mar do Sul me parece deve V. Mage. neste Porto e nesta Ilha, formar hum novo Govern e que este possa sobrevir em toda a costa desde o R^o de S. Francco. inclusive the o R^o da Prata asim como o do R^o de Janr^o desde o sobr^o R^o de S. Fraco. the a Capitania do Espiritu Santo e deste the o Maranhão ser encarregada o Governo da B^a para que assim prontame, possão ser socorridos quaesquer destes Postos enqto. senão participa aos mais para mayores forças, se for necess^o unillas: por serem os sucessos e expediçoens maritimas instantaneas e impervistas, e nesta divisão de Governos das Costas, fica cada hum a sua proporção com igual p.e e toda a Costa do Brasil defendida com promptidão de q. mto. se necessita (COLEÇÃO...; 1948, p. 135).

Desde a retomada do conflito na Colônia do Sacramento em 1736, quando o então Governador do Rio de Janeiro enviou o Brigadeiro José da Silva Paes com socorros, homens e armamentos, a ocupação do litoral entre o Rio de Janeiro e a Colônia tornou-se fonte de preocupação para as autoridades portuguesas, particularmente para Gomes Freire, que tinha a região sob sua jurisdição e receava a perda de territórios na fronteira Sul.

Assim, a Ilha de Santa Catarina configurou-se como ponto de apoio entre o Rio de Janeiro e a Colônia e, após 1736, como base para o “estabelecimento do Rio [Grande] de S. Pedro”, recém-fundado. A ocupação da ilha e sua fortificação já havia sido assunto da correspondência entre Gomes Freire e o Governador da Praça de Santos, conforme a missiva abaixo:

Meo Snr.: Tenha V.Sa. sempre felices festas com saude perfeita p^a se servir da que logro.

Como o Brigadr^o Jose da Sylva Paes passou a dar principio ao estabelecimento o Rio Grande de S. Pedro, he muito necessário p^a subsistencia daquella nova Povoação, e util as embarcações q. vão ao da Prata fazerce huma defença com guarnição da Ilha de Santa Catherina, p^a que os inimigos a não insultem, ou achando-se tão desaperebida queyrão nella estabelecerse; esta materia he de tanta ponderação como a grande comprehensão de V.S^a alcançara, e como a da Ilha hê da Jurisdição dessa governo, rogo a V.Sa q. por Serv.^o de S. Mag.e queyra logo mandalla guarnecer e fazer alguma defença p^a que caso os inimigos intentem hostilizalla nos acham prevenidos; e quando V. S^a se ache com alguma impossibilidade de por em execução esta importante materia, espeo me faça logo avizo p^a sobre ella tomar eu as medidas que mais justas occorrerem ao serviço de sua Magestade: no de V.S^a mostrarey a minha vontade. Deos Ge. a V. As. Roi de Janeiro 20 de Abril de 1737 mas. Muyto Amo. e venerador de V. As. “Gomes Fre. de Andrade” Snr Joam dos Santos Ala (COLEÇÃO...; 1948, p. 138).

E sobre o pedido de Gomes Freire, respondeu o governador da Praça de Santos, após reunião da Junta:

(...) foi votado, e por todos juntos assentado, q. attendidas as razoens q. se ponderarçao herão convenientes, q. elle do Sor. Govor. mandasse fortificar a d^a Ilha do melhor modo q. pudesse, e q. juntamente, hera conveniente que mandasse toda a gente de Servço. que se me pedia p^a as fortificações do Rio Grde. gazendose os gastos e despezas por conta da fazenda real do Rio de Janeiro, como se declarava, visto não haver ordem real q. as mandasse fazer pellos rendimentos da mesma real fzda. desta Capitania (COLEÇÃO...; 1948, p. 139).

Tem-se então a decisão de construir fortificações na Ilha, sua necessidade “caso os inimigos intentem hostilizalla”, mas às custas da Capitania do Rio de Janeiro, uma vez que não houve ordem em contrário. Vemos assim como se organizou a proposta de separação de Santa Catarina em paralelo às discussões sobre a construção de suas defesas, e o papel de agentes como Gomes Freire de Andrade e Silva Paes nesse processo.

3.2.1 - Barra Norte e Barra Sul: as Fortalezas projetadas em 1738

Em 23 de janeiro de 1739, Silva Paes responde à Carta Régia que vimos acima, sobre a ida à “Ilha de Santa Catherina” para construir “hua fortificação donde julgar mais capacidade para refugio das nossas Naus, e que evite a mayor despesa”, participando tal ordem ao seu superior, Gomes Freire de Andrade. Sendo ordenado aguardar a partida da frota, Silva Paes desloca-se para a Ilha logo em março do mesmo ano, e comunica sua chegada a Gomes Freire em abril de 1739 (COLEÇÃO..., 1948, p. 133-137).

A carta de Gomes Freire de Andrade comunicando a partida de José da Silva Paes para Santa Catarina menciona que havia um plano construtivo em execução: “O que o Brigadeiro se resolve Fortificar se vê do mappa e carta que remeto” (COLEÇÃO..., 1948, p. 137). Datada de julho de 1739, não foi possível encontrar o “mappa e carta” a que se refere o Governador do Rio de Janeiro, mas a resposta recebida do Engenheiro-Mor Manoel de Azevedo Fortes e o parecer do Conselho Ultramarino dão indicações sobre o que se pretendia na Ilha:

Snor:

Vi (na forma da Ordem de V. Mag.) a conta que o General Gomes Freire de Andrada e o Brigadrº Jose da Silva Paes, dão a V. Mag. sobre as obras de fortificação, que se fazem precisas p.^a o intento de se povoas, e defender, a Ilha de St.^a Catharina, e suposta esta precisão, e ser a dita Ilha húa escala de grande comodidade, p.^a as embarcaçoens de V. Mag. que ouverem de cruzar do Rio de Janeiro, e Santos, p.^a o Rio de S. Pedro, e Nova Colonia, me parece que o q. se aponta por parte de Jose da Silva Paes, esta muy bem entendido; e que só por hora se defenda a entrada principal com as baterias mencionadas, devendo ser, neste principio o mayor empenho em lhe introduzir bastantes povoadores, pois convida p.^a isso a fertilidade daquella Ilha, e nelles, hade consistir p.^a o diante a melhor a melhor defença, e quando p.^a esse tempo se entenda ser lhe necessaria mais algúa, ou alguas baterias, as podera qualquer Enghnº fazer pela forma, que o dº Brigadeiro deixas feitas as primeiras e p.^a se povoar em breve tempo entendo sahirão de aluas de nossas ilhas gostozos, o nº de cazaes, que V. Mage. for servido mandar transportar, este o meu parecer. V. Mag. mandara o que for servido. Lix.^a Occal. 13 de Feverº de 1740

Ao Conselho parece q. V. Mag. seja servido ordenar se louve ao Brigadeirº Jose da Silva Paes a actividade, zello e acerto com que se procede nas materias do servçº de V. mag. e se conforma o conselho com a proposta do mesmo Brigadrº, e informação que se tomou do Enginhrº Mor Manoel de Azevedo Fortes sobre a nova fortificação desta Ilha, e que sera conveniente se remeta p.^a ella a Art.^a q. se pede como tambem se levantem as quatro compa.^{as} de Artilheiros q. o dº Brigadrº aponta serem precisas p.^a a sua guarnição e defença, e q. estas sejam efectivas naqle. Presidio, para cujo effeito se passe ordem ao Govr.º e Capp.^{as} Gen.^{al} da Capitania do Ryo de Janeirº Gomes Fre. de Andr. para que mande levantar as d.^{as} quatro comp.^{as} de Artilheiros e proponha a V. Mag. Offes competentes p.^a ellas.

E enquanto á Igreja Matriz desta V^a vista a pobreza e pouco numero de seus fregueses parecia ao conselho se mandem reparar as runias della por conta da Rl. Fazenda remetendose tambem hum ornamt.^o preciso p^a se celebrar o culto Divino.

E pel^o q. pertence aos cazaes q. se devem remeter das Ilhas, faz o cons.^o consulta separada na conformidade da Rl resolução de V. Mag. q. com esta sobe a sua Rl. prezença. Lx^a Occal 17 de Fevr^o de 1740. (COLEÇÃO..., 1948, p. 98-99).

A carta do Engenheiro-Mor fala em “obras de fortificação” e “baterias mencionadas”, dando a entender que o projeto do Brigadeiro seria, assim, o de construir mais de uma fortificação. Azevedo Fortes também as localiza: “por hora se defenda a entrada principal”, o que significa, como já vimos, a baía norte. E acrescenta que, caso fosse necessário construir mais fortificações no futuro, estas “podera qualquer Engnh^o fazer pela forma, que o d^o Brigadeiro deixa feitas”. Temos aqui, pela primeira vez, a indicação de que o projeto do Brigadeiro José da Silva Paes poderia sofrer acréscimos futuros, caso houvesse crescimento dos habitantes da Ilha e uma maior necessidade de sua defesa, e inclusive, uma orientação para quando isso ocorresse. Além disso, as fortificações são pensadas em conjunto com a vinda dos casais açorianos, para povoar e defender a ilha.

A consulta do Conselho reforça a atuação de Silva Paes enquanto Engenheiro Militar, acatando sua proposta de fortificação e determinando que sejam enviadas tropas e equipamentos bélicos, como os canhões – “se remeta p^a ella a Art^a q. se pede”. Dispõe também sobre o envio dos casais e, curiosamente, sobre a Igreja Matriz da Vila de Nossa Senhora, uma das obras civis do Brigadeiro.

A variedade das funções do oficial engenheiro e alguns aspectos próprios da arte de edificar do período da Restauração em diante fizeram com que figuras como José da Silva Paes e outros Engenheiros Militares trabalhassem ora com a construção de redutos e baterias, ora com obras públicas como Igrejas, Casas de Câmara e Cadeia, Alfândegas. Não é de se espantar, portanto, que tal assunto também fosse tratado pelo Conselho.

A autoria das obras e edificações coloniais apresenta-se como um ponto sensível, uma vez que a relação projeto-construção obedecia a outra lógica de funcionamento, e a responsabilidade por construções também. No caso das fortificações da Ilha de Santa Catarina, os projetos que analisamos são assinados, podendo ter então sua autoria atribuída, porém não se exclui a possibilidade de que, no momento efetivo de sua elaboração, fossem resultado de um trabalho

de equipe.

Na carta em que comunica sua chegada à Ilha (mencionada anteriormente), Silva Paes demonstra seus critérios de escolha da localização das fortificações:

Quando entrei neste Porto vim observando bem a carreira por onde ordinariamente fazem a sua entrada os Navios, e achei q. vinhão buscar hua Ilhota q. lhe ficava na parte da Terra firme, junto a enseada de Anhuetiba donde estiverão os Navios Castelhanos, marcada com a letra – A – e que posta na dista ilhota hua bateria, e outra na ponta da Ilha fronteira que vai marcada com a letra – B – defendia bem a entrada do Porto, para o q. convoquei todos os praticos desta Ilha, e mesmo Capm. de mar e guerra Padilha, que todos concordarão ser aquella a melhor paragem; e não me rezolvi nos ratones como tinha dito a V. Ex^a por ficar mto. dentro, e poderem entrar na Tujuca pequena, e em todo o mais porto fora do tiro da artelharia dos Ratonos Navios q. embaraçassem a entrada, pois a nossa esquadra o esteve na paragem marcada com a letra – C –.

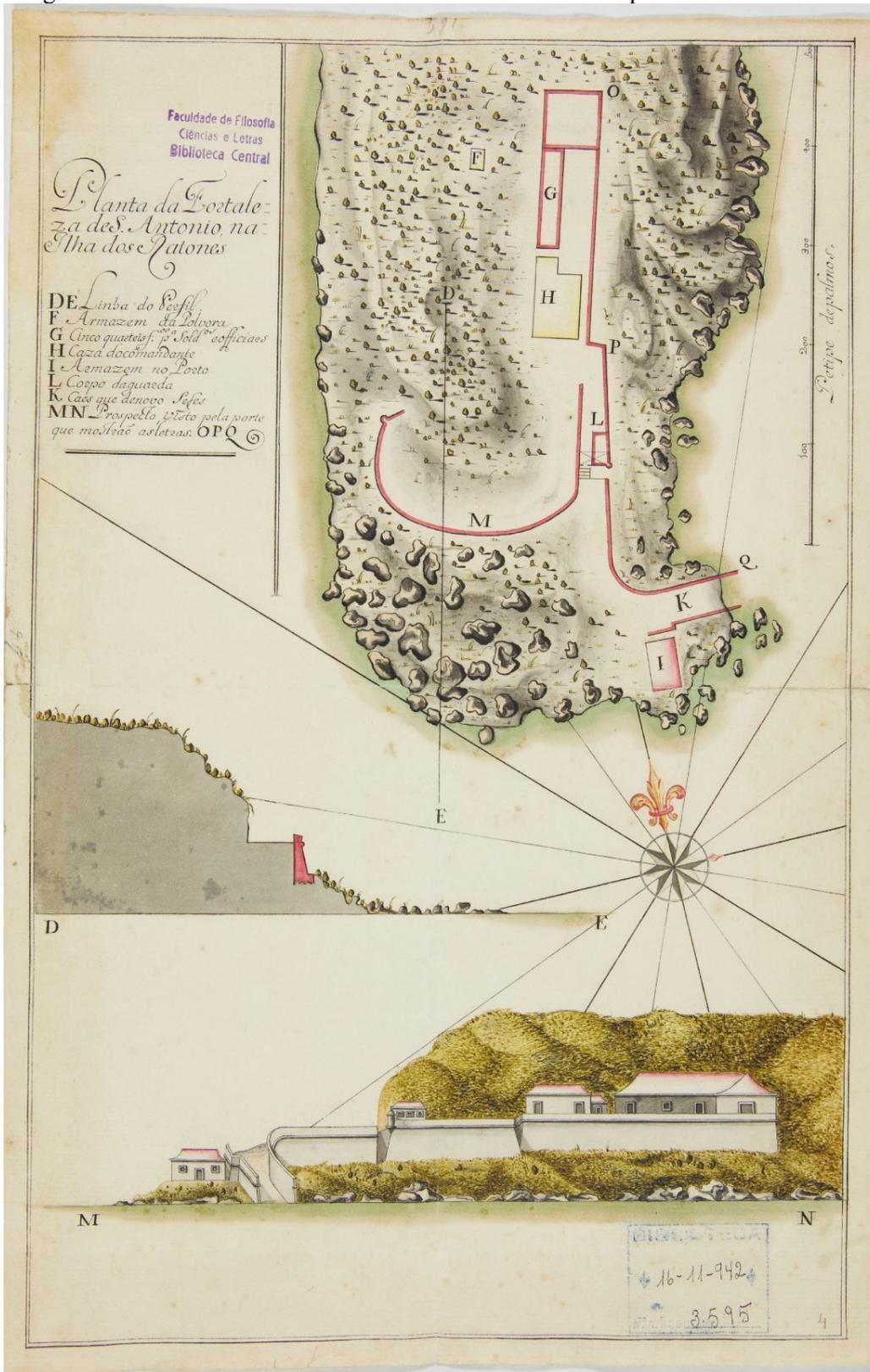
Como sem embargo destas batarias podem passar Naos, a todo o risco the os ditos Ratonos, se a experiencia assim nolo mostrar se fara nella terceira bateria, e sempre heide com pessas de menos calibre defender o estreito, que da parte do sul só embarçaçoens que demandem menos de duas braças de agoa he q. podem entrar, e por aly, nunca pode entrar navios; Isto he o q. me parece se deve fazer, e V. Exc. me dirá se aprova (COLEÇÃO...; 1948, p. 134)

Vemos então, que o local de construção das fortalezas já havia sido escolhido, e apontado no mapa anexo à missiva: Santa Cruz, na ilhota que recebia o nome de Anhatomirim, e São José, “na ponta da Ilha fronteira”. Silva Paes menciona uma terceira bateria, que seria construída a partir da expertise e da necessidade, porém já a localiza na ilha de Ratonos. A carta já fala, assim, de três baterias na baía Norte, desprezando a entrada da baía sul, pois “por aly nunca podem entrar navios”.

As plantas enviadas por José da Silva Paes, em abril de 1741, demonstram o apuro e rigor técnico do Brigadeiro⁵³. São quatro plantas e um detalhamento das edificações da Fortaleza de Anhatomirim. Destas cinco imagens, três são referentes a essa Fortaleza, enquanto que as outras duas se referem às demais fortificações que compõem a defesa da Baía Norte. Importante apontar que somente as construções de Anhatomirim foram desenhadas em pormenores nas plantas enviadas em 1741, o que nos dá a dimensão e o cuidado que o Brigadeiro teve com essa fortificação em particular.

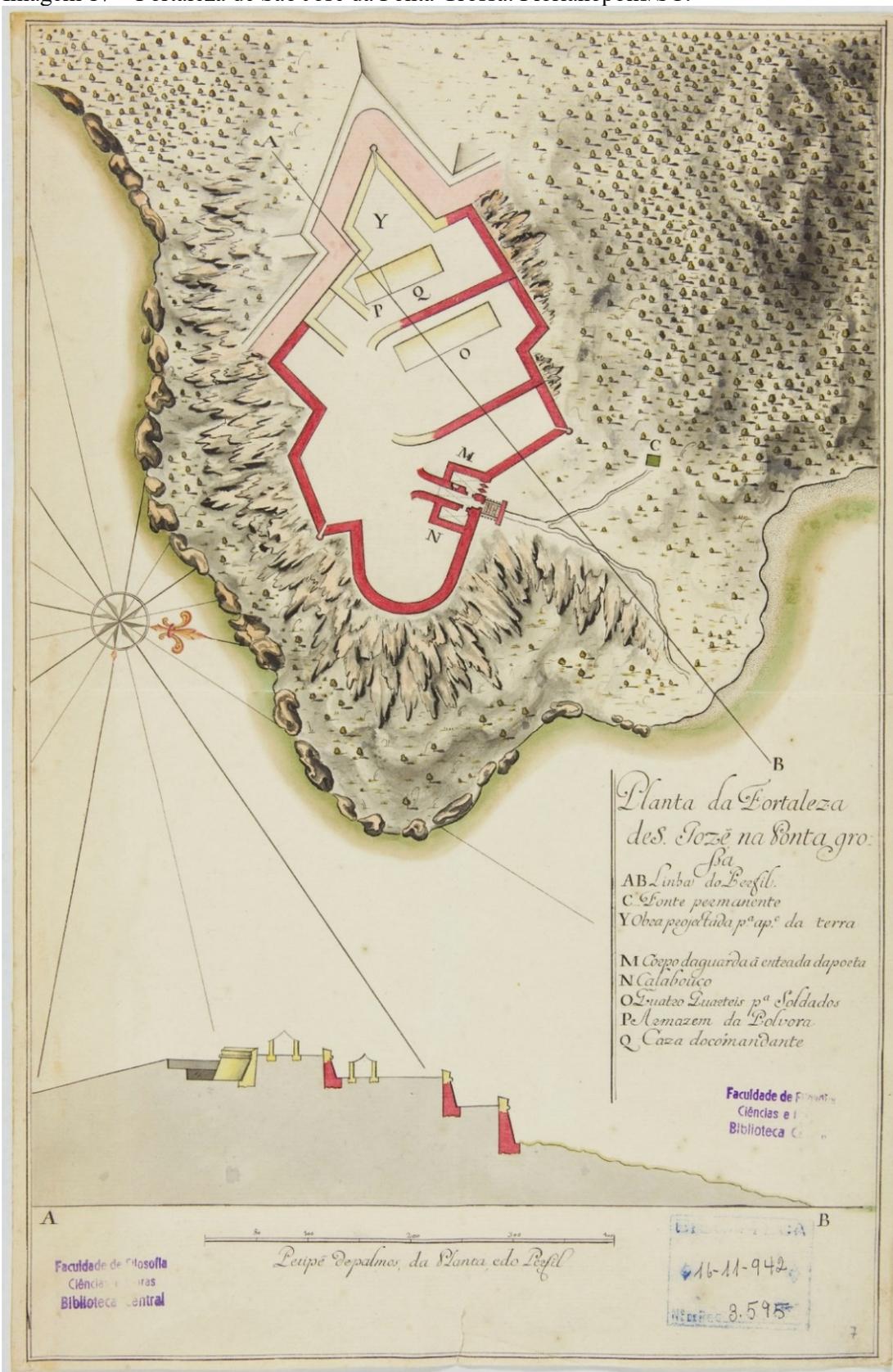
⁵³ Arquivo IEB - USP, coleção Alberto Lamego, código de referência: AL-006.

Imagem 16 – Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos. Florianópolis/SC.



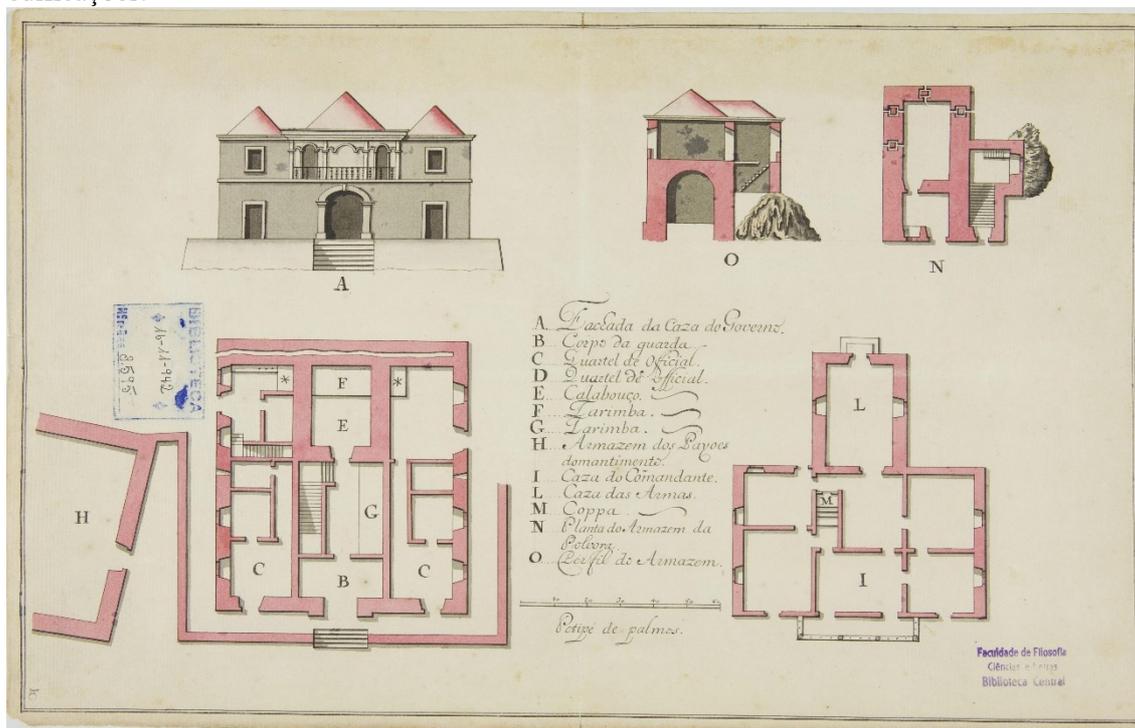
Fonte: Arquivo IEB-USP. Coleção Alberto Lamego, código de referência: AL-006.

Imagem 17 – Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Florianópolis/SC.



Fonte: Arquivo IEB - USP. Coleção Alberto Lamego, código de referência: AL-006.

Imagem 20 – Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Florianópolis/SC. Detalhamento das edificações.



Fonte: Arquivo IEB – USP. Coleção Alberto Lamego, código de referência: AL-006.

Juntamente com os desenhos, o Brigadeiro enviou, como era usual, uma carta de explicação/apresentação dos desenhos, que nos interessa analisar:

S.r / As fortificações que tenho feito nas tres pa- / ragens que mandey dizer a V. Mag.e meparecio mais / Convenientes, e forão marcadas na Planta deste / Porto, e Ilha, verá Mag.e nos decenhos q reme / to, achandoçe todas feitas, como Se uerá[sic] das mesmaz / Plantas, e perfiz: e Só o que falta, São os parapeitos / em todaz aproua os quaes Senão devem fazer, Se- / não depoiz, de terem feito acento os atteros, por não / darem de Sy, e as ofcinaz, e Coarteiz da Fort^a / de S. Jozé na Pontagrossa, e o fecharce pella par / te da Terra. / Como estão tão distantes da V^a estas Fortt.az / me parece, que nesta de S. Cruz, na Ilha de Anha- / tomerim |que deve servir de rezisto | deve haver- / húa Ermida, com Cappellão: p.^a que possão ter missa / estaz guarniçoens, donde os Command.es delas, po= / dem vir nos dias de perceyto; e o tal Cappellão aco= / dir, a qualquer incid.e de Confissão, e mais sacra / m.tos que possão Ser necessr.os, pois morrerão já aquy / alguns sem elles, por não poder chegar o vigario / a tempo, e há dous anns. sem ouvir mais missa, q[?] / as que disse hum Missionario, que por acazo tive / alguns dias em m^a comp^a ao que a R.l Pied.e de / V. Mage dará a provid.^a que lhe parecer mais jus / ta. / Como em toda esta Ilha, não há outro sa / cerdote, e Igreja, que a Matriz, e o Vigr^o, tão bem / me parecia ordenace V. ^a Mage viessem para / [fl.01 verso] / Para aquy coatro, ou sinco Religiozos Capuchoz, / e que tivessem Seu hospicio, emp.e donde podessem / recorrer estez moradores, p^a a missa, e suas confis / sões, por ficar a Matriz distante de alguaz coatro / Legoa, e maiz: e em

temporaez, ficção sem missa / a mayor pe por não poderem em canoaz, atravessar / a B^a podendo já este povo sustentalos de escollas / sem que ellez possão pertender da Terra, aquellas datas, / que procurão, pedem e Conceguem, as outras Religioens, / tirando aos povos as milhores p^a a sua sucistencia, / e hum destes Religiozos, pode Servir de Cappellão, vin / do hum delles aos mezes, aquy acestir; para o que se- / lhes dá hua Esmolla annual, como se pratica nas For / talezas do Rio de Janr^o / O importante de todas estas obras, athé aquy / vera V. Mag.e na rellação que remeto das feriaz, que / se tem pago, Em que vay incluido, não só o serviço de / Pedr.os, Canteyros, Carpinteyros, trabalhadorez, Cabou / queyros, Conduções, e Transporte dos aterros, Senão / tão bem Cal, Tijolo, Telha, Taboados, madeyram.tos, / vigaz, e ferragens, e tudo o maiz necessr.^o e pertencen / te a estaz obraz: Entrando tão bem a desp.^a / que fiz com officiaez da Ribr.^a na Construção de / hum Bergatim, que o meu Gov.or e Gn.l Gomez / Fr.e de Andr.^a me ordenou fizesse, p.^a o transporte / das farinhaz de guerra, e de alguns meteriaez / Para o Rio gr.e, hum Saveyro, e hum Escaler / alem de varios reparos, e madr.as p^a a artr.^a pare- / cendome, que Em qualquer outra p.e emporta- / rião os douz terços, mais pella Carestia dos me / teriaez, e transportez, tendo sido o mayor tra / b.º o abelitar o Terreno, p^a se fabricarem es / taz Fort.az pella Sua irregularid.e e aspereza, / Sendo feita a de S. Antonio da Ilha dos Ratonez / cortada na mesma rocha, e depois revestida / com se verá do seu perfil: e assim tenho e / vitado a mayor despeza, que me tem sido possivel / | como se me recomendou |sem faltar ao precizo. / Se no que tenho obrado athe aquy hé com / forme as reaz intenções de V. Mage, darey por / bem Empregado, todo o disvello com que procuro fa- / zerme digno do Soberano agrado de V. Mage e me / recer sua Real aprovação./ A Real pessoa de V. Mage G.e Deuz m.s / annos, como os seuz vassaloz devemos dezejar. Ilha / de S. Can.^a 19 de Abril de 1741. / Jozeph da Silva Paez.⁵⁴

O officio que acompanha as plantas trata de dois assuntos: a assistência religiosa da Ilha e as novas fortificações. Vale notar que a relação entre os dois assuntos é devido à distância das fortalezas, o que impossibilitava o serviço religioso regular. Temos aqui, então, uma informação não aparente, e que não consta das plantas enviadas: a localização das fortalezas, sendo distantes entre si e da Ilha ou terra firme.

Na Fortaleza de São José da Ponta Grossa ainda faltaria “fecharce pella parte da Terra”, além de seus Quartéis e Oficinas. As demais fortificações, “achandoçe todas feitas”, assumimos pelas plantas terem sido construídas em ilhotas ou ilhas. Podemos dizer então que, em abril de 1741, dois anos após sua chegada à Ilha de Santa Catarina, o Brigadeiro Silva Paes já havia construído o Sistema Defensivo da Baía Norte, optando por três construções fortificadas à beira mar, que cruzassem fogos entre si, utilizando para isso as condições geográficas disponíveis – ilhotas no

⁵⁴ Arquivo IEB – USP. Coleção Alberto Lamego, código de referência: AL-006.

interior da baía – que facilitaram a implantação de seu projeto.

Estar situada junto ao mar ou às margens de rios navegáveis seria condição necessária, porém não única, para uma fortificação ser classificada como marítima. De acordo com Nunes (1988, p. 69), podemos considerar que as fortificações construídas em Santa Catarina a partir de 1738 pelo Brigadeiro José da Silva Paes são do tipo marítimas porque “visavam meios navais e só indiretamente defendiam as povoações marítimas, junto das quais eventualmente se localizavam”.

Temos, assim, definido que as fortificações marítimas não tinham como primeiro objetivo a defesa de uma povoação à beira-mar, quer seja Vila ou Cidade. A defesa do núcleo urbano seria consequência da proteção de portos, entradas de barras e entrada de territórios de rios navegáveis, locais de desembarque, etc. Nas plantas enviadas pelo Brigadeiro, vemos que a localização das Fortalezas, justamente, proteger a entrada da Baía entre a Ilha e o continente, confirmando sua tipologia de fortificações marítimas

Tais fortificações também poderiam “coexistir num mesmo local, mas eram independentes” e, sobretudo, objetivavam “defender setores de tiro, marítimos ou fluviais (...) sós, ou em conjugação de fogos com outras” (NUNES, 1988, p. 69). Analisando as três estruturas fortificadas da Baía Norte, fica clara a autonomia entre cada uma, não só pela norma tipológica, mas também pela sua construção em sítios isolados. No caso da Baía Sul, como veremos adiante, a Fortaleza de Araçatuba é verdadeiramente independente, como única estrutura defensiva.

Os motivos para construção de fortificações marítimas também contribuem para sua classificação: “pirataria e ameaças de desembarques estrangeiros ou invasões por mar” (NUNES, 1988, p. 70). Para Santa Catarina, a presença de navios estrangeiros na ilha é atestada pelos relatos de viajantes que, desde o século XVII, a utilizam como ponto de parada para reabastecimento dos navios.

O início da construção do Sistema Defensivo relaciona-se não propriamente às ameaças de desembarques e invasões por mar – estas seriam as razões de seu reforço na segunda metade do século XVIII, como veremos adiante – mas sim às questões estratégicas: “as fortificações marítimas inserem-se também num conceito de Linha de Costa” (NUNES, 1988, p. 67). Para além dos aspectos teóricos sobre fortificação e defesa do século XVIII, amparados em Portugal no *Methodo Lusitânico* e n’*O Engenheiro Português*, o que vemos em Santa Catarina é a

aplicação desta teoria às condições geográficas pré-existentes, executada por um Engenheiro Militar com largo histórico de campo – inclusive em defesa de ilhas, como vimos pela experiência de Silva Paes nos Açores.

Silva Paes construiu, portanto, não “húa fortificação qual elle entender ser capaz p^a a sua deffença“, mas três fortificações na Baía Norte da Ilha. E juntamente com as plantas e o officio que a acompanha, enviou também certidão, assinada pelo “Comissário de Mostras neste novo Prezidio da Ilha de Santa Catarina”, na qual atesta os custos da construção, “procurando evitar nella tudo quanto lhe for possível a mayor despeza”: “oito contos e duzentos e nouenta e seis mil e sincoenta reis”⁵⁵.

Tal documentação destinava-se ao Conselho Ultramarino, o qual encaminhou os desenhos para o Engenheiro-Mor, Manoel de Azevedo Fortes, para sua avaliação e validação, como ocorria à todas as obras feitas no Reino ou Ultramar. Sobre o conjunto construído, Azevedo Fortes escreve:

Senhor

Tendo visto, e examinado as plantas que a V. Mag.e por este conselho remeteo o Brigadr^o Jose da Silva Paes, nas quaes mostra tudo o que o seu grande cuidado, e zello tem obrado na Ilha de Santa Catharina, e o tem feito com todo o acerto, e grande economia como se ve da certidão que remete de toda a despesa que tem feito, q he muy pouca a respeito de tanta obra, e em tão diferentes partes o que parece se lhe deve mandar agradecer, e no q. toca ao mais que a V. Mag.e representa principalm.te quanto a não ficarem aqueles fieis sem quem lhe administre os sacram.tos he mais que superabundante a sua insignuação p.^a mover o Pio e Real animo de V. Mag.e p^a lhe dar a Providencia de q. necessita. Este o meu parecer. LIX^a 15 de dezembro de 1741 (COLEÇÃO..., 1948, p. 123).

Como se vê, Azevedo Fortes emite um parecer positivo sobre as construções e sobre a solicitação de religiosos, os dois assuntos abordados pelo Brigadeiro. Mostra-se impressionado com “tanta obra, e em tão diferentes partes”, sugerindo que “se lhe deve agradecer [à Silva Paes]” por tudo que “tem obrado na Ilha de Santa Catarina”.

Sobre o que faltava ser feito – os parapeitos – e sua construção – “Senão devem fazer, Senão depoiz, de terem feito acento os atteros” – o officio de Silva Paes nos permite perceber as etapas do processo construtivo de uma fortificação e o que, no canteiro de obras, seria de fato

⁵⁵ Arquivo IEB - USP, coleção Alberto Lamego, código de referência: AL-006.

importante e o que era acessório ou possível de ser executado posteriormente.

Imagem 21 – Modelo de perfil de Praça Abaluartada.

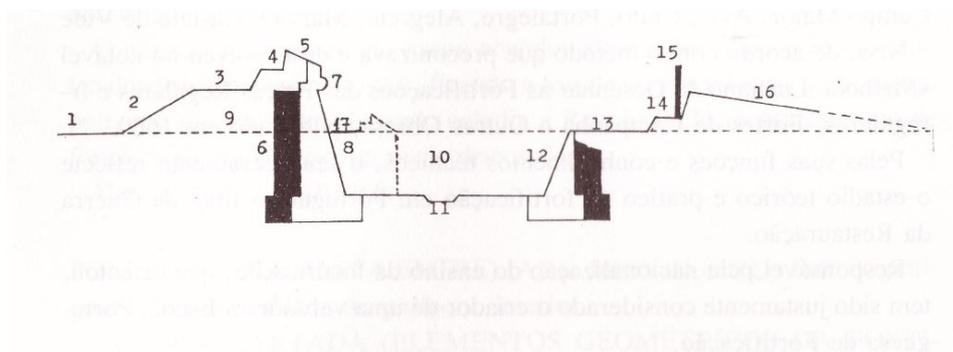


Fig. 60 – Perfil de Praça Abaluartada

Legenda:

- 1 – Nível da praça; 2 – Escarpa interior; 3 – Terraplino; 4 – Banqueta;
 5 – Parapeito; 6 – Contraforte; 7 – Cordão; 8 – Escarpa; 9 – Reparo;
 10 – Fosso; 11 – Cuneta; 12 – Contra-escarpa; 13 – Caminho coberto;
 14 – Banqueta; 15 – Paliçada; 16 – Esplanada; 17 – Berma

Fonte: NUNES, 1991, p.167.

Sendo um “muro de protecção para o exterior do caminho de ronda” (NUNES, 1991, p;165) o parapeito necessitava que a escarpa estivesse pronta para sua construção. Ou seja, tratava-se de uma estrutura que prescindia de uma obra anterior, que muitas vezes era feita a partir de escavações no terreno e, comumente, de uma mistura entre pedra e terra.

Imagem 22 – Detalhe da escarpa do trecho sul, próxima à fonte d'água. Florianópolis/SC.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

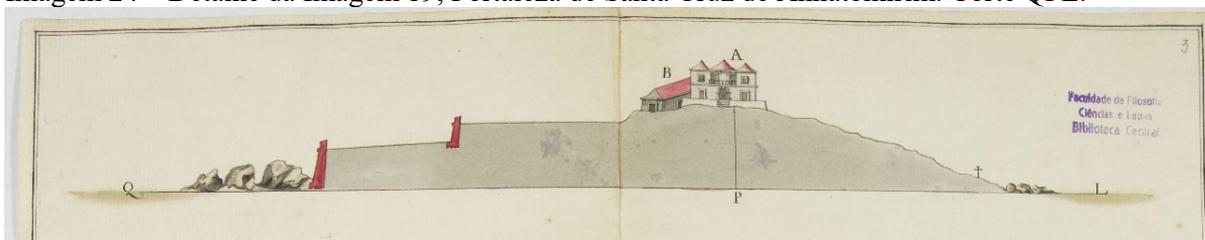
Imagem 23 – Detalhe de outra escarpa, evidenciando o corte no terreno. Florianópolis/SC.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

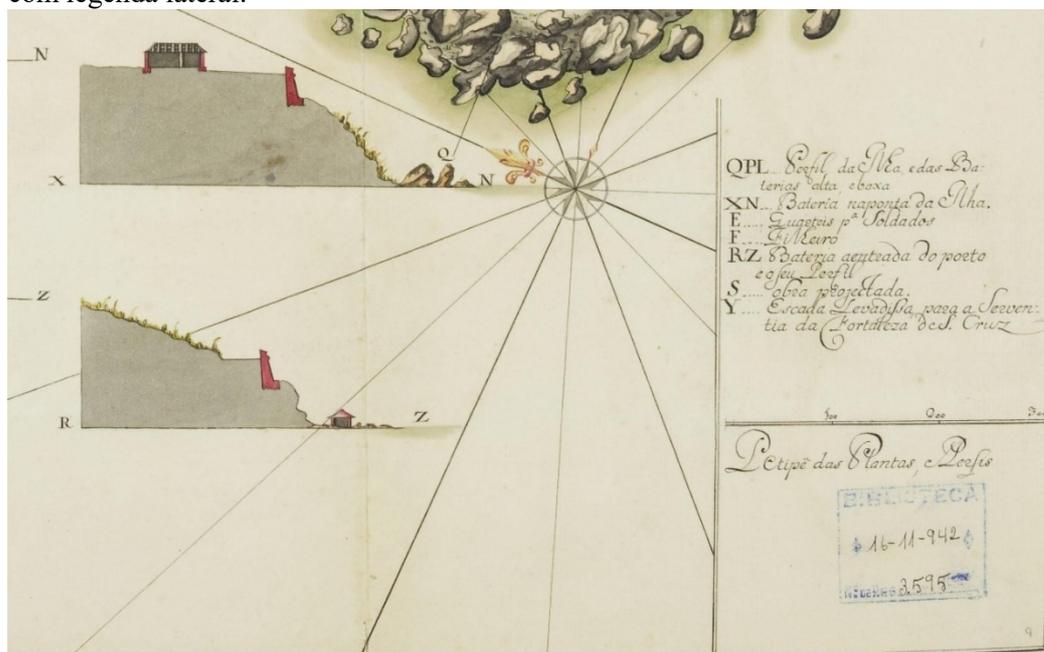
Nas plantas enviadas da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Silva Paes indica em vermelho, conforme a padronização estabelecida por Azevedo Fortes para construções feitas em terra, as escarpas das baterias. No corte QPL, temos o perfil da Ilha e das baterias alta e baixa, além da indicação da Caza do Governo, e do “Armazem dos Payoes de Mantimentos”. O mesmo ocorre nos cortes XN (Bateria na Ponta da Ilha) e RZ (Bateria a entrada do porto e seu Perfil).

Imagem 24 – Detalhe da Imagem 19, Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Corte QPL.



Fonte: Arquivo IEB-USP. Coleção Alberto Lamego, código de referência: AL-006.

Imagem 25 – Detalhe da Imagem 19, Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Corte XN e corte RZ, com legenda lateral.



Fonte: Arquivo IEB-USP. Coleção Alberto Lamego, código de referência: AL-006.

É possível afirmar, então, que quando do envio do “Petipé das Plantas, e Perfis” em 1741, Silva Paes já havia feito, ao menos para Anhatomirim, o traçado no local das muralhas e construído algumas de suas escarpas, de modo a orientar os aterros e, posteriormente, os parapeitos. O traçado da fortificação, a linha mestra, já estaria, portanto definido.

É uma fortificação irregular, conformada à ilha em que se stiuva, aproveitando a sua orografia. Digamos que é a ilha no seu todo a verdadeira fortaleza, tendo Silva Pais ou quem projectou os muros, feito alguns reforços e lançando plataformas de onde pudesse jogar a artilharia. É na face leste que se encontra o maior volume de construção, com uma bateria rectangular, na ponta mais saliente, e uma cortina quebrada, que coroa toda a face até ao ângulo sudeste. A Sul, vira-se outro bastião rectangular com uma plataforma ampla, que visa ambos os lados e que, interiormente, tem um caminho de acesso rápido ao centro da ilha, onde estão os quartéis da guarda, a casa do comandante, a fonte. etc. (DIAS, 2004, p.285).

Assim como em Anhatomirim, também em São José da Ponta Grossa, Silva Paes faz uso de diferentes níveis de terraplenos dentro da fortificação. Pelo corte AB (Imagem 17), podemos perceber ao menos três níveis no perfil, além das indicações das escarpas. Tais nivelamentos permitiram o ajuste do edifício ao sítio, como descrito:

É irregular, para se adaptar ao terreno em que está implantada, dispondo-se as cortinas em três patamares. [...] está completamente fechada, com muros grossos, posto que de pedra pouco uniforme. Na zona mais alta ficam os

quartéis da tropa, a casa do comandante, o armazém da pólvora e uma capela. Virada a ponte, fica a face principal, fazendo-se acesso à grande bateria baixa através de uma plataforma intermédia, a cujos muros foram anexados duas construções modestas, uma delas a casa da palamenta. Aqui abre-se rampa que dá acesso à porta de armas (DIAS, 2004, p. 286).

Imagem 26 – Fortaleza de São José da Ponta Grossa, vista externa. Florianópolis/SC.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Imagem 27 – Casa do Comandante e Quartéis da tropa, vistos da plataforma intermediária. Florianópolis/SC.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Imagem 28 – Bateria baixa, vista a partir do nível dos Quartéis da tropa. Florianópolis/SC.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Para Santo Antônio de Ratonés, Silva Paes projeta as edificações em apenas um nível, a partir de um único terraplano, mas utiliza o desnível natural para melhorar a alcance das peças de artilharia. Sobre os materiais utilizados na construção, em suas palavras, “Sendo feita a de S. Antonio na Ilha dos ratonez cortada na mesma rocha, e depois reuestida como Se uerâ do Seu perfil”. A Fortaleza foi instalada em uma das ilhas na parte interna da Baía Norte, o que enfatiza seu objetivo de defesa a partir do cruzamento de fogos entre as fortificações. Sobre sua implantação e forma construtiva, a Fortaleza:

ocupa o topo norte, com as cortinas a erguerem-se alguns metros acima da linha de água, aproveitando, como as demais, o relevo e as possibilidades de defesa natural que proporcionava. As suas muralhas formam uma linha contínua, com parapeitos baixos e de pouca defesa. A entrada faz-se por uma rampa, que desemboca na praia, formando o ângulo da cortina o seu principal reforço. Daí, e para Leste, a forma da muralha é redonda, numa curva ampla, conformando uma bateria que more no monte escarpado, tendo defesa natural. Opostamente, a muralha vai direito, com quebras rectas que, no extremo, se podem comparar, do ponto de vista funcional, a um meio baluarte. É deste lado que ficam os quartéis da tropa e dos oficiais, os armazéns a casa da palamenta, etc. (DIAS, 2004, p. 285).

Imagem 31 – Muralha de Santo Antônio de Ratonés à Leste. Florianópolis/SC.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

A questão dos níveis das construções aparece na correspondência de Silva Paes. Segundo o Brigadeiro, sua maior dificuldade foi “abelitar o Terreno, p.^a Se fabricarem estaz Forta.as pella Sua irregularid.e e aspereza” (SIMPÓSIO..., 1979, p. 299). Para o arquiteto Cyro Corrêa Lyra:

o aspecto mais singular da obra de Silva Paes no litoral catarinense é a integração do espaço construído com as particularidades do terreno. (...) Nas fortificações catarinenses de Silva Paes (...) não há um desenho geométrico pré-estabelecido para os terraplenos das baterias, sendo suas características principais a escolha de locais elevados para sua implantação e o agenciamento das edificações em terraplenos dispostos em diferentes níveis resultando conjuntos de grande interesse arquitetônico e paisagístico (LYRA, 1983, p. 287).

A relação entre topografia e construção desenvolve-se, portanto, na escolha do local a ser fortificado, como vimos, e no traçado da própria fortificação em si. Como aponta Lyra, no caso de Santa Cruz de Anhatomirim, “o primeiro aspecto que se observa é que as muralhas não formam uma linha poligonal contínua” (LYRA, 1983, p. 287). Assim, nas três fortificações da barra norte, percebe-se a opção pela maior regularidade possível, adequando-se o traçado ao sítio, sempre buscando a regularidade, como orientavam os Tratados de engenharia militar.

Na *Planta da Fortaleza de S. Jozé na Ponta grossa* (Imagem 17), temos uma indicação importante tanto pelas cores do desenho quanto pela legenda: “Obra projectada p.^a ap.e da terra”.

O baluarte regular, composto por flancos, faces e seu ângulo flanqueado, ainda não havia sido construído. Tal informação é confirmada no ofício: “Só o que falta (...) Coarteiz na Fortt^a de S. Jozê na Ponta Grossa, e o fecharce pella parte da Terra”. Enviava assim o Brigadeiros as plantas de suas fortificações demonstrando sua intenção projetual, ou seja, o que planejava construir, e ao mesmo tempo o que já havia sido feito, operando na lógica de apresentar o serviço já executado/planejado, e esperar por aprovação para dar continuidade/início. Podemos afirmar então que, em 1741, já estava delineado o Sistema Defensivo da Barra Norte, composto de três fortificações.

Sobre a guarnição da Barra Sul, em 1743, Silva Paes escreve ao Conselho Ultramarino, relatando as despesas que teve com tal obra:

Sr.

Pela certidão q. remeto do Commiss.^o de mostras destes Perzidios n^o1 vera V. Mag.e o q tem feito de despeza as coatro Forta.^{as} q. se achão acabadas S. Cruz em Anhatomerim, S. José na ponta grossa, St.^o Antonio nos ratones e N. Sra^a da Conceição na Barra do Sul com cuartus, caza p^a comand.e e officiaes, corpos de guarda em todas e calabouços, armazens de Polvora a prova, de mantimentos materiais e Tilheiros, menos na da Conceição q. ainda lhe faltão estas oficinas e em todas as plataformas delagedo que deve vir de Portugal e aumentarem-se os parapeitos de formigão: e na mesma despeza entra a q. se fez com hum Bergantim escaler lancha saveiro, e canoas, e me persuado se praticou a mayor economia e se satisfez a recomendação de V. Mag.e de se evitar a mayor desp.^a tendoce vendido dos mesmos materiais q. se fabricavão p.^a estas obras alguns destes moradores por equid.e o que contem e consta da outra certidão n^o2 q devendoce abater da pr^a fica só fazendo de despeza a Fazenda R.l 13.063\$551 real.

Remeto mais a r.l prezença de V. Mag.e a 3^a certidão por donde consta não fez a Faz.a r.l de V. Mag.e mais despeza com os doentes deste prezidio q. com os remedios ad botica e alguas galinhas não se lhe faltando com o mais de doces assucar ovos e dietas q. lhe erão necess^{as} da minha pobre despensa.

Se no q. tenho obrado neste p.ar merecer a real aprovação de V. Mag.e darei por bem empregado todo o meu desvelo e zelo com que procurei se cumprisse com as reaes instruçoens de V. Mag.e e se fizessem estas obras com a maior decencia e brevid.e

A real pessoa de V. Mag.e g.e Deus m. an.s como os seus leais vassallos devemos desejar.

Ilha de Santa Catarina a 20 de Agosto de 1743 (COLEÇÃO..., 1948, p. 142).

Vemos a menção a quatro Fortalezas, sendo que as três primeiras “se achão acabadas”, mas na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição na Barra do Sul “ainda lhe faltão estas oficinas”, quais sejam, “, armazens de Polvora a prova, de mantimentos materiais e Tilheiros”. A opção

por construir apenas uma estrutura defensiva justifica-se pelo aproveitamento das condições geográficas:

Entre a ponta dos Naufragados, extremidade sul da Ilha de Santa Catarina, e o continente, na ponta da Pinheira, há um grupo de três ilhas, Papagaio Pequeno, Papagaio Grande e Araçatuba, formando esta última com a ponta dos Naufragados o canal que constituiu a barra do sul da entrada para a Baía de Santa Catarina. Dominando assim o canal de entrada, foi a Fortaleza localizada em ótima posição a Nordeste da Ilhota, com baterias dirigidas para a barra, baía Sul e para a praia do continente que lhe fica fronteira e que se chama, também, Araçatuba (CALDAS, 1992, p. 87).

Não encontramos na documentação pesquisada os primeiros esboços de plantas ou perfis da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Tendo sido o ofício redigido em agosto de 1743, já com as certidões e o saldo de despesa à Fazenda Real, é possível que os desenhos tenham sido enviados antes do ofício acima e aprovados, daí a prestação de contas feita pelo Brigadeiro.

Segundo Boiteux (1920, p. 72), em 1747:

remette o brigadeiro José da Silva Paes á Metropole a planta e fachada dos quarteis que se acabaram na Fortaleza de Registo (Santa Cruz), que affirma lhe pareciam eram os mais nobres que tem a América, bem como a planta e fachada da Caza do Governo e da Igreja Matriz a construírem-se.

No ano seguinte, “a provisão do Concelho Ultramarino (...) aprova a planta do quartel da fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim”. Se em 1741 Silva Paes enviou, com vimos anteriormente, “Petipé das Plantas, e Perfis” das Fortalezas de Santo Antônio (Ratones), São José (Ponta Grossa) e Santa Cruz (Anhatomirim), e em 1743 prestou contas das construções em Nossa Senhora da Conceição (Araçatuba), o que explica o envio à parte, ainda na década de 1740, da “planta e fachada dos quarteis que se acabaram”? (BOITEUX, 1920, p. 72-75).

No caso do Quartel da Tropa de Anhatomirim, é possível ver como operava, nas construções militares da América Portuguesa do século XVIII, a lógica entre o que era projetado, desenhado, e o que era efetivamente construído. E como funcionavam os mecanismos de confirmação de obras entre os Engenheiros Militares que trabalhavam no ultramar, e seus superiores, que avaliavam e validavam as construções.

Ao enviar as plantas em 1741, o Brigadeiro José da Silva Paes planejou que na Fortaleza de Santa de Cruz de Anhatomirim os principais edificios ficariam dispostos vis-à-vis, formando um conjunto na parte mais alta da ilha. Assim, dispõe em sequência: a “Caza do Governo”, o

“Armazem dos Payoes demanum.tos”, “Quarteis para Soldados” e “Filheiros”. Um pouco mais afastado o “Armazem de Polvora”, e deixa assinalado, em amarelo e com o a letra C, “Lugar para Ermida”. A indicação em amarelo dá a entender que, devido à sua importância, a Ermida ou capela que ali se pretendia construir seria planejada posteriormente, recebendo mais atenção e cuidado.

Imagem 32 – Detalhe da disposição dos edifícios da Fortaleza de Santa Cruz, com a legenda à direita.



Fonte: Arquivo IEB-USP. Coleção Alberto Lamago, código de referência: AL-006.

A oposição frontal dos edifícios de fins administrativos e religiosos, como aponta Lyra, “lembra o agenciamento urbanístico colonial da Casa de Câmara e Cadeia e da Matriz, implantadas na praça principal das vilas”. Segundo ele, o detalhamento da Fachada da Caza do Governo reforça essa impressão: “É uma construção assobradada destacada pela plataforma sobre a qual está assente e valorizada por uma escada de lioz ao centro da composição” (LYRA, 1983, p. 287).

Além da “Caza do Governo”, Silva Paes apresenta com pormenores a “Planta do Armazem da Polvora” (letra O) e o “Perfil do Armazem” (Letra N) na imagem 19 – ambos referentes ao edifício indicado com a letra D na imagem 18. O edifício lateral à “Caza do Governo”, indicado pela letra B como “Armazem dos Payoes demanum.tos”, não recebe maiores detalhamentos. Não houve, nesse momento, indicação ao Quartel da Tropa como edifício contíguo ao “Armazem dos Payoes”. Tal ausência explica, parcialmente, as plantas enviadas em 1747.

Sendo as plantas de 1741 aprovadas pelo Engenheiro-mor do Reino, é possível que Silva Paes tenha dado continuidade a seu plano de defesa e executado, para a Fortaleza de Santa Cruz, algumas obras distintas daquelas já enviadas, ora complementando o projeto original, ora modificando-o, e em alguns casos, apresentando depois os desenhos daquilo que foi feito.

Interessa-nos analisar, no caso da Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim), o Quartel da Tropa e o Pórtico de entrada.

O Quartel da Tropa, “principal obra do conjunto arquitetônico de Anhatomirim (...) revela a monumentalidade pretendida – e alcançada – por seu autor.” Para descrição da edificação, vale a pena citar as palavras de um dos arquitetos envolvidos em sua restauração:

Medindo aproximadamente setenta metros de comprimento por onze de largura, possui no pavimento térreo um pé direito de seis metros e trinta. Os onze arcos estruturais que vencem o vão de 7,80 entre a encosta e a fachada sustentam as paredes divisórias e o barroteamento do soalho do pavimento superior (LYRA, 1983, p. 288).

Imagem 33 – Quartel da Tropa – Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.



Fonte: Acervo Pessoal. 2019

O pavimento inferior consiste em em uma galeria de 12 arcos plenos tendo os módulos extremos pé direito duplo possibilitando um pavimento intermediário, um “mezzanino” (LYRA, 1983, p. 288).

Imagem 34 – Os arcos e as aberturas ao fundo, indicando um piso intermediário. Quartel da Tropa – Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC



Fonte: Acervo Pessoal.

A fachada desenhada no projeto revela alguns detalhes notáveis como a solução de fechar as extremidades sem interromper as arcadas, para isso recuando a parede da frente em relação aos pilares. Esses aposentos, destinados provavelmente a moradia dos oficiais são destacados, diferenciados sutilmente pela saliência dos requadros e pela presença de balcões. (LYRA, 1983, p. 288)

Imagem 35 – Detalhe do fechamento da fachada sem interrupção das arcadas. Quartel da Tropa. Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

O Quartel da Tropa na Fortaleza de Santa Cruz configura um caso exemplar do que Bueno denominou de “apuro estético versus problemas técnicos” (BUENO, 2011, p. 274). Para solucionar a questão do empuxo dos arcos, o Brigadeiro Silva Paes executa uma estrutura de apoio não prevista no projeto original, tornando a fachada frontal “escorada por três contrafortes”, destacando volumetricamente o terço principal. Nesse trecho, “os muros têm na base a espessura de 2,80m, estreitando-se à medida que se distanciam do solo.” (LYRA, 1983, p. 288).

Imagem 36 – Vista lateral com destaque para o volume acrescido ao terço central. – Quartel da Tropa – Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Imagem 37 – Destaque dos contrafortes laterais. – Quartel da Tropa – Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim). Florianópolis/SC.

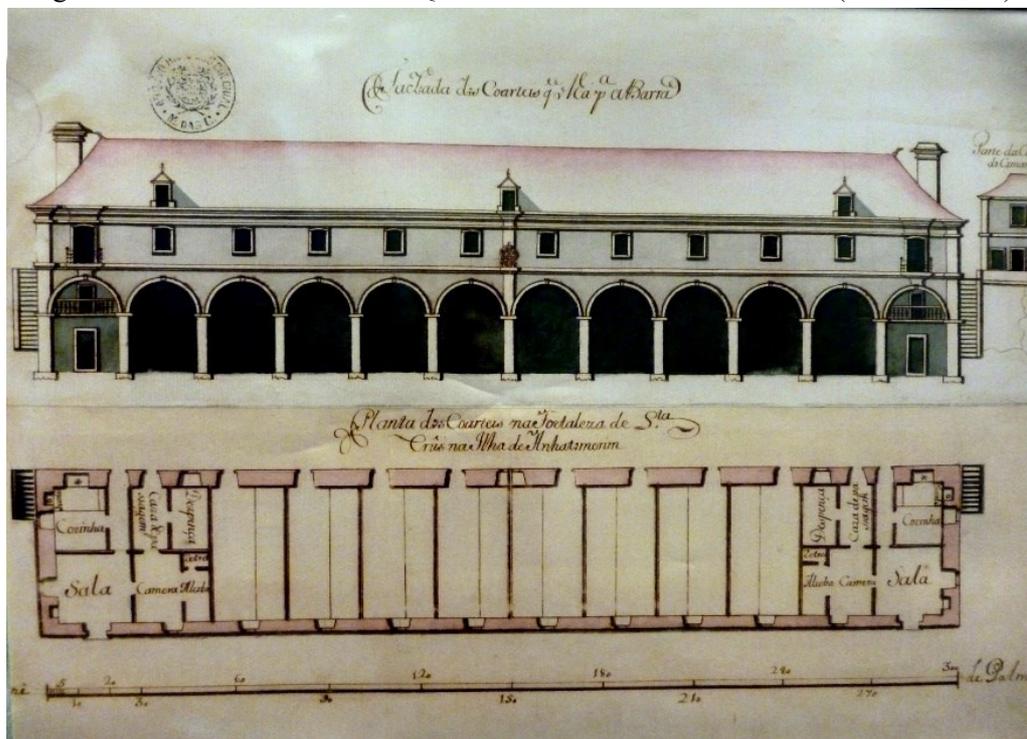


Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Nos desenhos enviados em 1747, temos ainda “a existência de três mansardas dispostas

simetricamente com uma finalidade aparentemente decorativa” (LYRA, 1983, p. 288), indicando que, mesmo nas construções militares, ainda se conservava alguma intenção estética. Mas não há petipé ou plantas indicando o local de implantação no terreno.

Imagem 38 – Fachada e Planta do Quartel da Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim).



Fonte: AHU. Banco de imagens. Disponível: http://fortalezas.org/impressao.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=. Acesso em: 20/10/2020.

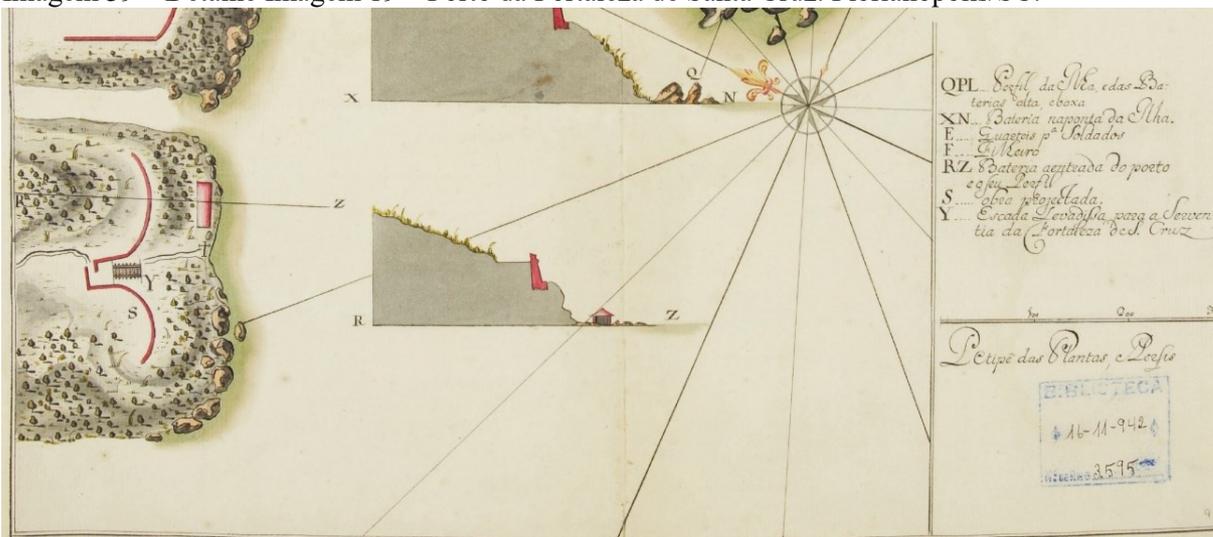
Como visto no detalhe da disposição dos edifícios (Imagem 33), há uma formação orográfica paralela à Casa do Governo, que será aproveitada para o Quartel da Tropa: “construído junto à encosta de modo a permitir o acesso direto pelos fundos ao pavimento superior, forma-se uma esplanada à sua frente permitindo o distanciamento necessário para a apreciação de sua arquitetura”. Tal seria a “engenhosidade demonstrada na implantação do quartel” (LYRA, 1983, p. 288).

Nessa forma de implantação, a “fachada frontal está voltada para o mar e, portanto, seu acesso é feito pelos fundos, pelo pavimento superior” (BUENO, 2011, p. 273). Juntamente com o terrapleno à frente, que como vimos já estava construído em 1741 e que consta, no perfil QPL (Imagem 24) como tendo dois níveis, “o quartel foi construído para ser visto, compondo a cenografia da fachada oposta à do portal da fortaleza” (BUENO, 2011, p. 273).⁵⁶

⁵⁶ Lyra aponta para a “expressão barroca” das construções de Anhatomirim, entendendo como tal o “tratamento cenográfico dos espaços livres, na disposição dinâmica dos terraplenos, no uso da escala monumental e na

A entrada da Fortaleza de Santa Cruz também consiste em um dos exemplos de complementação/modificação que o Brigadeiro Silva Paes efetuou, após envio dos desenhos. No detalhe da imagem 19, vemos que, no corte RZ, estava indicada a “Bateria a entrada do porto e o seu Perfil”, na letra Y, “Escada levadissa para a serventia da Fortaleza de S. Cruz”.

Imagem 39 – Detalhe Imagem 19 – Porto da Fortaleza de Santa Cruz. Florianópolis/SC.



Fonte: Arquivo IEB-USP. Coleção Alberto Lamego, código de referência: AL-006.

Efetivamente, foi construído um “conjunto monumental” à entrada, composto de escadaria, pórtico e muralhas – essas últimas indicadas como “obra projectada” (letra S). A escadaria levadiça foi substituída por uma versão fixa, em pedra lioz, ligando “a praia ao pórtico, que é ladeado por muralhas em curva, sem canhoneiras” (LYRA, 1983, p. 287), seguindo desenho proposto.

Imagem 40 – Detalhe das muralhas em curva no porto. Fortaleza de Santa Cruz. Florianópolis/SC.

utilização das formas curvas e assimétricas.” Não pretendemos discutir se tais fortificações fazem parte ou não de uma “arquitetura barroca”, mas é importante indicar que, no caso do Quartel da Tropa da Fortaleza de Santa Cruz, há uma intencionalidade clara de “ver e ser visto”, típica das construções do reinado de D. João V. O problema da visada da face marítima da Fortaleza será discutido no item 3.3.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Não havia, nas plantas enviadas em 1741 e mesmo nos desenhos posteriores, menção a uma portada de entrada para a Fortaleza. Ao contrário, assinala-se uma preocupação com a segurança e defesa do porto com a sugestão de um dispositivo móvel, a escada levadiça. Sua alteração projetual com substituição por material importado do Reino e a construção do pórtico, transmite uma “intenção plástica, cenográfica” (LYRA, 1983, p. 287).

Nesse conjunto portuário, “o pórtico é o ponto central, constituindo-se em exemplar notável pela originalidade de sua composição”. Seu destaque na paisagem confirma sua finalidade enquanto cenário, se considerarmos que na arquitetura militar o pragmatismo funcional superar o formalismo artístico. Vale apontar sua análise arquitetônica feita por Lyra (1983, 287):

Os dois maciços que ombreiam o vão de entrada sugerem uma influência nitidamente oriental traduzida pelo seu perfil côncavo, pelo recortado do seu paramento e, no alto, pelos acrotérios escalonados.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Em fevereiro de 1749, assumia o governo da Santa Catarina Manoel Escudeiro Ferreira de Sousa. Dava posse ao seu sucessor o Brigadeiro José da Silva Paes, entregando-lhe um conjunto de fortificações que, se não regulares, “aproveitou efetivamente os melhores sítios disponíveis” (DIAS, 2004, p. 289). Formou, assim, um conjunto de dispositivos que reforçou a função estratégico-militar da Ilha, optando-se pela defesa da ilha e do canal, e não da Vila do Desterro. Como veremos a seguir, a proteção da Vila será a preocupação dos acréscimos que, a partir de 1760, são feitos ao Sistema Defensivo projetado por Silva Paes.

3.2.2 A defesa da Vila: os acréscimos ao Sistema em 1762

Iniciando os trabalhos para delimitação das fronteiras após a assinatura do Tratado de Madrid, logo em 1751 são enviados à América Portuguesa os membros das Expedições Demarcatórias – as partidas, como eram chamadas. Como chefe da Partida do Sul, estava o Coronel de Infantaria Miguel Angel Blasco, que executa, entre 1766 e 1767, desenhos das fortalezas já construídas em Santa Catarina, e propõe novas fortificações para defesa do núcleo urbano.

Apresentamo-las a seguir:

Imagem 42 – Planta da Fortaleza de Santo Antonio e planta da Fortaleza de São José. Florianópolis/SC.



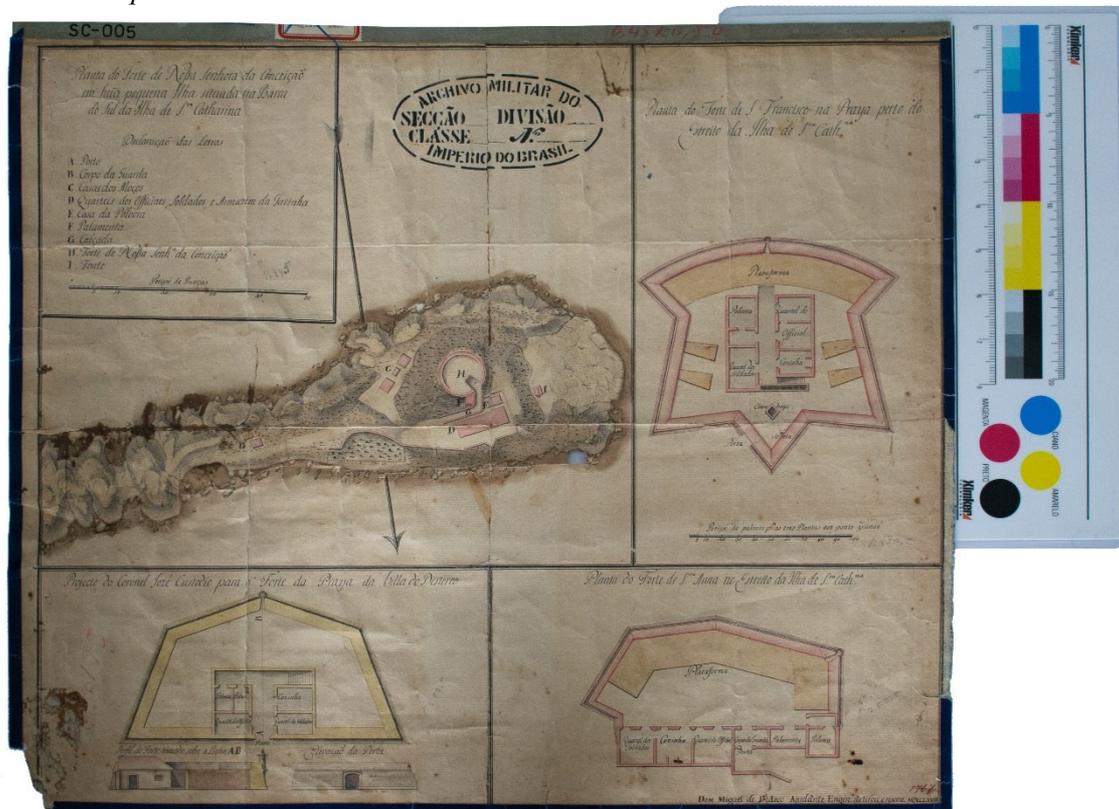
Fonte: AHEx, Cota 26.03.3706.

Imagem 43 – Planta da Ilha de Anhatomerim e Fortaleza de Santa Cruz e projecto para se aumentar a defesa della. Florianópolis/SC.



Fonte: AHEx, Cota 08.03.2773.

Imagem 44 – *Planta do Forte de N. S. da Conceição em uma pequena ilha situada na Barra do Sul da Ilha de Santa Catharina, planta do Forte de São Francisco, projecto para o forte da Praia da Villa do Desterro e planta do Forte de Santa Anna.*



Fonte: AHEx, Cota 08.02.1728

As plantas das Fortalezas de Santo Antônio e São José (Imagem 42) são levantamentos do que já havia sido construído. Na Planta da Ilha de Anhatomerim... (Imagem 43), temos a sugestão em amarelo de prolongamento das muralhas defensivas, indicadas como “Baluarte já projectado q’ se principiou, mas não se acabou”, com a letra V, e a construção de “Cozinhas projectadas p^a mayor comodo da Guarnição”, com a letra Y.

Na *Planta do Forte de N. S. da Conceição*... (Imagem 44), além do levantamento do referido forte, constam três outros desenhos. São também plantas de fortificações, em sequência horária: *Planta do Forte de S. Francisco na Praya perto do Estreito da Ilha de S.ta Cath.na*; *Planta do Forte de S.ta Anna no Estreito de S.ta Cath.na*; e, *Projecto do Coronel Jozé Custodio para o Forte da Praya da Villa do Desterro*.

Temos então representadas nesse último desenho três fortificações, das quais duas já estavam construídas, e uma terceira, em “projecto”, planejada pelo Coronel José Custódio de Sá e Faria. O documento data de 1767, o que confirma nossa hipótese de um segundo período de construção de fortificações em Santa Catarina, iniciado em 1761, com a anulação do Tratado

de Madri e a crescente hostilidade na fronteira sul.

As duas fortificações já construídas da imagem 44 tinham sido detalhadas em plantas à parte, feitas anteriormente, em 1764, por José Custódio e Manoel Vieyra Leão – este, provavelmente, executando o desenho como parte do aprendizado do ofício de engenheiro militar. Vemos o cuidado com seu detalhamento, escala e legenda, mostrando que as novas fortificações seguiam os preceitos e ordenamentos da Moderna Arquitetura Militar Portuguesa.

Imagem 45 – Plantas das fortalezas da Ponta do Estreito [à direita] e da Praia de Fora [à esquerda].



Fonte: AHEx, Cota 08.02.1742.

Comparando-se as plantas das imagens 44 e 45, podemos afirmar que não houve alterações entre os desenhos de Sá e Faria e Miguel Blasco, demonstrando que as Fortalezas da Praia de Fora (São Francisco Xavier da Praia de Fora) e a da ponta do Estreito (Sant’Ana do Estreito) foram construídas conforme o projetado, sofrendo alterações apenas no século XXI, em função do crescimento urbano de Florianópolis.

Já o *Forte da Praia da Villa do Desterro*, projetado por Sá e Faria e constante do desenho de Miguel Blasco, “nunca chegou a sair do papel, sendo substituído pelo de Santa Bárbara, com outro projeto e localização”(TONERA; OLIVEIRA, 2015, p. 82).

O Forte de São Francisco Xavier da Praia de Fora, à esquerda na imagem 45, chama atenção

por ser “a fortificação mais regular, com um reduto poligonal virado a terra e uma cortina redonda, no lado oposto” (DIAS, 2004, p. 289). Percebe-se na regularidade da construção uma confirmação implícita de sua autoria e data de construção, uma vez que as edificações anteriores não eram regulares.

Assim como Miguel Angel Blasco, em 1767, também José Custódio de Sá e Faria executou levantamentos da “Fortaleza da Barra do Sul na Ilha de Santa Catharina” e das “Fortalezas da Ponta Grossa e da Ilha dos Ratores”, efetuados em 1764, que indicamos a seguir.

Imagem 46 – Planta da Fortaleza da Barra do Sul na Ilha de Santa Catharina.



Fonte: AHEx, Cota 08.01.1696.

Imagem 47 – Plantas das Fortalezas da Ponta Grossa e da Ilha dos Ratoes na Ilha de Santa Catharina.



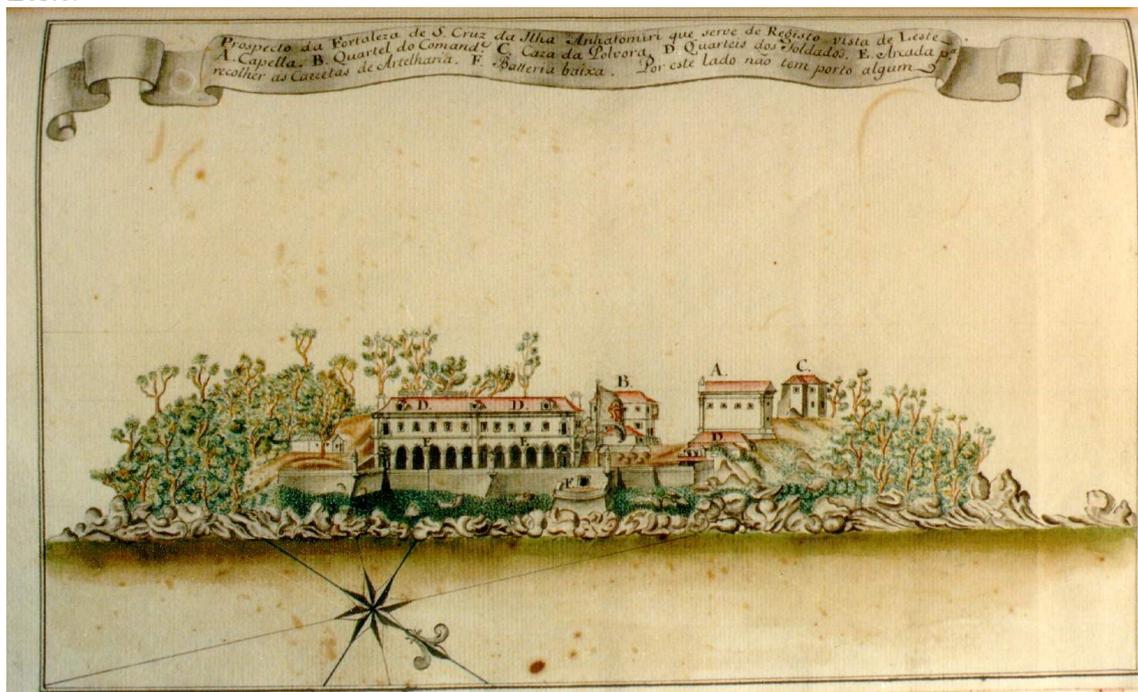
Fonte: Biblioteca Mario de Andrade (BMA). Banco de Dados. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=12 A (acesso em 20/10/2020)

Além destes dois trabalhos, de datação explícita, existe também um conjunto de desenhos feitos para a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e para a de São José da Ponta Grossa que não foram datados, mas que possivelmente são desse mesmo período. Toledo (1981, p. 67) indica que tais documentos são “de excepcional interesse para o estudo da obra de Sá e Faria”. Contudo, além de seu valor enquanto trabalho do engenheiro, os desenhos revelam a forma final que as construções adquiriram, uma vez que, como vimos, o Brigadeiro Silva Paes havia planejado acréscimos e novas construções.

No caso da Fortaleza de Santa Cruz, Toledo (1981) aponta para as influências da arquitetura portuguesa moderna no ultramar, mesmo em construções aparentemente funcionais, como as fortificações:

Na Vista de leste, no edifício designado pela letra D, “Quarteis dos Soldados”, é patente a presença do estilo pombalino, de tal forma que o prédio poderia ter sido edificado em Lisboa. No térreo, aparece uma arcada tal qual as congêneres do “Terreiro do paço” de Lisboa. No primeiro pavimento, as janelas de requadrção austera, que ocorre em quase toda a arquitetura pombalina. E o telhado apresenta as aberturas que vemos em quase toda obra de Eugênio dos Santos. (Toledo, 1981, p. 68)

Imagem 48 – Prospecto da Fortaleza de S. Cruz, da Ilha de Anahomiri, que serve de Registo Vista de Leste.



Fonte: Biblioteca Mario de Andrade (BMA). Banco de Dados. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=12 A (acesso em 20/10/2020)

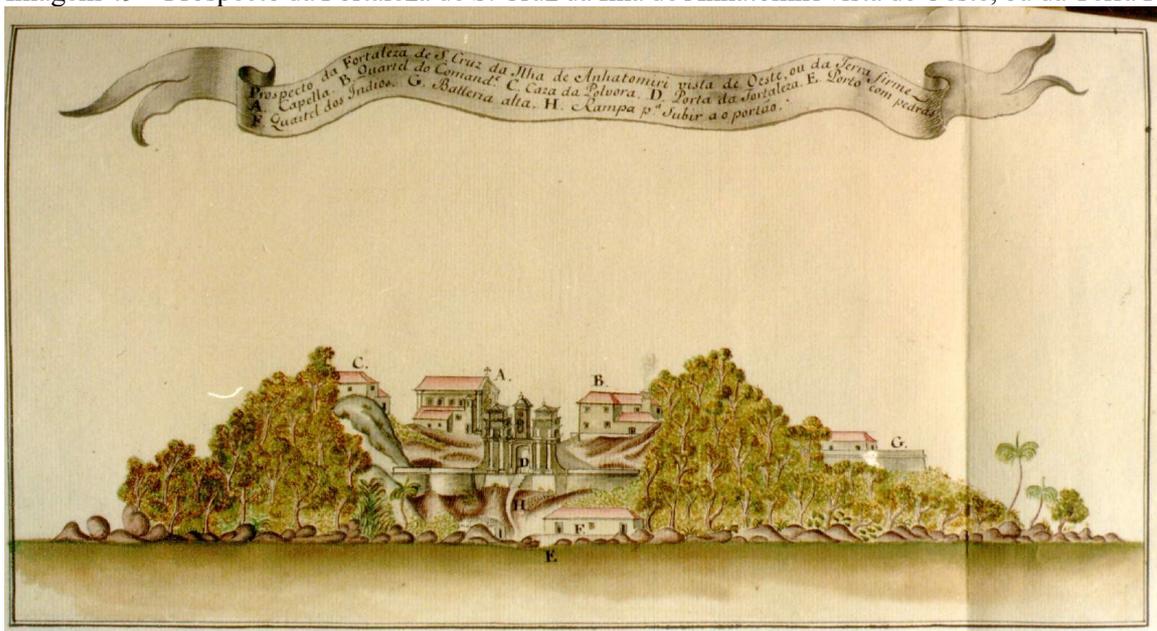
As reflexões do autor confirmam as informações que apontamos no item 3.1, acerca da proximidade e da relação de pessoalidade do Brigadeiro José da Silva Paes com outros oficiais engenheiros. E também demonstram que, mesmo em construções pragmáticas como as fortalezas, havia também uma preocupação ou estética, ou talvez, uma intenção artística, conforme apontado também por Lyra (1983) e Bueno (2011)

Na vista Oeste desenhada por José Custódio, temos a representação do pórtico de entrada, indicado pela letra D no desenho, e a capela, indicada pela letra A. A proporcionalidade de tais edifícios chama atenção no desenho como um todo. Sobre a edificação religiosa,

embora demolida no final do século passado [XIX], pode-se deduzir o seu aspecto pela documentação iconográfica existente. (...) chama atenção o porte dessa edificação, bem maior do que o habitualmente encontrado nas fortificações portuguesas no Brasil (LYRA, 1983, p. 288).

O arquiteto também aponta a relação entre o óculo de forma circular da capela e outras edificações religiosas da Vila do Desterro, como a Igreja Matriz – cujo projeto, de autoria de Silva Paes, foi enviado juntamente com o dos Quartéis de Anhatomirim – e a Igreja de Santo Antônio de Lisboa, “cujo projeto pode-se atribuir também a Silva Paes”. Tendo sido destruída para a construção do novo Paiol, da capela original restou a portada em Lioz (LYRA, 1983).

Imagem 49 – Prospecto da Fortaleza de S. Cruz da Ilha de Anhatomiri vista de Oeste, ou da Terra Firme.



Fonte: Biblioteca Mario de Andrade (BMA). Banco de Dados. Disponível em: www.fortalezas.org

Imagem 50 – Igreja de Santo Antônio de Lisboa. Florianópolis/SC.



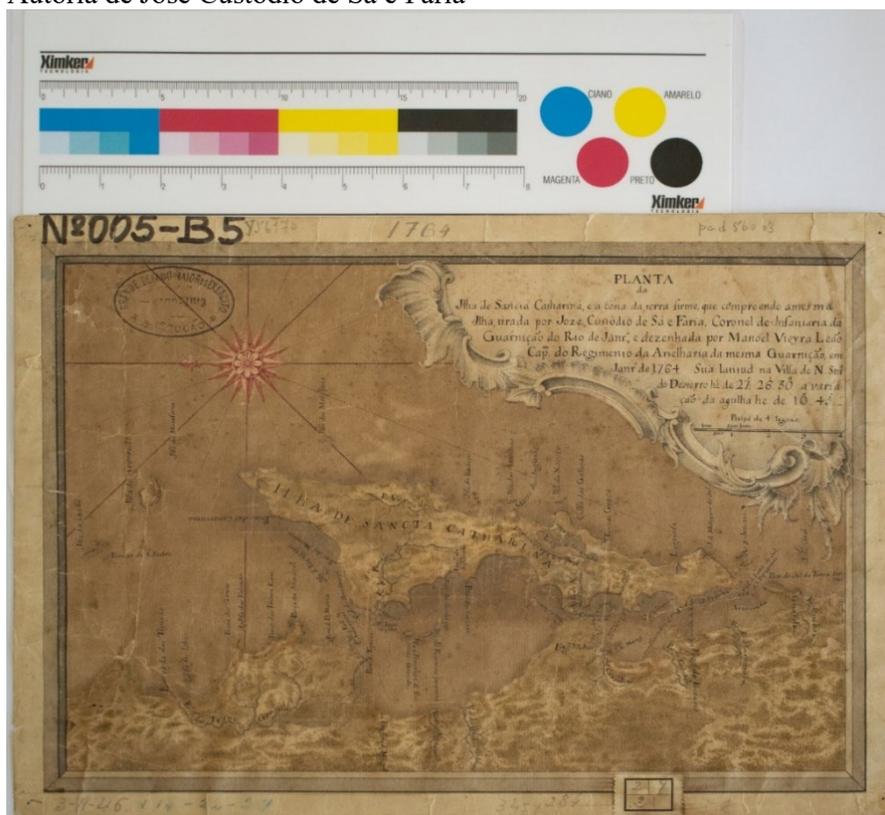
Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

Estes dois desenhos da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, juntamente com os da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, de Santo Antônio de Ratonés e de Nossa Senhora da

Conceição de Araçatuba⁵⁷, chamam a atenção justamente por serem prospectos: não apresentam escala (petipé em braças), apenas uma rosa dos ventos para orientação cardeal – no caso da vista leste de Anhatomirim. Não possuem, a princípio, compromisso com equivalência nas dimensões de desenho e realidade, o que explicaria a proporção de alguns elementos dentro do desenho. E não sendo um corte ou perfil, sua intencionalidade é claramente retratar fachadas à mão livre, o que ressalta suas qualidades mais como desenhos artísticos do que técnicos.

Além do conjunto de desenhos feitos nesse período, Sá e Faria também executou Cartas Topográficas, que mostram a Ilha, sua localização meridional, e suas distâncias entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande de São Pedro. Elaboradas por ele e pelos demais Engenheiros Militares enviados para a missão de demarcação, tais mapas demonstram a preocupação da Coroa Portuguesa com o reconhecimento de seu território, e sua intenção de mantê-lo o mais extenso possível.

Imagem 51 – *Planta da Ilha de Santa Catharina e a costa da terra firme que compreende a mesma Ilha.* Autoria de José Custódio de Sá e Faria



Fonte: AHEx. Cota 08.02.1722.

⁵⁷ Os desenhos referidos fazem parte de um mesmo códice, existente na Biblioteca Municipal Mário de Andrade e que não foi possível consultar presencialmente. Utilizamos as reproduções disponíveis no Banco de Dados Internacional sobre Fortificações (www.fortalezas.org), as quais foram reproduzidas fotograficamente por Eliane Veras da Veiga.

Com o ataque dos castelhanos à Vila do Rio Grande, em 1763, e sua subsequente promoção à Governador e Capitão General da Capitania do Rio Grande de São Pedro, José Custódio de Sá e Faria torna-se cada vez mais cioso da importância geopolítica da Ilha de Santa Catarina, e da necessidade de se mapear e conhecer os caminhos entre o chamado “Continente do Rio Grande” e o Rio de Janeiro. Após seu retorno à recém-transferida capital, e mesmo no tempo em que esteve a serviço do Morgado de Mateus (Governador da Capitania de São Paulo), Sá e Faria continuaria executando mapeamentos e levantamentos topográficos de localizações fronteiriças, que apresentassem alguma ameaça de invasão.

Para a Ilha de Santa Catarina, seu legado constitui-se, conforme apresentado, do mapeamento geográfico da Ilha, e do planejamento de três fortificações e execução de duas destas, reforçando uma estrutura de defesa que havia sido iniciada anteriormente. Não houve, nos acréscimos feitos por José Custódio de Sá e Faria, qualquer indício de desqualificação do modelo de defesa projetado por José da Silva Paes. Percebe-se uma certa complementariedade entre o que foi feito em 1739/1748 e a partir de 1761: no primeiro momento, a defesa da Ilha e seu território, em seguida a defesa da Ilha e seus habitantes; fortificações de grande escala construídas em ilhas ou ilhotas, com vistas entre si e para o canal, e depois, pequenos fortins que defendiam o núcleo urbano.

Vemos assim que Sá e Faria parte das estruturas já construídas na Ilha de Santa Catarina – representando-as graficamente e conhecendo-as – para, em seguida, projetar novas fortificações, concentrando sua atenção em proteger a Vila do Desterro, uma vez que as plantas que desenha são para fortificações localizadas na região do estreito ou já próximas do núcleo urbano.

A questão construtiva também se manifestaria nas cartas e mapas elaborados da Ilha de Santa Catarina, com a localização das fortalezas. Na imagem 47 temos a indicação das Fortalezas da Baía Norte e da Baía Sul e, a partir de sua construção, também serão indicados os fortes de proteção da Vila. Conhecer o território e representá-lo cartograficamente englobará representar suas estruturas de defesas construídas ou em construção.

Essa representação cartográfica estaria mais relacionada com a dimensão simbólica dos mapas do que com sua exatidão. A presença das construções fortificadas no mapeamento de Santa Catarina pode ser entendida como parte de discurso de persuasão apontado por Harley (2001, p. 37), do convencimento que os mapas exerciam por se tratarem de imagens retóricas; de uma

tentativa, talvez, de demonstrar à Coroa Portuguesa que a Ilha de Santa Catarina estava guarnecida, conforme havia sido solicitado fazê-lo.

Assim constituiu-se o Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina: a partir de um núcleo inicial de quatro fortificações, acrescidas de mais duas na década de 1760, e posteriormente outras cinco até a tomada da ilha pelos castelhanos, “totalizando 11 principais fortificações antes do final do século XVIII” (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p. 29). Tal é a forma em que ele se apresenta no levantamento feito Jozé Correia Rangel, *Defeza da Ilha de Santa Catharina*, e do Rº Gr.de de S. Pedro, último documento iconográfico do século XVIII analisado em nossa pesquisa.

Elaborado em 1786, o manuscrito divide-se em duas partes: a primeira, relativa à Ilha de Santa Catarina; e a segunda, ao Rio Grande de São Pedro. Apresenta um cuidadoso estudo acerca das fortificações e dos uniformes das tropas – estampas coloridas, desenhos das plantas e mapas de levantamento geral. Além da parte iconográfica, possui tabelas, arrolamentos minuciosos de armamentos de cada fortificação, relações das guarnições militares e, ao final um inventário de gêneros.

O manuscrito de Correia Rangel marca o final de nosso recorte temporal. É possível que tenha sido elaborado, parcialmente, após 1786 (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p.196). Interessa-nos, sobretudo, analisá-lo como o primeiro levantamento de fortificações da Fronteira Sul feito após a tomada da Ilha pelos castelhanos. Contém todas as edificações construídas pelos Brigadeiros Silva Paes e Sá e Faria, além de outras fortificações, formando o Sistema Defensivo da Ilha no último quartel do século XVIII (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p. 29).

A primeira observação a ser feita sobre o documento é o tratamento, enquanto conjunto, da Capitania de Santa Catarina e da Capitania do Rio Grande. *A Defeza...* é um manuscrito relativo à Fronteira Sul, e ainda que nominalmente se apresentem separados, os dois territórios são entendidos como parte de um todo, formando a porção meridional da América Portuguesa. Por razões administrativas, estão divididos em duas partes, porém geográfica e militarmente, percebemos que são uma coisa que se inter-relaciona, com ligações bastante estreitas.

A segunda observação é relativa à sua organização: primeiro são apresentados os *mapas*⁵⁸ das tropas e do armamento, e depois as plantas das fortificações. A seguir ao *Plano* de cada

⁵⁸ Adotamos como convenção o destaque em itálico para as palavras “mapas/mappa/mapa” quando se referirem às tabelas elaboradas para contabilizar ou efetuar um levantamento, conforme eram chamadas no século XVIII.

fortaleza, temos o *mapa* de sua respectiva artilharia. Cada estrutura de defesa é retratada em um fólio, dividido em três partes: fachada, a planta baixa, e uma explicação (legenda do representado no desenho) acompanhada do *petipé*. *Para o Rio Grande, após o Plano do Forte da Villa de S. Pedro, inicia-se o Mapa da Artilheria, e mais Petrechos de Guerra que seachão nos Armazens da Villa do Rio Grande de Porto Alegre, e do Rio Pardo*, que contém um levantamento de gêneros dos respectivos armazéns.

O terceiro ponto de investigação é o dos desenhos das fortificações. Não possuindo grande detalhamento na planta baixa, ou mesmo de alguns dos seus edifícios, seu destaque fica por conta da inventariação, da reunião de planos de tantas construções.

A parte que nos interessa é a da Capitania de Santa Catarina. O documento apresenta plantas e mapas para 08 construções defensivas para a Ilha: *Fortaleza de S. Cruz de Anhatomerim, Fortaleza de S. Joze da Ponta Grossa & Bateria de S. Caetano, Forte de S. Antonio de Ratones, Forte de S. Francisco da Praia de Fora, Forte de Sta Anna do Estreito, Forte de S. Luiz da Praia d' Fora, Forte da Conceição da Barra do Sul, Forte de S. Barbara da Villa*.

Estas construções estão identificadas em vermelho no *Plano p.^a servir d'demonstração dos lugares fortificados da Ilha de Sta Catharina*, trabalho cartográfico que abre o documento. Sua disposição organizacional segue uma ordem norte-sul, revelando quatro novas fortificações que não constavam nos demais documentos consultados: a Fortaleza da Conceição, o Forte de São Luiz da Praia de Fora, a Bateria de São Caetano e o Forte de Santa Bárbara da Vila.

Sobre a primeira, há uma indicação no referido mapa da Fortaleza da Conceição situada à Lagoa de mesmo nome atualmente, porém não foi representada com plano à parte, somente com o *Mapa de Art.^a e mais Petrexos...* Segundo Toner e Oliveira (2015, p. 47), “as informações sobre essa fortificação são escassas: acredita-se ter sido iniciada por volta de 1775, por determinação do governador militar da Ilha de Santa Catarina, Marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça”. Contando com apenas quatro peças, “é possível que tenha desaparecido ainda naquele período, pois mapas do início do século XIX já não trazem mais indicada essa fortificação”.

A segunda edificação, o Forte de São Luiz da Praia de Fora, “foi construído por volta de 1771, no governo de Francisco de Souza Menezes (1765-1775), com projeto atribuído ao Sargento-mor Francisco José da Rocha (...) Sua função, junto com o Forte de São Francisco Xavier, era defender a Praia de Fora e o acesso norte à Vila (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p. 47). Temos

então que haviam duas fortificações próximas em localização para defesa da Vila do Desterro: uma construída por volta de 1764 pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, e outra em 1771. Ambas desapareceram, tendo sido “vendidos em hasta pública para serem demolidos” (CABRAL, 1972, p. 40).

Quanto ao Sargento-mor Francisco José da Rocha, também a ele é atribuída a autoria da Bateria⁵⁹ de São Caetano, construída como “complemento à defesa do flanco leste da Fortaleza de Ponta Grossa” (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p. 45). Tendo sido edificada para proteção das atuais praias de Jurerê e Canasvieiras, foi justamente “a primeira fortificação do sistema defensivo a ser tomada pelas forças espanholas” (idem) que desembarcaram nesta última. No manuscrito de Correia Rangel, seu desenho consta junto ao *Plano da Fortaleza de S. Joze da Ponta Grossa*, o que reforça mais uma vez sua função de estrutura defensiva complementar e a importância de do levantamento feito em 1786, uma vez que hoje restaram suas ruínas como parte do entorno da Fortaleza de São José.

Imagem 52 – Bateria de São Caetano com vista para a praia de Jurerê.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

A quarta edificação que está no levantamento de José Correia Rangel que não constava dos

⁵⁹ Define-se como *Bateria*: plataforma, geralmente coberta, onde era disposto um certo número de bocas de fogo de artilharia. Ver: NUNES, 2005, p. 64.

documentos anteriores é o Forte de Santa Bárbara da Vila.

Essa fortificação tinha a finalidade de impedir um desembarque na Praia da Vila, que era considerada extremamente vulnerável caso alguma embarcação inimiga viesse a ultrapassar as defesas da Fortaleza de [Nossa Senhora da Conceição de] Araçatuba, na Barra Sul da Ilha (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p.44).

Hoje incorporado ao tecido urbano do centro de Florianópolis, o Forte de Santa Bárbara abriga o Centro Cultural da Marinha em Santa Catarina – Museu Naval, depois de ter sido continuamente utilizado ao longo dos séculos XIX e XX. “Não há documentos que indiquem com precisão o ano de construção e o criador do forte de Santa Bárbara⁶⁰”, mas segundo Dias (2004, p. 291) a obra do Forte de Santa Bárbara “se poderá atribuir ao engenheiro Joaquim Correia da Serra e datar de cerca, ou de pouco antes, de 1786.” Seu registro por Correia Rangel e por viajantes que passaram por Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX permitem afirmar sua existência pelo menos a partir de 1774.

Como poder visto pelo desenho da versão fac-símile (Tonera e Oliveira, 2015, p.148), estava localizada em uma ilhota,

possuía uma ponte de dois arcos que comunicava com terra e estava rodeada por uma cortina baixa, mas razoavelmente forte, conformando uma esplanada única, onde também foram construídos os quartéis e armazéns. Era completamente irregular, tendo a Norte uma meialua que se juntava a um retângulo, do lado oposto. (DIAS, 2004, p. 291).

Devido ao uso quase ininterrupto, o Forte encontra-se descaracterizado de suas feições coloniais, permanecendo na paisagem como herança das transformações vividas pela edificação e pelo seu entorno, e ressignificado em sua função enquanto Centro Cultural e Museu Naval.

⁶⁰ Informação do *Folder* de apresentação do Museu Naval. Acervo Pessoal, 2019.

Imagem 53 – Forte de Santa Bárbara da Vila na atualidade.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

O que o manuscrito nos permite concluir é que nas últimas décadas do século XVIII, a Ilha de Santa Catarina contava com um conjunto de edificações protegendo a Vila e a própria ilha, pelas barras norte e sul, formando o chamado Sistema Defensivo. Iniciado em 1738, cerca de 50 anos depois contava diferentes tipologias fortificações – forte, fortaleza e bateria – além de “uma série de defesas complementares (...) visando barrar um eventual desembarque ou conter o avanço das tropas castelhanas.”(idem)

Tal intento não foi alcançado, como veremos no próximo item. Contudo, as qualidades construtivas aliadas à preservação pelo uso fizeram com que seis exemplares chegassem aos dias atuais sendo utilizados – com exceção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra Sul, cujo estado atual é de arruinamento.

Vemos como o Sistema Defensivo foi construído desde a criação da Capitania de Santa Catarina até a Invasão dos Castelhanos, e diferenciamos três momentos principais: entre 1738 e 1747, com o Brigadeiro José da Silva Paes; a partir de 1761, com o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, e por fim já na década de 1770, quando então os governadores seguintes levantam estruturas de defesa já receando a movimentação de tropas na fronteira.

O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina constitui, a nosso ver, um modelo singular de

fortificações. Trata-se de um sistema estratégico funcional por um curto período de tempo, que efetivamente foi testado em seu propósito e construído em um espaço periférico com rapidez e qualidade impressionantes, permanecendo até os dias atuais como elementos residuais da paisagem.

Sobre sua contribuição arquitetônica e suas particularidades frente à arquitetura militar brasileira e seus sistemas de defesa, não podemos deixar de concordar com Toner e Oliveira (2015, p. 31):

Do ponto de vista arquitetônico, foram influenciadas por outras obras similares erguidas pelos portugueses na Europa, Ásia e em outras partes do Brasil. As peculiaridades das fortificações em Santa Catarina, no entanto, se revelam no seu inteligente ajuste às variadas condições topográficas locais, criando uma grande diversidade de soluções tipológicas entre si e em relação às demais fortificações brasileiras. Nelas não vamos encontrar a solução tradicional do forte regular com baluartes destacados, mas sim terraplenos ou platôs geralmente contidos por trechos descontínuos de muralhas baixas, formando desenhos irregulares, com os canhões atirando quase sempre por sobre os parapeitos dessas muralhas, à barbete, como se dizia então. Os edifícios não estão enclausurados no interior da fortificação, como era comum, mas sim descontinuados na paisagem. Na maior parte dos casos, as próprias ilhotas que abrigavam a maioria dessas construções funcionavam como recintos naturais fortificados, garantindo por si só o necessário e suficiente isolamento e proteção da praça-forte.

3.3 A Invasão Castelhana e o Tratado de Santo Ildefonso (1777)

A construção do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina começou, como vimos, pela proteção das entradas nas baías Norte e Sul. Iniciar a defesa da ilha pelo guarnecimento das baías de entrada pode ter sido, como já visto, uma estratégia decorrente de experiências anteriores dos engenheiros militares envolvidos, não apenas do Brigadeiro José da Silva Paes, mas também de seus superiores – “opinando pela defesa das barras, resguardava a Ilha de um desembarque, que na costa oceânica não seria fácil, da sua ocupação total” (CABRAL, 1972, p. 22).

O maior número de fortificações na Baía Norte justifica-se pelas condições de navegação mais

meridionais, uma vez que “a pouca profundidade, os rochedos e as correntes dificultavam grandemente o acesso” (DIAS, 2004, p.285) na Baía Sul, protegendo-a naturalmente. Assim, optou o Brigadeiro José da Silva Paes por edificar três fortificações, que utilizassem as condições naturais para melhor guarnecer a entrada.

Sobre o incremento no número de fortificações, Oswaldo Cabral comenta:

Silva Pais foi enviado com ordens de construir uma fortificação – e meteu mãos à construção de três; isto explica o fato de que ele não ignorava que uma fortificação de nada adiantaria, pois o alcance de tiro da artilharia da época não era suficiente para atravessar a barra de lado a lado. Assim, não podendo fazê-lo, como engenheiro militar optou pelo sistema dos fogos cruzados, buscando pontos para obter a triangulação. Não os encontrou senão aqueles em que levantou os baluartes. O fato poderia tê-lo contrariado, pela evidência de serem os únicos possíveis, não pela sujeição a ordens recebidas, pois a ele cabia encontrar os pontos e não cingir-se a uma escolha feita pela Metrópole ou pelo Vice-Rei. Acreditamos também que não iniciou a construção de três fortes sem levar às instâncias superiores o conhecimento de que um só – conforme a ordem que recebeu, mas ele não iria, sem permissão, triplicar os gastos com três construções, em vez de uma, quando para esta já se lhe recomendava economia. (CABRAL, 1972, p. 23)

Em relação aos gastos com as fortificações, vimos que em sua correspondência ao Conselho Ultramarino Silva Paes encaminhou a Certidão do Comissário de Mostras, de forma a demonstrar a necessidade dos mesmos e, possivelmente, justificar seu aumento. Quanto aos locais de construção das fortificações, Boiteux aponta que Silva Paes, “esclarecido engenheiro militar que era, crente nos progressos da balística, escolheu os três acidentes referidos (as ilhas de Anhatomirim e Ratonas e a Ponta Grossa) para assentar a defesa fixa da barra norte da Ilha de Santa Catarina” (BOITEUX, 1957). A escolha das ilhas apresentou-se, portanto, como “natural”, por alguns motivos: por se tratar de uma técnica – o cruzamento de fogos para cobrir grandes distâncias – já conhecida e aplicada em outros portos e baías, e pela existência de condições geográficas em Santa Catarina que permitissem tal esforço.

A partir do desenvolvimento da piro balística, “as atividades dos engenheiros guardavam a mais íntima ligação com as do artilheiro” (TAVARES, 1965, p. 17), fazendo com que aqueles conhecessem cada vez mais do ofício destes. O binômio Artilharia-Engenharia atinge sua máxima expressão na fortificação moderna, que combina os baluartes avançados com “peças de calibre já bem considerável” (TAVARES, 1965, p.16). Assim, as fortificações construídas a partir do século XVI desenvolviam-se e adaptavam-se de acordo com o desenvolvimento da Artilharia, quer para melhor se defenderem (contrafortes e escarpas mais espessos) quer para

melhor atacarem (baluartes avançados e ângulos de flanco e cortinas mais fechados).

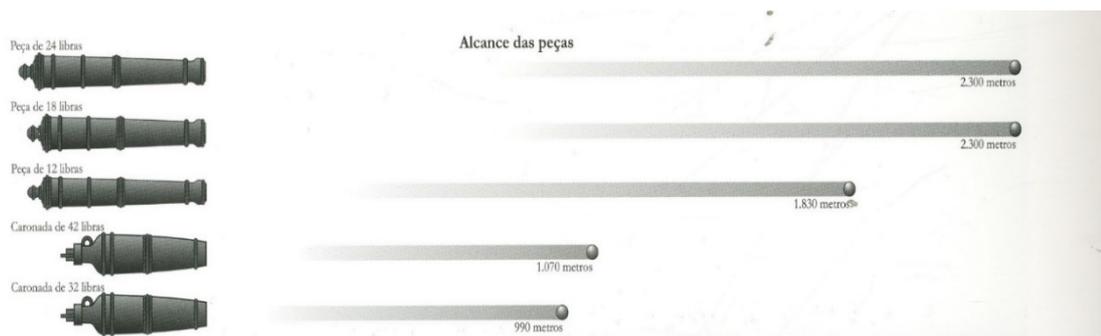
A ligação entre Artilharia e Engenharia manifesta-se nos pedidos por peças de artilharia para guarnecer as fortificações, nas solicitações para envio de tropas, pagamentos ou formação de Regimentos, e principalmente, nos Mapas elaborados para contabilizar os apetrechos de cada Fortaleza, como os elaborados por José Correia Rangel em seu manuscrito. Assim, além do risco e da construção em si, os Engenheiros Militares também levavam em conta as peças de artilharia e a guarnição necessária para as fortificações.

Boiteux alude à crença do Brigadeiro Silva Paes de que, com seu aperfeiçoamento constante, “em breve o alcance das peças atingiria a cobertura a ser feita” (idem). Cabral pondera que, talvez, Silva Paes “não tenha sido informado com exatidão das distâncias reais entre os três pontos” ou que, ainda, “já havia artilharia com alcance suficiente para cobri-las, tendo esperado que a Metrópole com ela armasse os seus bastiões, e não com o que enviou, de menor alcance” (CABRAL, 1972, p.23).

Haviam, segundo o levantamento de Rangel, onze exemplares do canhão de ferro modelo Armstrong na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, nove em São José da Ponta Grossa, cinco em Santo Antônio de Rationes, além de três unidades no Forte de São José da Barra de Rio Grande. Esse modelo, calibre 24 libras, tinha por alcance máximo “cerca de cinco quilômetros e meio (3 milhas náuticas), disparando em reparos especiais que permitisse 45° de elevação” (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p. 75). Como o disparo nunca era feito nessas condições – “o máximo que uma carreta naval ou reparo comum permitia era um tiro com cerca de 15° de elevação” (TONERA; OLIVEIRA, 2015, p. 75) – tiros de maior precisão poderiam ser considerados até dois quilômetros.

O canhão era a principal e mais comum boca-de-fogo das fortificações meridionais da América Portuguesa. Outras bocas-de-fogo como o morteiro, o obus (obuseiro), dentre outras, com tamanhos e calibres diferenciados, tiveram pouca presença na fronteira sul. Era genericamente chamado de peça, e classificado de acordo com o calibre – o peso do projétil utilizado, medido na libra inglesa. Tal classificação também influenciava no alcance do disparo, como pode ser visto abaixo:

Imagem 54 – Comparativo calibre X distância.



Fonte: PEREIRA; CABRITA, 2010.

Segundo Toner e Oliveira (2015, p. 75) e conforme imagem acima, “o fogo eficaz da peça começava a uma distância de 800 a 900 metros (quando poderia causar danos leves à muralha de um forte). O seu alcance ideal em emprego seria para distâncias inferiores a 400 metros. Devido ao peso, esse tipo de peça era usado nos conveses inferiores de naus de linha, 3ª classe ou superior (a partir de 60 peças) ou em fortificações.

Podemos dizer que, se as fortalezas da Baía Norte não cruzavam fogos efetivamente, “era necessário (...) pelo menos, tentar fazê-lo, pelo que a escolha das ilhas não foi aleatória, mas forçada pelo alcance das peças de artilharia do tempo” (DIAS, 2004, p. 285). Vemos então como, no caso da Ilha de Santa Catarina, a escolha “natural” pelas ilhas conjuga acidentes geográficos com avanços/limitações tecnológicas da artilharia para efetuar a defesa.

A invasão dos Castelhanos à Santa Catarina em 1777 começou com o desembarque de tropas na praia de Canasvieiras, no norte da ilha. O General D. Pedro de Ceballos “não arriscou a sua esquadra, tentando a penetração do estreito para ancorar na baía e aí executar o desembarque das suas tropas, preferindo fazê-lo em mar aberto para atacar um dos fortes pela retaguarda” (CABRAL, 1975, p.23). Teria sido, segundo o autor, “pela desconfiança de que a artilharia dos fortes poderia obstar-lhe o passeio marítimo?” (CABRAL, 1975, p.23).

Ceballos conhecia a Ilha de Santa Catarina de outras passagens, e mesmo assim optou por não expor suas embarcações à linha de tiro do triângulo da Baía Norte. Se as fortalezas conseguiam cruzar fogos e causar danos, ainda que de forma imprecisa, ficava assim justificada sua opção. Portanto, não foram questões técnicas envolvendo as fortificações que justificam a tomada da Ilha em 1777.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 O Estatuto do Tombamento e o Patrimônio Fortificado

O termo Patrimônio Cultural do Exército ainda hoje permanece bastante relacionado às construções militares, dentre as quais se destacam as fortificações. Entretanto, dentro do escopo considerado Patrimônio do Exército, existem outros bens imóveis: Casas Históricas, Memoriais, Monumentos, Parques Históricos, Sítios Históricos e, é claro, as Fortificações. Existem também bens considerados patrimônio cultural não-edificado, como é o caso das coleções de numismática, uniformes e os documentos oficiais, que recebem por parte das Forças Armadas tratamento arquivístico e patrimonial.

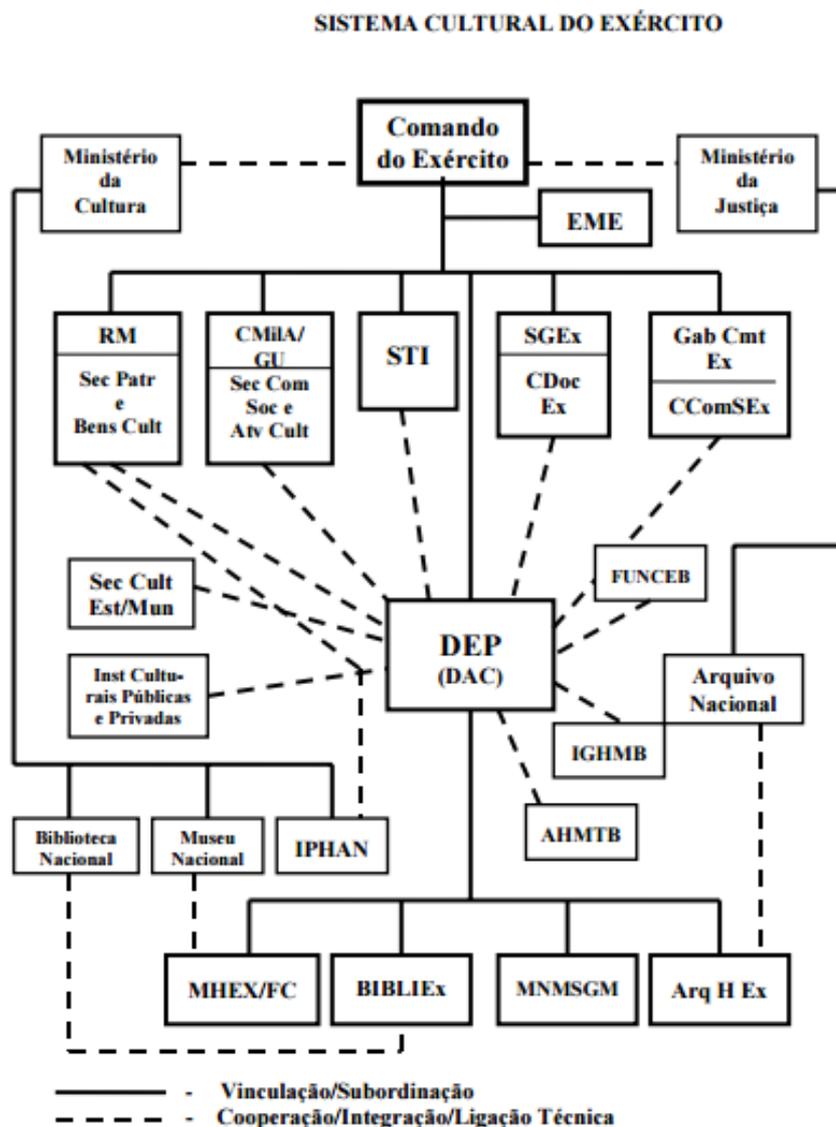
Percebe-se a partir do recorte “Patrimônio Edificado” uma grande variedade tipológica, conforme apresentado, com destaque para a exemplaridade das Fortificações. Entendemos por fortificação todos os sítios ou obra de proteção coletiva e de defesa militar de uma determinada área ou local; e envolve todos os elementos para fins defensivos como armadilhas, paliçadas, fossos, covas de lobo.

Dentro do Exército Brasileiro, a estrutura administrativa relativa às fortificações foi estudada como ponto de partida inicial da discussão. O pressuposto é que, sendo o exército detentor desse patrimônio, e o mesmo tombado pelo IPHAN ou demais órgãos de proteção ao patrimônio, estabelece-se uma interface entre instituições civis e militares. Nosso interesse foi analisar como isso é gerido dentro do Exército Brasileiro e nas instituições governamentais, a partir dos dois exemplos selecionados.

Em 2008, foi instituída a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), resultado de um processo de reestruturação interna conduzido a partir de estudos que mostraram a variedade de atribuições da antiga Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) e do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Tal reestruturação pode ser entendida como uma nova abordagem do Exército Brasileiro acerca de seu patrimônio cultural.

Podemos ver, a partir do organograma a seguir, anterior à reestruturação ocorrida em 2008, as interrelações entre os antigos DEP/DAC e as demais instituições governamentais não-militares.

Imagem 55 – Organograma DEP/DAC.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército-AHEx.

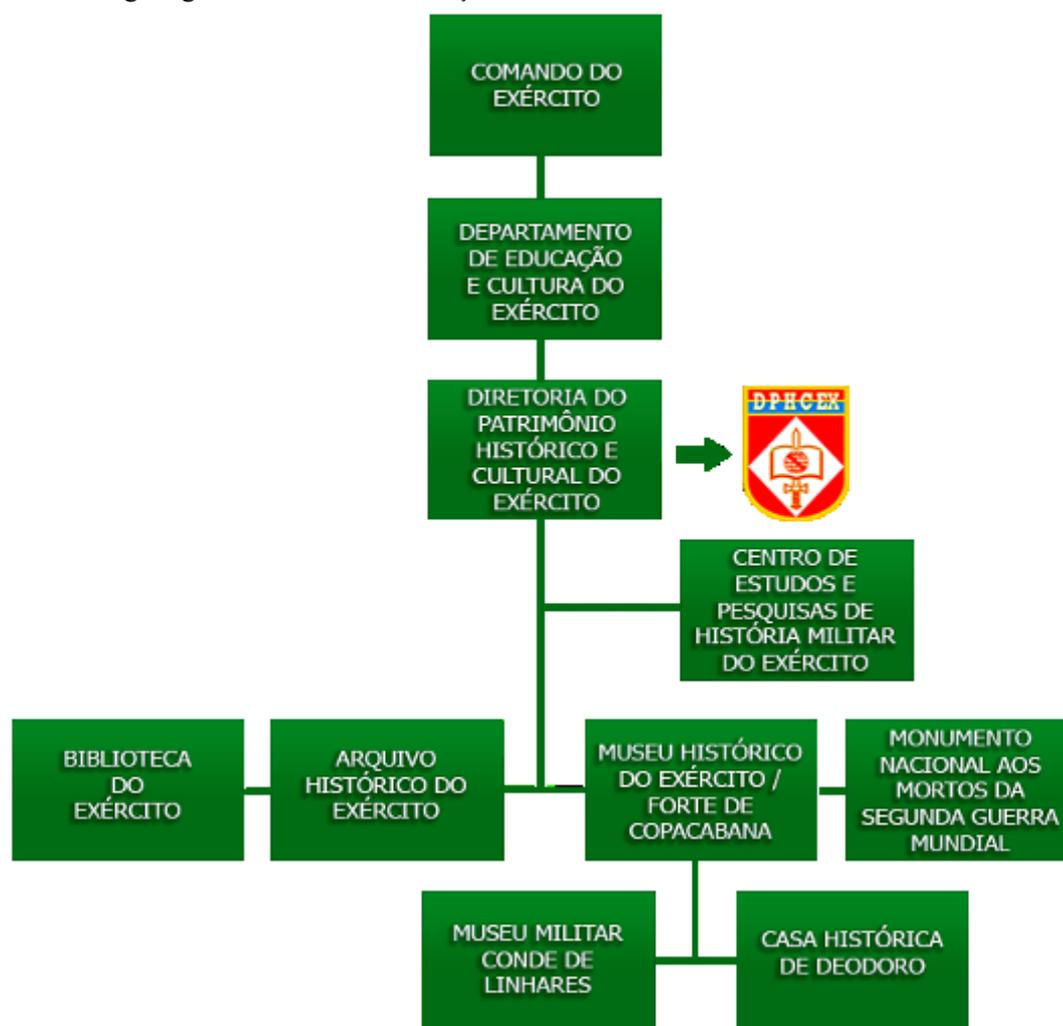
No primeiro organograma, é sinalizada a relação de cooperação/integração/ligação técnica entre o DEP/DAC e o Ministério da Cultura, particularmente com três instituições: a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e o IPHAN. A preservação dos bens culturais do Exército é o elemento que, acreditamos, inter-relacionar as diferentes instituições.

O diálogo entre o atual Departamento de Educação Cultural do Exército (DECEEx), responsável pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEEx), e o Ministério da Cultura, tornou-se, a partir da reestruturação, uma das atribuições da diretoria:

Ligar-se com o Ministério da Cultura, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico Nacional (IPHAN) e do Departamento de Museus (DEMU), e com outros órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, para tratar de assuntos culturais.⁶¹

No organograma atual, estão presentes os principais espaços culturais do Exército e sua subordinação à Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural:

Imagem 56 – Organograma atual: Subordinação DPHCEX.



Fonte: DPHCEX/DECEX. Disponível em: <http://www.dphcex.eb.mil.br/subordinacao>. Acesso em: 10/05/2017.

Além das instituições estatais brasileiras presentes nos organogramas apresentados, a DPHCEX tornou-se, em 2013, integrante do Comitê Científico Internacional sobre fortificações e Patrimônio Militar (ICOFORT), do Conselho de Monumentos e Sítios (ICOMOS). A criação do ICOFORT, em 2005, sinalizou um novo direcionamento na preservação de edificações

⁶¹ Ver: http://www.dphcex.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=264 Acessado em 10/05/2017.

militares: seu reconhecimento como patrimônio mundial, para o qual se faz necessário criar mecanismos e institutos de preservação próprios.

O ICOFORT também demonstra a tendência internacional de valorização de edificações militares, que perderam seu sentido defensivo original e, portanto, a necessidade de repensar sua preservação, uso e significado. Dentro do patrimônio, o reconhecimento dessas edificações por parte do ICOMOS e a criação de outro comitê ilumina uma nova área no campo, que permite a integração entre Exército e instituições civis.

A tendência de preservar fortificações mostra-se, portanto, como internacional, abrangendo países que possuem esse tipo de edificação, e que, devido ao desenvolvimento bélico pós-II Guerra Mundial, tornaram-se obsoletas. A criação do ICOFORT permite articular ações para propor novos usos e funções às fortificações, a partir de uma rede de trocas de experiências em âmbito mundial.

No caso brasileiro, a DPHCEX possui 77 espaços culturais cadastrados distribuídos entre as doze Regiões Militares⁶². A proposta para esses espaços é apresentá-los como símbolos vivos da história do País, uma referência visual na imagem das cidades, pela posição privilegiada que as fortificações, em particular, quase sempre ocupam, sendo marcos da evolução urbana onde se encontram.

Para viabilizar e implantar suas atribuições, a DPHCEX possui normas e legislações específicas acerca da preservação e difusão do patrimônio cultural do Exército Brasileiro. Dentre essas, destacamos a Portaria nº 1.030, de 11 de outubro de 2013, que “Aprova as Instruções Gerais para a Criação, Denominação, Organização, Funcionamento, Preservação e Extinção de Espaços Culturais no âmbito do Exército Brasileiro”.

Tal Portaria, em seu artigo 5º, caracteriza os espaços culturais do Exército brasileiro em oito categorias: Casa Histórica, Memorial, Monumento, Museu Militar, Parque Histórico, Sala de Exposição, Sala de Troféus e Sítio Histórico. Percebe-se a partir da portaria a variedade de espaços culturais propostos pela Ordem Militar, o que explicaria a quantidade e dispersão dos mesmos no território nacional.

Logo no ano seguinte, em 29 de maio de 2014, é publicada uma nova portaria (n. 76), que

⁶² Ver: http://www.dphcex.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=269
Acesso em 10/05/2017.

“Aprova as Instruções Reguladoras para Criação, Organização, Funcionamento e Extinção de Espaços Culturais”. Temos assim um conjunto de Normas que regulamenta a forma e a constituição dos espaços culturais, o que corrobora nossa indicação de uma nova abordagem do Exército Brasileiro acerca de seu patrimônio cultural.

A preservação das fortificações pela DPHCEX atua na direção de “priorizar edificações que possuam um significado coletivo para determinada parcela da população (...) facilitar e incentivar o acesso da sociedade aos espaços culturais do Exército” . De certa forma, a preservação das fortificações diz respeito ao uso das mesmas, principalmente no que tange ao acesso da sociedade à esses espaços.

A relação entre preservação, memória e história é central dentro da organização do Sistema Cultural do Exército (SCEX), que possui dentre suas contribuições a “ampliação do conhecimento da Instituição pela sociedade, resultante de divulgação ampla e transparente do seu patrimônio histórico e cultural. ”

A normativa sobre abertura das fortificações à visitação pública foi publicada em 13 de novembro de 2000 (Portaria n. 615). É anterior, portanto, à criação da DPHCEX. Sua finalidade consiste em “regular a abertura das fortificações militares do Exército à visitação pública”, e seus objetivos são divididos em gerais e específicos. Nos objetivos gerais temos: “Divulgar junto à população brasileira a imagem de um Exército que se preocupa com a preservação de seu patrimônio histórico; Possibilitar a divulgação da história militar brasileira”.

E como objetivos específicos,

Captar recursos para a manutenção dos fortes e fortalezas; Estabelecer normas em relação aos horários e formas de visitação pública das fortificações militares, bem como definir as condições de acesso a esses locais, as informações a serem prestadas e o tratamento a ser dispensado aos visitantes; e Estabelecer regras para a realização, pela mídia, de reportagens sobre os fortes e fortalezas sob a jurisdição do Exército.

Chama atenção que, dentre os objetivos específicos da Portaria Nº65, o primeiro seja relacionado à manutenção dos fortes e fortalezas, destacando a necessidade de recursos. No mesmo ano, em 15 de março de 2000, havia sido então fundada a FUNCEB – Fundação Cultural do Exército Brasileiro, “entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dispondo de autonomia administrativa, financeira e patrimonial” .

A FUNCEB resultou de uma iniciativa conjunta do Terceiro Setor (empresariado) junto ao Comando do Exército para, como primeira finalidade, “desenvolver ações relacionadas a atividades de natureza cultural, desportiva, educacional, de comunicação social, de preservação do meio ambiente e de assistência social desenvolvidas pelo Exército Brasileiro”. Trata-se, portanto, de uma nova maneira de conciliar os interesses de preservação e divulgação do Patrimônio Militar e o reconhecimento destes pelo Estado e sociedade civil.

A criação da FUNCEB atende ao primeiro dos objetivos específicos estabelecidos na Portaria n. 65, acerca da captação de recursos para manutenção dos fortes e fortalezas. A mesma portaria também estabelece, em seu item 4 (Contatos com a Imprensa) quais são os “assuntos a serem tratados”, os “assuntos a serem evitados” e os “assuntos a serem destacados”. Entende-se, portanto, que a abertura dos fortes e fortalezas é de interesse da Organização Militar e necessária à manutenção dos mesmos, porém é necessário cuidado com as informações divulgadas sobre essas edificações.

4.2 A gestão das Fortificações

A permanência e a resistência ao tempo das fortificações do Sistema Defensivo de Florianópolis demonstram a qualidade do projeto arquitetônico elaborado pelo Brigadeiro José da Silva Paes e de sua execução, acrescido pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, e complementado ainda antes da Invasão Castelhana. A adaptação à topografia local e o cuidado na escolha da localização exemplificam a preparação dos engenheiros militares portugueses para lidar com situações adversas e sua capacidade construtiva.

Com relação às Fortificações do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina, nota-se sua ressignificação a partir do tombamento pelo órgão de preservação de patrimônio. Sua inserção na Lista dos Bens Tombados reflete a revalorização do edifício perante a sociedade – e sua necessidade de preservação a partir desse reconhecimento.

Dentro do que se pretendia refletir sobre fortificações e patrimônio, partimos do entendimento de que o uso garante a preservação do bem, e não seu engessamento temporal. O uso para fins turísticos ou mesmo outras formas de utilização contribui para a preservação do edifício. O tombamento não inviabiliza (ou a princípio não deveria inviabilizar) a utilização do bem – sua musealização é decorrência de interpretação equivocada do princípio da preservação.

A função de uma fortificação em uso patrimonial transforma-se então em preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural militar. As fortificações tornam-se lugares depositários de memória e história, e sua preservação permite que sejam usadas como tal e apropriadas pela população.

A conservação e utilização do sistema defensivo ao longo do tempo fez com que, atualmente, ele seja composto de edificações em ruínas (Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba e Forte Marechal Moura de Naufragados), fortificações em ótimo estado de conservação (Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratoles, na baía norte e Santana do Estreito, no centro da cidade) e fortificações transferidas para outras instituições (Forte de Santa Bárbara, para Marinha).

O nível de conservação e restauro das fortificações de Florianópolis pode estar relacionado ao seu uso pelo Exército ou outras instituições ao longo do tempo. O fracasso do sistema defensivo, projetado inicialmente pelo Brigadeiro José da Silva Paes e depois acrescido de edificações, no episódio de tomada da Ilha pelos castelhanos, em 1776, levou ao descrédito da função defensiva das fortificações. Dessa forma, as fortalezas foram sendo utilizadas de forma desagregada, o que certamente contribuiu para seu estado atual (FLORES, 2004).

Além disso, sua preservação ocorreu de forma separada. Quando de seu primeiro registro como patrimônio, em 1938, nenhuma das referidas fortificações foi tombada no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, apenas nos livros Histórico e de Belas Artes. Na verdade, o sistema defensivo de Florianópolis não foi considerado como tal em seu tombamento, que acabou por ocorrer em dois momentos distintos. Em 1938, o recém-criado SPHAN declarou tombadas a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratoles e Santana do Estreito. E nos anos 1980, foram tombados em 1980 e 1984, respectivamente, a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba e o Forte de Santa Bárbara da Praia da Vila.

Em 2015 houve uma re-ratificação nos tombamentos das fortificações de Florianópolis: a

Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos foi inscrita no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Temos assim duas fortificações do sistema inscritas no referido livro, e as demais preservadas por suas características históricas e/ou arquitetônicas.

Além dos diferentes estágios de conservação, o sistema não possui administração central, que o articule como tal: o triângulo defensivo da baía norte é administrado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Forte de Santa Bárbara foi cedido à Marinha, e as ruínas da Baía Sul, juntamente com o Forte de Naufragados, ainda estão sob jurisdição do exército.

O tombamento específico de cada fortificação, isto é, sua inscrição individual no Livro do Tombo, não contribuiu para sua apreensão enquanto Sistema Defensivo. Entretanto, o processo de recuperação e reabilitação das fortificações em curso a partir dos anos 1970 considerou as mesmas como conjunto, mantendo assim os desígnios originais de sua construção. O reconhecimento do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina como patrimônio está atrelado à sua preservação como um todo, uma vez que foi concebido como tal e, ainda que parcialmente, mantém essa característica.

Percebe-se que as fortificações de Florianópolis tiveram seu uso renovado a partir de acordos com outras instituições, que ratificaram sua importância histórica, cultural e paisagística. Do ponto de vista administrativo, as fortalezas da baía norte encontram-se, desde os anos 1990, sob responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, e foram restauradas e abertas ao turismo, enquanto a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, na baía sul, permanece sob gestão do Exército Brasileiro, arruinada e de difícil acesso.

Assim, dentro do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, foi preservado o triângulo norte, administrado pela UFSC, do qual duas fortificações foram selecionadas para a Lista Indicativa ao Patrimônio Mundial: Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e Forte de Santo Antônio de Ratonos. Entretanto, temos que as particularidades das fortificações de Florianópolis não residem apenas em suas características arquitetônicas. É sua característica enquanto Sistema Defensivo que deve ser considerada na elaboração de estratégias de gestão, preservação, manutenção e conservação.

4.3 A lista indicativa para UNESCO

Por se tratarem de edifícios cuja função original foi esvaziada, mas que apresentam qualidades que justifiquem sua preservação, transformar em patrimônio mostrou-se a alternativa mais comum (HARTOG, 2006), tanto para essa tipologia de edificação quanto para outras que são “convertidas” em patrimônio. No caso das construções fortificadas, sua preservação tornou-se uma questão para as Forças Armadas a partir do momento em que tais sítios se tornaram ultrapassados em suas funções iniciais, deixando de cumprir com suas finalidades defensivas e agregando outras atribuições (Centros de Estudo e Treinamento, por exemplo) ou convertendo-se em museus e/ou espaços culturais.

A inserção de edificações preservadas na paisagem funciona como testemunho do processo de permanência de elementos arquitetônicos pretéritos, registro das ações construtivas do homem. Uma vez deslocados de sua função primordial, adquirem sentido enquanto parte de uma história local, prova concreta dos fatos e acontecimentos históricos daquele sítio (CATROGA, 2001).

Tendo visto os diferentes estágios de conservação das fortificações e sua gestão fragmentada, é possível afirmar que o tombamento individual não atuou como instrumento de proteção direta desse patrimônio. Sendo assim, seu reconhecimento como sistema defensivo e como patrimônio deve estar atrelado à sua preservação e gestão como um conjunto, e não somente à inscrição nos Livros do Tombo em algumas categorias.

Dessa forma, apresentamos o conceito de Paisagem Cultural como o mais atual para garantir a manutenção de tais construções como patrimônio. Formulado pela UNESCO na Convenção Internacional para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1992, tornou-se um novo conceito de bem cultural, abrangendo a interação entre ambiente natural e atividade humana. A criação desse conceito surge a partir da demanda de preservação de sítios que não se encaixavam nas categorias já existentes, sendo assim um “alargamento” da categoria “bem cultural” (FOWLER, 2003).

Em linhas gerais, Paisagem Cultural foi definida como:

cultural properties and represent the "combined works of nature and of man"

designated in Article 1 of the Convention. They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal⁶³.

Como conceito baseado na interação, Paisagem Cultural aponta para o fim entre a dicotomia cultural X natural na preservação do patrimônio. Até sua criação, a Lista do Patrimônio Mundial (World Heritage List) contava com 3 categorias para inscrição de sítios: culturais, naturais ou mistos – estes últimos acolhendo inscrições que não se encaixavam nos anteriores. O conceito de Paisagem Cultural resulta das reflexões sobre a categoria mixed cultural and natural properties, e de forma mais completa, subdivide-se em três subcategorias: clearly defined lanscape, organically evolved landscape e associative cultural landscape.

Essa subdivisão advém da evolução do conceito de Paisagem Cultural. Foi inventado meio universitário no começo do século XX, por geógrafos e historiadores, e somente aceito no campo da conservação na década de 1990. Sua utilização pelo Comitê de Patrimônio Mundial foi pioneira, tendo contribuído para própria consolidação e utilização do conceito. Formulada como uma ampliação para proteção dos bens culturais, a Paisagem Cultural não deve ser entendida como um instrumento de preservação. Ela é uma categoria que pressupõe o reconhecimento do bem ou do sítio como patrimônio, e por isso permite a “reclassificação” de bens que já se encontravam na Lista de Patrimônio Mundial.

Portanto, a patrimonialização – entendida como tornar patrimônio através dos diversos instrumentos de preservação – é o que garante a salvaguarda legal de um bem cultural. Reconhecer um bem como Paisagem Cultural faz parte do processo de torná-lo patrimônio, na forma descrita na Lei. No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 §1, estabelece que:

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988)

Estão previstas assim formas de preservação do patrimônio que poderiam ser desenvolvidas

⁶³ Bens culturais e representam as "obras combinadas da natureza e do homem" designadas no artigo 1 da Convenção. Eles são ilustrativos da evolução da sociedade humana e assentamento ao longo do tempo, sob a influência das restrições físicas e / ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e de sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas (Tradução nossa).

posteriormente à Constituição Federal/88, como é o caso da criação da chancela “Paisagem Cultural”, em 2009, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Junto com o tombamento e a Lei de Valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário, a Chancela de Paisagem Cultural tornou-se um dos instrumentos de proteção utilizados para garantir legalmente a preservação.

Através da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, definiu-se a Paisagem Cultural Brasileira como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. O estabelecimento da chancela da Paisagem Cultural pelo IPHAN permitiu a criação de uma nova linha de atuação nas políticas públicas de preservação do patrimônio.

Na portaria, o conceito de paisagem cultural é definido como geograficamente delimitado ou de formas reconhecíveis (daí sua peculiaridade), e cujos traços inscritos no espaço possuem identidade (“atribuíram valores”). Tal definição aproxima-se do conceito de paisagem proposto pelos geógrafos Milton Santos e Aziz Ab’Saber. Para o primeiro, “paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos” (SANTOS, 2004), e para o segundo “paisagem é sempre uma herança (...) de processos naturais milenares (...) e do trabalho humano” (AB’SÁBER, 2003).

A paisagem, para a geografia, é um método de estudo, resultado da combinação dinâmica entre o natural e o fazer humano. Como metodologia, ela apresenta a noção de escala, simbolizada no recorte territorial. A paisagem geográfica é resultado de uma delimitação arbitrária do território, da mesma forma que a paisagem na arte é delimitada pelo olhar do sujeito, que conforma o espaço visto em espaço representado (CAUQUELIN, 2007). A definição de paisagem trazida pela arte transforma espaço em cenário. Ou ainda, mescla-se à noção de natureza, tornando comum a relação entre ambas. Paisagem se torna sinônimo de natureza. E é dessa forma que, muitas vezes, a paisagem é entendida para o turismo: como um cenário natural.

Por vezes, o turismo enquadra os bens culturais dentro desse ponto de vista, e consegue torná-los objeto de apreciação, da mesma forma que a arte recorta o espaço e o enquadra. Tem-se então o produto da fusão entre paisagem e patrimônio, vendido pelo turismo como “Paisagem Cultural” – e que pouco se assemelha com o conceito desenvolvido pelos órgãos de preservação do patrimônio.

O reconhecimento das fortificações do território nacional como patrimônio a ser valorizado

pode ser percebido na Lista Indicativa ao Patrimônio Mundial Cultural e Natural, elaborada periodicamente pelos países que fazem parte da UNESCO como primeiro passo na candidatura à chancela de Patrimônio da Humanidade. A Lista Indicativa Brasileira é composta, atualmente, por 24 bens, dentre os quais o “Conjunto de Fortificações do Brasil”, que apresenta 19 “monumentos representativos das construções defensivas implantadas no território brasileiro”⁶⁴.

A elaboração da proposta do Conjunto de Fortificações do Brasil sinaliza que esse patrimônio não tem significado apenas para as Forças Armadas, mas também seu reconhecimento como patrimônio nacional pela sociedade civil, ressaltando que tais fortificações já faziam parte dos Bens Tombados pelo IPHAN muito antes da elaboração da lista.

Reconhecê-lo como patrimônio, entretanto, não significa apreender seu sentido histórico, e perceber os diferentes sistemas que compunham a defesa do território da América Portuguesa, cada qual com uma origem e conformação diferentes. A proposta feita à Lista Indicativa fala de um “conjunto de fortificações”, justamente para efetuar cortes dentro de cada sistema, elegendo representantes. O caso do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina mostra que há outras tipologias de reconhecimento de bens culturais que permitem a integração de diferentes categorias de sítios (Ribeiro 2007), promovendo uma possível integração entre bens culturais preservados de forma isolada mas que de fato existem enquanto conjunto.

Uma vez que o conceito de Paisagem Cultural seja utilizado nesse caso, poderia resultar em um modelo de preservação patrimonial de bens militares possível de ser aplicado em outros sítios, fortalecendo a chancela e os respectivos bens culturais.

⁶⁴ Ver: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/821>. Acesso em: 09/05/2017.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do novo atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

ALMEIDA, Luiz Fernando de. O valor cultural da arquitetura militar e sua preservação. *Revista Cultura*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 20-42.

ALVES, Arthur da Motta. Contribuição para a biografia de José da Silva Paes, o fundador do Rio Grande. O selo brasonado do Brigadeiro José da Silva Paes. Rio Grande/RS. *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos*. Rio Grandre, v.3, n. 9-13, 1941.

AMORIM, Aníbal. História das Fortificações no Brasil. *Boletins do Estado-Maior do Exército, 1912-1921*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1921.

ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida. Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, n.20, p.149-185, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES. *História e Arqueologia*. v. 8. Lisboa: 1930.

AZEVEDO, João Lúcio de. Política de Pombal em relação ao Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1922. [Tomo especial do Congresso Internacional de História da América].

BAÊNA, Miguel Sanches de. “A artilharia moderna”. In: MOREIRA, Rafael. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

BANDEIRA, Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARRETO, Abeillard. Fontes para o estudo da história da ocupação espanhola do Rio Grande do Sul (1763-1777). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 343, abr./jun., 1984.

BARRETTO, Annibal. *Fortificações do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 2010.

BEBIANO, Rui. *A Pena de Marte – Escrita da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.

BENTO, Cláudio Moreira. *A guerra da restauração do Rio Grande do Sul, 1774-1776*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

BERGER, José Paulo; SOUSA, Pedro Marquês de. O Território, a Fortificação e os Engenheiros Militares. In: BERGER, José Paulo; GASPAR, Diogo (Coord.). *Fortificação do Território: a segurança e a defesa de Portugal do século XVIII ao século XIX*. Lisboa: Museu da Presidência da República/Exército Português/Câmara Municipal de Elvas, 2013.

BLUTEAU, Raphael. Verbete Engenharia. In: _____ *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v., 2 supl. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 09/04/2020.

BO, João Batista Lanari. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. Disponível em <unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/12971por.pdf>. Acesso em: 20/10/2020.

BOITEUX, Lucas A. Ephemérides Catarinenses. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, v. 9. p. 72 e 75, 1920.

_____. *Notas para a Historia Catharinense*. Florianópolis: Typographia da Livraria Moderna, 1912.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Arquitetura, humanismo e república: a atualidade do De re aedificatoria*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria nº 615, de 13 de novembro de 2000. Aprova as Normas para a abertura das Fortificações à visitação pública. *Boletim do Exército*. Brasília, DF, 24 nov. 2000. 2ª parte, p. 37. Disponível em: <https://silo.tips/download/boletim-do-exercito-ministerio-da-defesa-exercito-brasileiro-secretaria-geral-do-22>. Acesso em: 10/05/2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria nº 1.030, de 11 de outubro de 2013. Aprova as Instruções Gerais para a criação, denominação, organização, funcionamento, Preservação e extinção de espaços culturais no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-01.009) e dá outras providências. *Boletim do Exército*. Brasília, DF, 25 out. 2013. 2ª parte, p. 16. Disponível em: <http://www.dcipas.eb.mil.br/images/reforma/port-n-238-dgp-de-21-out-13.pdf>. Acesso em: 10/05/2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria nº 76-DECEX, de 29 de maio de 2014. Aprova as Instruções Reguladoras para Criação, Organização, Funcionamento e Extinção de Espaços Culturais (IR-EB60-IR-10.001). *Boletim do Exército*. Brasília, DF, 29 maio 2014. Disponível em: <http://www.dphcex.eb.mil.br/images/Secoes/SPPC/EspacosCulturais/Legislacao/Port076.pdf>. Acesso em: 10/05/2017.

BUCHO, Domingos. *Métodos e escolas de fortificação abaluartada em Elvas*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. Cartografia Militar no Brasil do século XVIII. O engenheiro cientista e artista José Custódio de Sá e Faria e a expedição à Fortaleza do Iguatemi. In: COLÓQUIO INTERACIONAL HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA MILITAR. Viana do Castelo, 2005. *Actas do...* Viana do Castelo: Câmara Municipal, 2005.

_____. *Desenho e Designio: O Brasil dos Engenheiros Militares*. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 2011.

CABRAL, Oswaldo R. *As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

_____. A devolução pelos espanhóis da Ilha de Santa Catarina em 1778 – cartas do vice-rei marquês do Lavradio, dirigidas ao coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara, governador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 317, out./dez., 1977.

CALDAS, Candido. *História Militar da Ilha de Santa Catarina*: notas. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

Carta do Recife. Seminário Internacional Fortificações Brasileiras – Patrimônio Mundial. Recife, Forte das Cinco Pontas, 04 a 07/04/2017.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de Pedra, canhões de bronze, homens de ferro*: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2015.

_____. Fortificação. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. L. (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. [verbete]

CATROGA, Fernando. *Memória, História, Historiografia*. Coimbra: Quareto, 2001 .

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHEFIA DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RELIGIOSA DO EXÉRCITO. *Igrejas e Capelas do Exército*. Lisboa: Exército Português. 1994.

CHUVA, Márcia. *Patrimônio Cultural*: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 28, n. 109-112, 1948.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. *Revista de História*. São Paulo, v. 1, n. 4, p. 437-452, 1950.

_____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1956. [Parte 1, tomos 1 e 2]

_____. *Tratado de Madri*. Antecedentes – Colônia do Sacramento (1669-1749). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Divisão de Obras Raras e Publicações, 1954 (Manuscritos da Coleção de Angelis, v.5)

CURADO, Silvino da Cruz. Afinal quem projectou e dirigiu a construção do Palácio de Vendas Novas? *Revista da Artilharia*. n. 941-946, P. 31-39, jan./jul., 2004.

DIAS, Adriana Fabre. *A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis*. 2005. 176f. (Dissertação em Desenho Urbano e Paisagem) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

ENGENHARIA. In: BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...* : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acesso em 09/04/2020.

ENGENHARIA. In: SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 09/04/2020.

FERRÃO, Leonor. *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Quetzal Editores, 1994.

FERREIRA, Mário Olímpio Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das partidas do sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Luís Serrão Pimentel (1616-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Lisboa. Dissertação. (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009.

FLORES, Maria Berndardete Ramos. *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina: 1777*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

FORTES, Manoel de Azevedo. *O Engenheiro Português*. 2v. Lisboa: Direção da Arma de Engenharia/Direção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército, 1993. Edição fac-similada.

FOWLER, P. J. *Word Heritage Cultural Landscapes 1992-2002*. Paris: UNESCO / Word Heritage Centre, 2003.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; RAMINELLI, Ronald. *Andanças pelo Brasil Colonial: catálogo comentado (1503-1808)*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2015.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

GABINETE DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DA ENGENHARIA MILITAR. *As Linhas de Defesa de Lisboa construídas na Guerra Peninsular*. Lisboa: DIE – Exército Português, 2013.

GARCIA, João Carlos. *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*. Lisboa: CNCDP, 2002.

GARRIDO, Carlos. *Fortificações do Brasil* (Separata do III volume dos ‘Subsídios para a História Marítima do Brasil’). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940

GONÇALVES, Janice. Escavar o chão da História: Lucas Alexandre Boiteux, o IHSC e a Pequena Pátria Catarinense. *Revista Expedições*. Morrinhos/GO, v. 8, n. 2, maio/ago. 2017.

GUEDES, Max Justo. *A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII*. Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 1997.

GUILLOBEL, José Candido. Formação dos limites do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1922. [T. Esp. Congresso Internacional de História da América]

HARLEY, J. B. *The new nature of maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul-dez. 2006.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 17, n. 2, p. 39-61, 2009.

LEITE, Lorena. *Déspota, tirano e arbitrário: O Governo de Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo (1775-1782)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

LESSA, Alúcio Gomes. *Exílios Meridionais: O Degredo na Formação da Fronteira Sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina, 1680-1810)*. Porto Alegre, 2016. 267p f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LOPES, F.; CORREIA, M.B. *Patrimônio arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*. São Paulo. n.17, p.63-201, nov. 1998.

LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira. Barroco na Arquitetura Militar de Santa Catarina. *Barroco*. Belo Horizonte. (Separata), n.12, 1983.

MACHADO, Rosângela M. de Melo. *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: Um Panorama*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1994.

MARTINS, Celso; GONZAGA, Armando Luiz. *Memórias das Fortalezas – Ilha de Santa Catarina*. No meio do caminho havia um Armando. Florianópolis: Bernúncia, 2017.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. (Org.). *Patrimônio de Origem Portuguesa no Mundo*. América do Sul. v. 3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. *Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A rendição da Ilha de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 321, out./dez., 1978.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: *Turismo e paisagem*. [S.l: s.n.], 2002.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura Militar em Salvador da Bahia: séculos XVI a XVIII*. São Paulo, 2011. 373 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. p.58

MOREIRA, Rafael. (Dir.). *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. C.; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado (SP)/Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003.

NUNES, António Lopes Pires. *Dicionário de Arquitectura Militar*. Lisboa: Caleidoscópio, 2005.

_____. *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar, 1991.

_____. *O Castelo Estratégico Português e A Estratégia do Castelo em Portugal*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar, 1988.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. A Invasão Espanhola na Capitania de Santa Catarina. In: COSTA, Wilma P.; OLIVERIA, Cecília Helena de S. O. *De um Império a Outro*. Estudos sobre a Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: FAPESP, 2007.

OLIVEIRA, Luiza. Nascimento de. Arquitetura Militar e a prática de defesa: formas de uma conImagemção. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013. p. 1-15.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2004.

PAAR, Edwin. As fortificações seiscentistas de Elvas e o primeiro sistema holandês de fortificação. *A Cidade*. Lisboa, n. 12 (Nova Série), p. 129-170, 1998.

PEREIRA, José António Rodrigues; CABRITA, José Manuel. *Marinha Portuguesa - Nove Séculos de História*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha, 2010.

PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC / FCC Edições, 1988.

_____. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Ed. Lunardelli, 1983.

PIMENTEL, Luís Serrão. *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa: Direção da Arma de Engenharia/Direcção do Serviço de Fortificações e Obras do Exército, 1993. Edição fac-similada.

POSSAMAI, Paulo. “Quem não sabe governar a si, mal governará a outrem”: conflitos pelo poder na Colônia do Sacramento. In: *X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*, 2010, Santa Maria. Anais... Santa Maria: ANPUH-RS, 2010. 15p.

PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. “Fortificações: símbolos políticos de domínio territorial: o papel desempenhado pela Engenharia Militar na América Portuguesa”. *Vértices*. Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 2, p. 127-145, maio/ago. 2011.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.

REIS, Almir Francisco. *Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

REIS, Sara Regina Poyares; CASTIGLIONE, Francisco Javier. *O Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria: de Portugal à América Meridional: uma trajetória*. Florianópolis: Offício, 2018.

RIBEIRO, Dulcyene Maria. *A formação dos engenheiros militares: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil*. 2009. 213p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RÖSSLER, Mechtild. Landscape Stewardship: new directions in conservation of nature and culture. *The George Wright Forum*. v. 15, n. 1, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. *Atlas Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 2016. (Fascículo 03).

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. *Atlas Geográfico de Santa Catarina*. 2ª ed. atualizada. Florianópolis, 2018. (Fascículo 01).

SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). *Anais...* Rio de Janeiro: IHGB/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO-SIPA. *Fortaleza de São João Baptista e Muralhas*. Portugal, Ilha Terceira (Açores), Angra do Heroísmo, Angra (Sé). IPA.08105. [Técnica responsável: Paula Noé] 2015. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8105. Acesso em: 25/01/2019.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO-SIPA. *Núcleo urbano da cidade de Angra do Heroísmo*. Portugal, Ilha Terceira (Açores), Angra do Heroísmo, Angra (Sé). IPA 10623. [Técnica responsável: Antonieta Leite] 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2YAi08j>. Acessado em: 25/01/2019.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO-SIPA. *Palácio Real de Vendas Novas / Palácio Real de D. João V / Palácio das Passagens / Escola Prática de Artilharia*. Portugal, Évora, Vendas Novas. IPA.00011744. [Técnicas responsáveis: Sofia Diniz; Rosário Gordalina] 2009. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11744. Acessado em: 17/12/2018.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939.

SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brazil*: Rio de Janeiro, tomo 48, v.2, p.5-140, 1885.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Lisboa: Publicações do Estado-Maior do Exército, 1965.

TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). *A Construção da Cidade Brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

TEIXEIRA, Manuel C; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TELLES, Pedro C. Silva. *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, 1984.

TOLEDO, Benedito Lima de. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981.

TONERA, Roberto (Org.). *Restauração das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: Depoimentos*. Florianópolis: Imprensa Universitária (UFSC), 2019. Disponível em: <http://fortalezas.org/midias/arquivos/3986.pdf> Acesso em 18/01/2020.

_____. Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – Brasil: Criação, Abandono, Restauração e Revitalização. In: *IV Congresso Internacional sobre Fortificações: Las Fortificaciones y el Mar*. Alcalá de Guadaíra: Ayuntamiento de Alcalá de Guadaíra, 2008. p. 149-157.

_____. *O Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: criação, abandono e recuperação*. Florianópolis (SC): Fortalezas.org, 2020. Disponível em: http://fortalezas.org/?ct=artigo&id_artigo=101. Acesso em: 01/09/2020.

TONERA, Roberto; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786, de José Correia Rangel*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

VALLA, Margarida. A formação teórica dos engenheiros-militares. In: TEIXEIRA, M. C. (Coord.). *A Construção da Cidade Brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

VARGAS, Milton (Org.). *Contribuições para a história da engenharia no Brasil*. São Paulo: EPUSP, 1994. p.36

VEIGA, Elaine Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. 2 ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

VIEIRA, Alberto. Da Poliorcética à Fortificação nos Açores: Introdução ao Estudo do sistema defensivo nos Açores nos sécs. XVI-XIX. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo/Açores, v. 45, t.2, p.1525-1565, 1987.

VITERBO, Francisco de Sousa. *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. v.2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

VITERBO, Francisco de Sousa. *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. v. 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922.